

I N S I G H T

INTELIGÊNCIA

ANO IX • Nº 36 • 1º TRIMESTRE • MARÇO DE 2007

ISSN 1517-6940



DESCONSTRUINDO PATRIOTADAS



Itaú PERSONNALITÉ

O que é perfeito para você?

Usar o tempo a seu favor?



Você não pode aumentar as horas do dia, e é isso que faz com que cada minuto seja tão importante. No Itaú Personalité respeitar seu tempo é lei. Seja na agilidade das suas decisões financeiras com a assessoria do seu gerente, seja na facilidade de fazer as transações do dia-a-dia utilizando toda a conveniência Itaú. Economize seu tempo conosco, esbanje onde quiser. Existe um banco que é perfeito para você.

Itaú

PERSONNALITÉ

perfeito
para
você

DIRETOR

LUIZ CESAR TELLES FARO

EDITOR

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

EDITOR EXECUTIVO

CLÁUDIO FERNANDEZ

EDITOR CONVIDADO

RODRIGO DE ALMEIDA

PROJETO GRÁFICO

ANTÔNIO CALEGARI

PRODUÇÃO GRÁFICA

RUY SARAIVA

ARTE

PAULA BARRENNE DE ARTAGÃO

REVISÃO

RUBENS SYLVIO COSTA

REDAÇÃO E PUBLICIDADEINSIGHT ENGENHARIA DE
COMUNICAÇÃO & MARKETING LTDA.RUA SETE DE SETEMBRO, 71/14º ANDAR •
RIO DE JANEIRO, RJ • CEP 20050-005
TEL.: (21) 2509-5399 • FAX: (21) 2516-1956
E-MAIL: insight@insightnet.com.brRUA SANSÃO ALVES DOS SANTOS,
76 / 7º ANDAR • BROOKLIN •
SÃO PAULO, SP • CEP 04571-090
TEL/FAX: (11) 5502-3844
E-MAIL: clementeinsight@uol.com.brHOME PAGE: <http://www.insightnet.com.br>Os textos da **INSIGHT INTELIGÊNCIA** poderão
ser encontrados na home page da publicação:<http://www.insightnet.com.br/inteligencia>Os leitores que tiverem interesse no material
bibliográfico dos artigos publicados poderão obtê-los
diretamente com os autores através dos seus e-mails.**ASSESSORIA NA INTERNET**MODAL INFORMÁTICA LTDA.
<http://www.mod.com.br>PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL
JAN/FEV/MAR 2007
COPYRIGHT BY INSIGHTTodos os ensaios editados nesta publicação
poderão ser livremente transcritos desde que seja
citada a fonte das informações.Os artigos publicados são de inteira
responsabilidade dos autores e não refletem
necessariamente a opinião da revista.**CONSELHO EDITORIAL**ANDRÉ URANI
ANTÔNIO DIAS LEITE JÚNIOR
CARLOS POUSA
CORIOLANO GATTO
EDSON NUNES
EMIR SADER
JOÃO SAYAD
JOAQUIM FALCÃO
JOSÉ LUÍS FIORI
LUCIA HIPPOLITO
LUIZ CESAR TELLES FARO
LUIZ ORENSTEIN
LUIZ ROBERTO CUNHA
MÁRIO MACHADO
MÁRIO POSSAS
NÉLSON EIZIRIK
PAULO GUEDES
RENÉ GARCIA
RICARDO LOBO TORRES
RUBENY GOULART
SÉRGIO COSTA
SULAMIS DAIN
VICENTE BARRETO
WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS**CONSELHO CONSULTIVO**ADHEMAR MAGON
ALOÍSIO ARAÚJO
ANTÔNIO BARROS DE CASTRO
ANTÔNIO CARLOS PORTO GONÇALVES
ANTONIO DELFIM NETTO
ARMANDO GUERRA
ARTHUR CANDAL
CARLOS IVAN SIMONSEN LEAL
CARLOS LESSA
CARLOS SALLES
CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES
CELINA BORGES TORREALBA CARPI
CÉSAR MAIA
CEZAR MEDEIROS
DANIEL DANTAS
DÉCIO CLEMENTE
EDSON VAZ MUSA
EDUARDO KARRER
ELIEZER BATISTA
ELOÍ CALAGE
EUGÊNIO STAUB
FELIX DE BULHÕES
GILVAN COUCEIRO D'AMORIM
HÉLIO PORTOCARRERO
HENRIQUE LUZ
HENRIQUE NEVES
JACQUES BERLINER
JOÃO LUIZ MASCOLO
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
JOEL KORN
JORGE BOAVENTURA †
JORGE OSCAR DE MELLO FLÔRES †
JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA †
JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS
JÚLIO BUENO
LUÍS FERNANDO CIRNE LIMA
LUIZ ANTÔNIO ANDRADE GONÇALVES
LUIZ ANTÔNIO VIANA
LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA
LUIZ FELIPE DENUCCI MARTINS
LUIZ GONZAGA BELLUZZO
LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA
M.F. THOMPSON MOTTA †
MÁRCIO KAISER
MARCOS VIANNA
MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES
MARIA SILVIA BASTOS MARQUES
MAURO SALLES
MIGUEL ETHEL
OLAVO MONTEIRO DE CARVALHO
PAULO HADDAD
PAULO SÉRGIO TOURINHO
RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES
RICARDO CRAVO ALBIN
RINALDO SOARES
ROBERTO CAMPOS †
ROBERTO PAULO CEZAR DE ANDRADE
ROBERTO DO VALLE
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG
SYLVIO BRESSER PEREIRA



RECADO

O mundo contemporâneo vive a inédita condição de alienar-se para não enlouquecer. O noticiário dos jornais, as revistas, a televisão, as universidades pretendem retratar um universo em que, ecologia à parte, tudo o mais marcha melhor do que em todos os séculos precedentes. Nada mais falso. Em dimensões essenciais da vida humana, e simultaneamente, os sinais são desvantajosos em relação a qualquer idade anterior. O individualismo radicalizado produziu a civilização mais solitária da História. O suicídio é o cartão de visitas da solidão. O etnocentrismo, espécie de individualismo coletivo, presenteou a Humanidade com o mais longo período de guerra continuada em algum lugar do planeta, e cada vez mais selvagem, e na permanente expectativa de novas frentes de conflito mortal em outros locais. A crescente riqueza global vai acompanhada de um diferencial distributivo negativo que se alarga ininterruptamente. O medo passou a ser a coisa melhor compartilhada em todo o mundo, sem distinção de gênero, etnia, faixa etária ou de renda. Valores fundamentais como a autonomia individual e o direito à privacidade desapareceram sem registro. Para fugir à loucura que a consciência cotidiana do estado das coisas provocaria, iludem-se todos com o simulacro de mundo criado pelos fabricantes de notícias e de imagens. Por tempo indeterminado, a espécie humana escolheu a alienação.

TARIFA

* Consulte o Regulamento no site www.unibanco.com.br

Tarifa Zero Unibanco.

Uma tarifa que pode chegar a zero. É, nem parece tarifa.

No Unibanco é assim: quanto melhor você usa o banco, menos tarifa você paga. Usando os serviços do Unibanco, você acumula pontos. E quanto mais pontos você acumula, menores as suas tarifas. Simples, não?

É por isso que o Unibanco nem parece banco. E é por isso também que as tarifas do Unibanco nem parecem tarifas.

ZERO



UNIBANCO

Nem parece banco.



26

OS ESTADOS UNIDOS E A HEGEMONIA DA "DOCE TORTURA"

Candido Mendes

Entrevista sobre os hunos da era moderna



36

UM GRANDE RETROCESSO OU COMO O GOVERNO GEORGE W. BUSH ANDA EMENDANDO AS EMENDAS DA CONSTITUIÇÃO AMERICANA

Marcio Scalécio

Sob aplausos auto-congratatórios, os guerreiros
americanos derrotam o povo americano



50

RELATOS AUSTRIÁCOS 18: ABISMO VITORIOSO

Wanderley Guilherme
dos Santos

Outro, como se não houvesse
suficiente



SE AMORES TIVESSEM FIM

Angela Chaves

Seria uma tristeza, e
mais não digo

72



76

TODO MUNDO AMA O PT QUE ODEIA (UMA NOTA TÔNICA)

Alberto Almeida

Quem diria, o PMDB
é mais amado que o
PSDB?



56

CAIXA 1 DOS INTERESSES

Rodrigo de Almeida

Quem tem sabe com
quem gasta



Sumário

INSIGHT INTELIGÊNCIA

nº 36 janeiro/fevereiro/março 2007

84

**RELATOS
AUSTRIACOS 2:
BELEZA IMORTAL**
Wanderley Guilherme
dos Santos
O mesmo outro de antes



92

**OS TEMPLOS
PENTECOSTAIS
E O USUFRUTO
DA RIQUEZA**
Clara Mafra
A fé se constrói com cen-
tavo sobre centavo



100

**NORMAS E FATOS:
A NORMA DA
JUSTIÇA E O FATO
DO TRABALHO**
Adalberto Cardoso &
Telma Lage
O trabalho da justiça nem
sempre significa a justiça
do trabalho



114

**RELATOS
AUSTRIACOS 7:
A MEMÓRIA
DE LÁZARO**
Wanderley
Guilherme
dos Santos
O outro que insiste

**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO:
DA COLÔNIA DE UM SÓ HOMEM
AO PAÍS DE VÁRIAS MÁFIAS**

Alexandre dos Santos

Quando a disputa pela herança passa pelos herdeiros

120



134

**GOETHE E
BARRABÁS – UM
AMOR PROIBIDO
(TRECHO INÉDITO)**

Deonísio da Silva
Muito bem proibido, aliás,
onde já se viu



PESSOAS FOCO DINAMISMO

Estes são os
nossos maiores
investimentos.

Pessoas com talento e profissionalismo. Foco em mercados e clientes seletivos, atendidos com rigoroso padrão de excelência. Dinamismo para oferecer soluções e produtos competitivos em todas as linhas de negócio. Isso tudo faz do Banco BBM uma instituição diferenciada. Um banco que investe em conhecimento e competência para que você possa investir com segurança e tranquilidade.

www.bancobbm.com.br

B
BancoBM

Rio de Janeiro . São Paulo . Salvador . Belo Horizonte . Porto Alegre . Campinas

INSIGHT
INTELIGÊNCIA



Robert Crumb is a synthesis of America. Highly recommended against abysses, stupor, unpleasantness, grief from love, pains of the soul, or any type of depression. After all, as it is said in the good dialectic of Bahia, Americans represent great parcel of the happiness existent in this world... or do they?

On the next pages, the greatest living designer of the USA parades his colored version of lancinating blues. A smile cannot be forced. Our sponsors, as musically they should, discreetly intervene, with punctilious solos.

...RD BAILEY
...many more

HARMONICA BLUES
...MONICA PERFORMANCES OF THE 1920s AND '30s
...featuring



BancoBM

"MY GIRL'S PUSSY"
INSTRUMENTAL WITH
NOVELTY SINGING BY
MEMBERS OF THE BAND

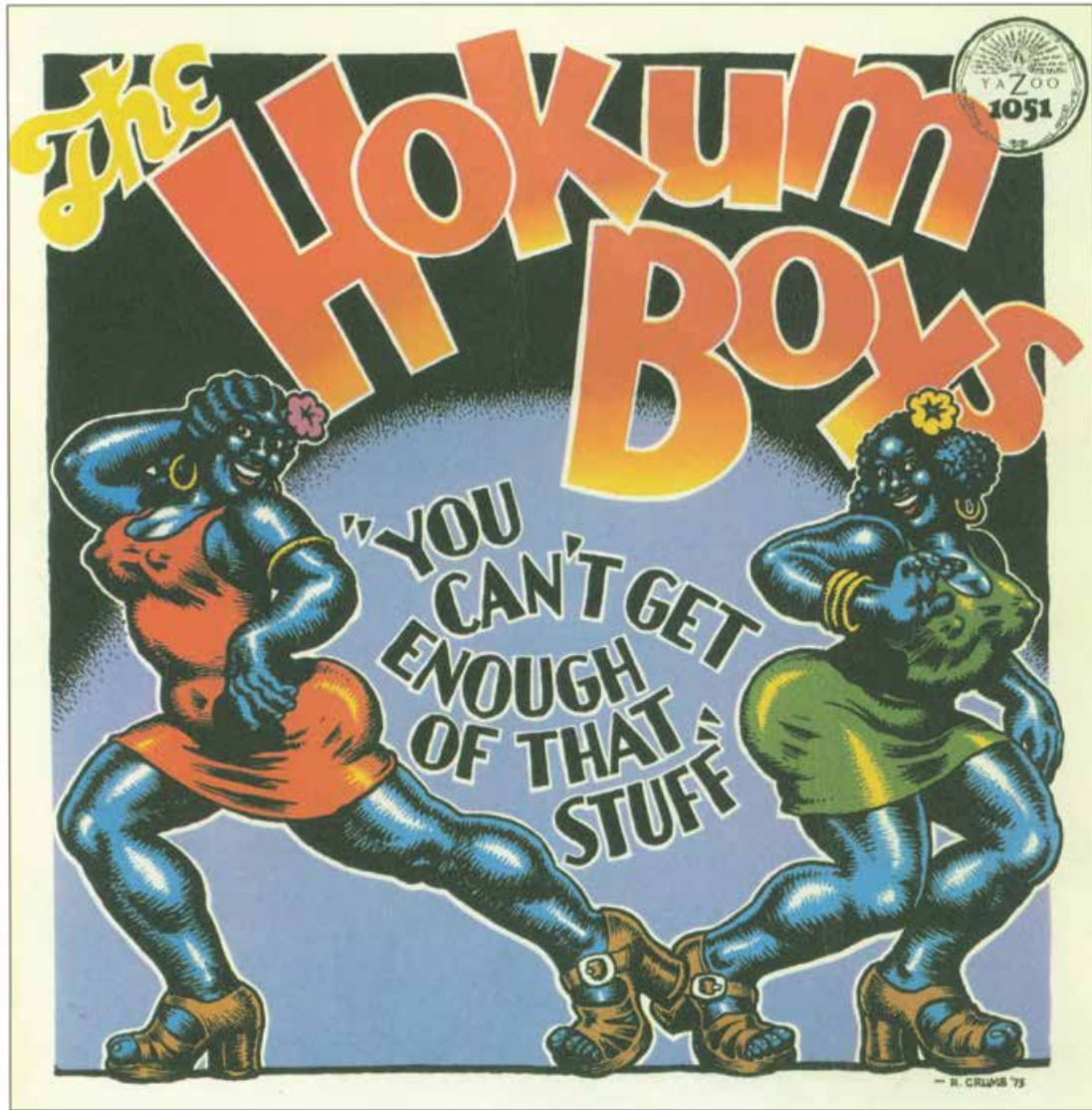
R. CRUMB AND HIS
CHEAP SUIT
SERENADERS
PARTY RECORD


"MY GIRL'S PUSSY"
INSTRUMENTAL WITH
NOVELTY SINGING BY
MEMBERS OF THE BAND

"CHRISTOPHER COLUMBUS"
VOCAL BY
LEILA JANE DORNACKER
WITH INSTRUMENTAL
ACCOMPANIMENT



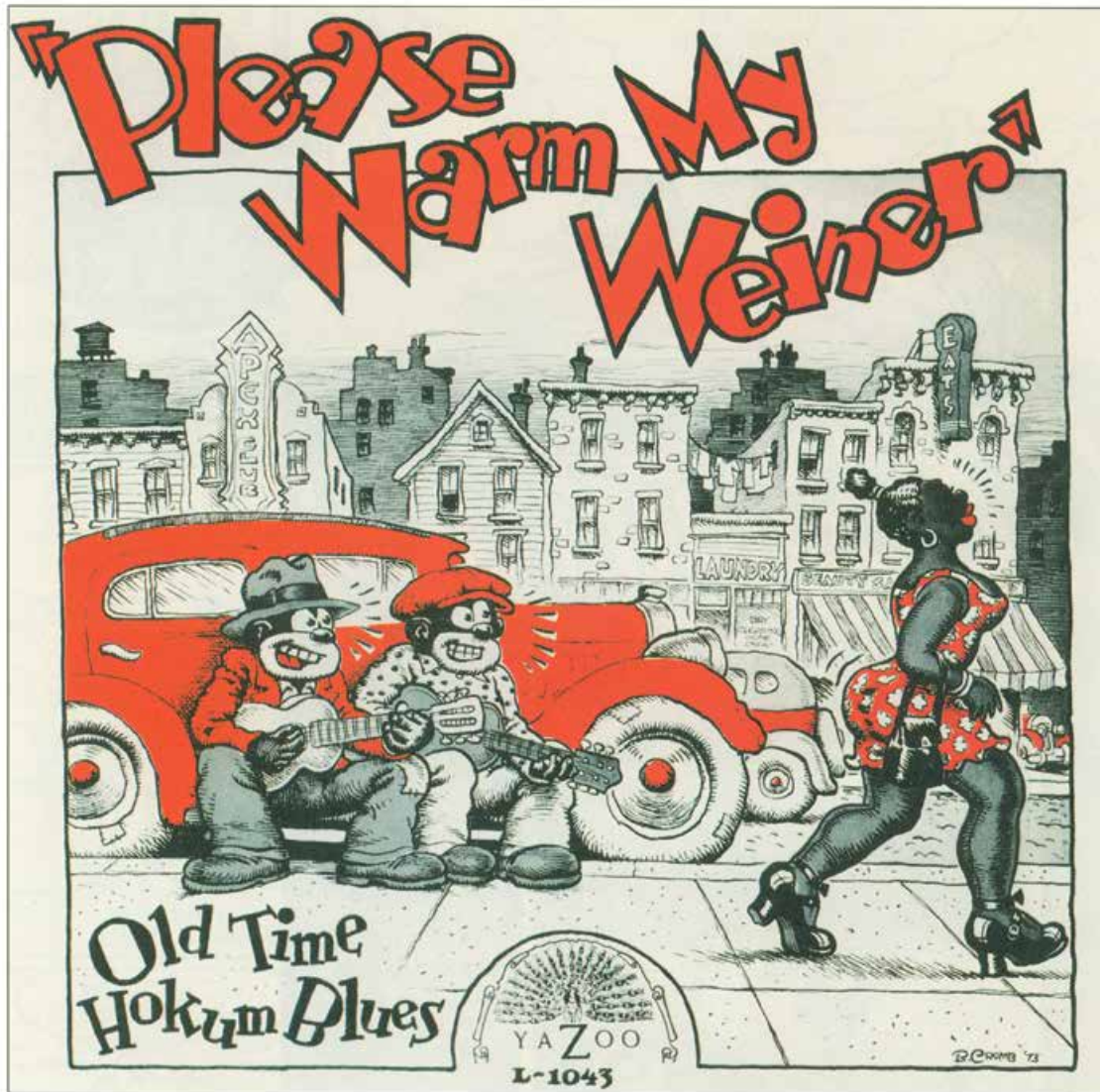
Red Goose
2026
© 1970 YELLOW BEE PRODUCTIONS
245 WAVERLY PLACE
NEW YORK, N.Y. 10014



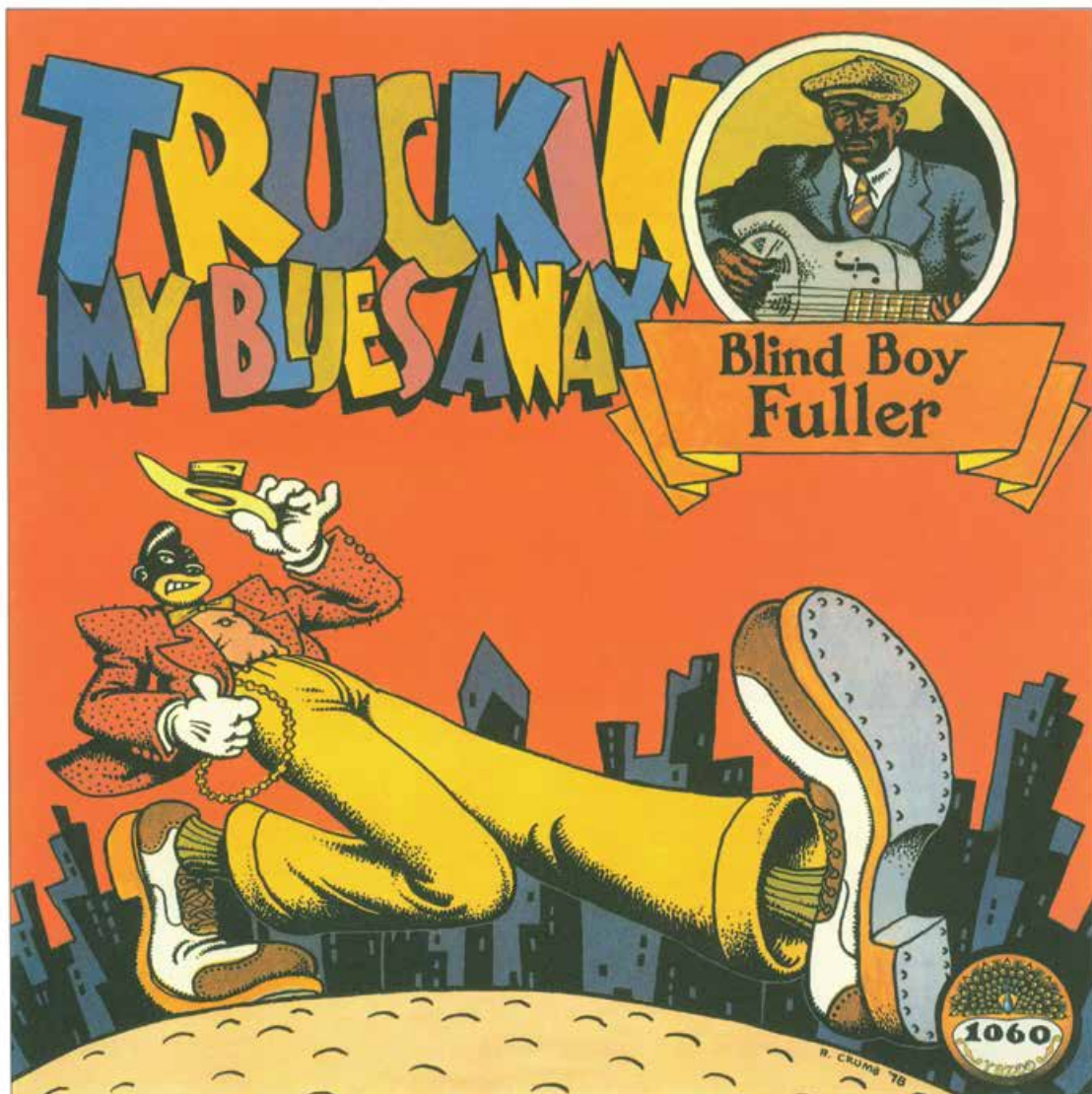
 **UNIBANCO**



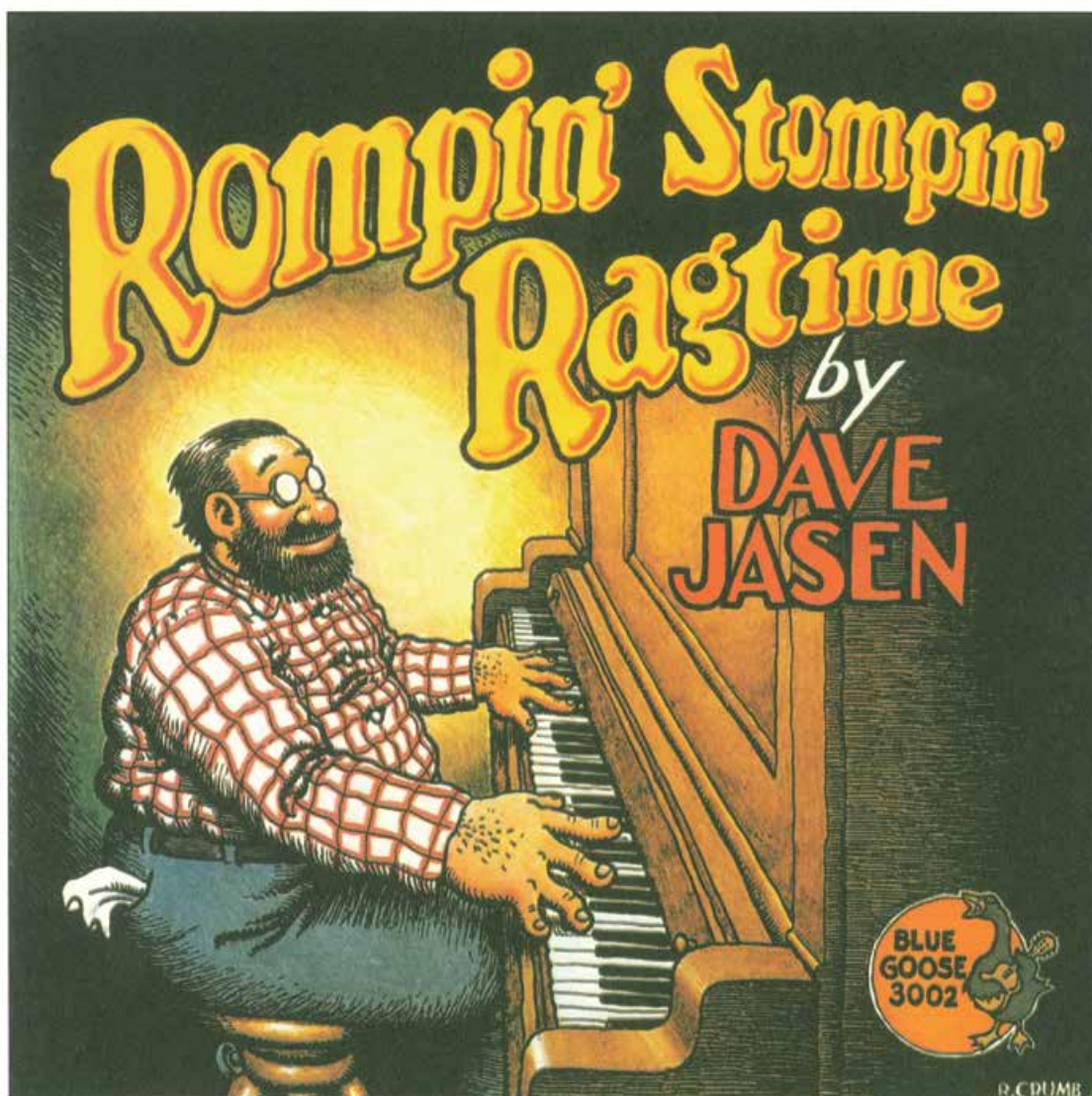




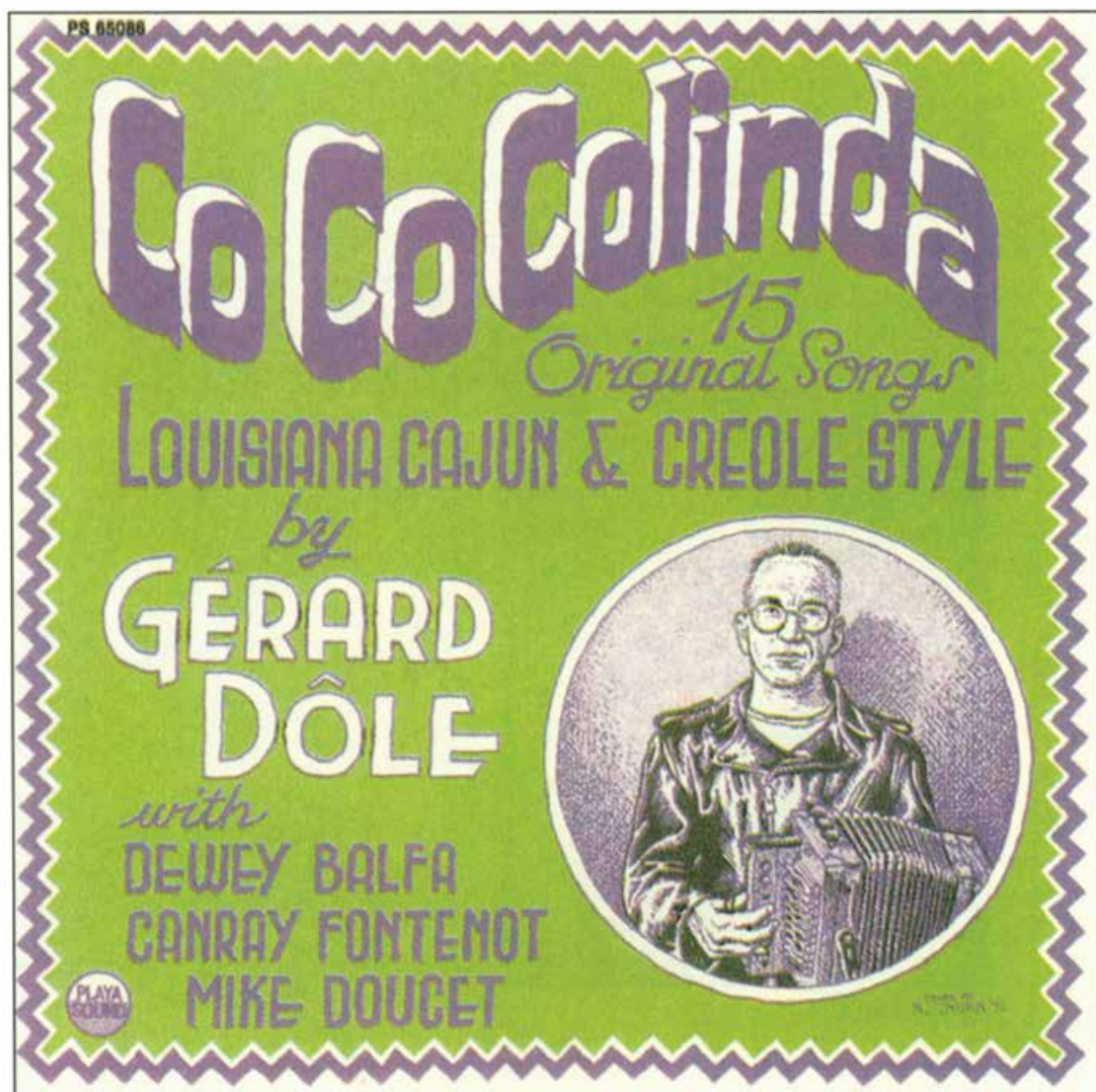
Companhia
Vale do Rio Doce



B A N C O
B M G



ODEBRECHT
Engenharia e Construção



gradiente



AmBev



R. Crumb and his **Cheap Suit Serenaders** **Number TWO**

R. Crumb **Robert E. Armstrong** **Terry Zwigoff** **Allan Dodge**

R. Crumb: Banjo and Vocals
 Allan Dodge: Mandolin, Violin, Ukulele and Vocals
 Robert Armstrong: Guitar, Accordion, Banjo, Saw, and Vocals
 Terry Zwigoff: Cello

Special Guest Appearances by Irene Kernmann, who plays Bells on "I Want A Little Girl", and Tom Marion, who plays Guitar on "Alabama Jubilee" and "Crying My Blues Away", and Banjo and Mandolin on "Moana March".

ALL ARRANGEMENTS COPYRIGHT © BY YELLYOW BIRD MUSIC (INC.) (PTE) LTD.
 PRODUCED FOR BLUE GOOSE RECORDS A DIVISION OF YOUNG & RUBICAM BY JOHN FORDS
 COVER ART BY R. CRUMB
 COPYRIGHT © BLUE GOOSE RECORDS INC. 1974

Side One
 Alabama Jubilee
 Chasin' Rainbows (Dallas String Band)
 Fine Artiste Blues (Watts, Armstrong, Dodge)
 Hula Medley
 I Want A Little Girl (Mencher-Moll)
 Persian Rug (Morris-Kahn)

Side Two
 Mysterious Mose (Doyle)
 Crying My Blues Away (Wynn Miller)
 She Lived Down By The Firehouse
 Diane (Raper-Pollock)
 Make My Cot Where The Cot-Cot-Cotton Grows (LeSole-Dall-Klein)
 Moana March (Masiello)

SEND FOR A FREE CATALOGUE
 ALL BLUE GOOSE LPs AVAILABLE BY WRITING TO:
 BLUE GOOSE RECORDS, 345 WOODRUFF PLACE
 NEW YORK, NEW YORK 10014

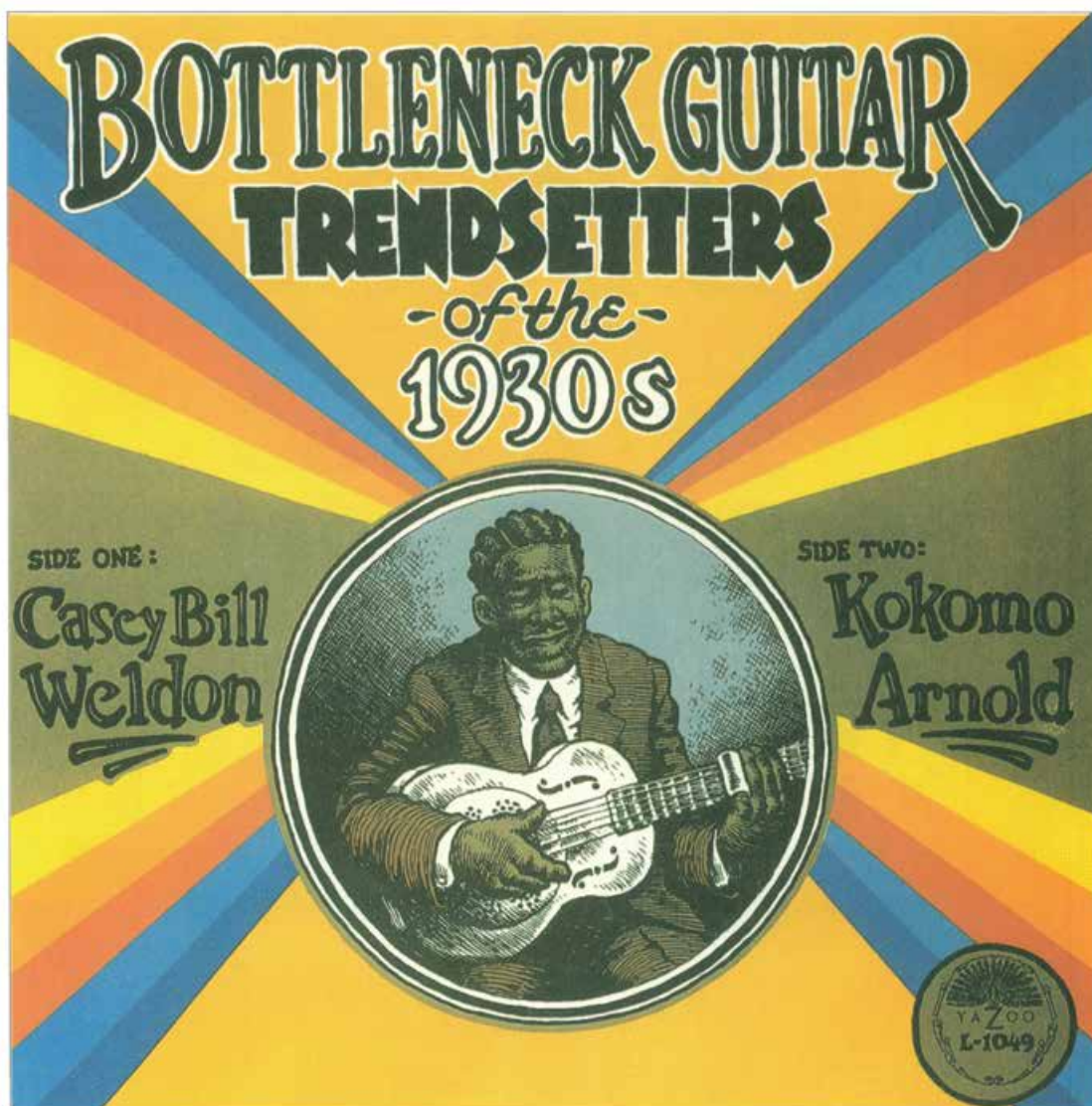
BLUE 2019 GOOSE





BLUE TREE HOTELS

CHIEKO AOKI MANAGEMENT COMPANY



GOVERNO DO
Rio de Janeiro







O FUTURO JÁ CHEGA DIZENDO OI.

As portas do Oi Futuro estão sempre abertas para a cidadania. São mais de dois milhões de jovens beneficiados por projetos que usam novas tecnologias da informação e da comunicação a serviço do desenvolvimento humano. Entre eles, Tonomundo, Oi Kabum!, Geração Oi, Novos Brasis e Conecta. No Rio de Janeiro, o Oi Futuro, além de abrigar o novo museu de telecomunicações, funciona como espaço de cultura e arte contemporânea, para onde convergem linguagens, idéias e tecnologias. Oi futuro. Inventar um futuro melhor é a nossa vocação.





O MUNDO QUE VEM A SEGUIR



Muito poucos admitem a incontestável hegemonia americana no mundo contemporâneo. Menos ainda, admitindo, discutem a gravidade que a existência de hegemonia com tamanho poder, sem paralelo e crescente, traz para as demais nações. Pior do que as duas condições anteriores é a verificação de que os raros a se manifestarem sobre a matéria o façam saudando ou, no mais brando dos casos, aconselhando como tal hegemonia deveria ser exercida com benevolência e sabedoria para garantia de sua própria perpetuidade. Com a franqueza dos poderosos, Walter Kagan observa, em pequeno volume de delicioso e bandeiroso título, *Of Paradise and Power*, que “na verdade, é de algum modo notável refletir que mais de cinquenta anos depois do fim da Segunda Grande Guerra (...) e mais do que uma década após a Guerra Fria (...) os Estados Unidos não obstante permanecem, e claramente têm a intenção de permanecer, a força estratégica dominante tanto na Europa quanto na Ásia”. A razão para a soberba tem por

origem a disparidade de capacidade bélica entre os Estados Unidos e todos os demais países, incluindo seus tradicionais aliados europeus, inutilmente infelizes, segundo Kagan, com o explícito exercício americano de poder hegemônico. Por premissa menor da soberba encontra-se o usurpado direito de definir com exclusividade o que significa “uma ameaça à segurança nacional”, conceito que, em períodos pregressos da história, autorizava a ação bélica legítima por parte do país ameaçado. A conclusão se expressa na mais monumental agressão diplomática e política do mundo moderno, a saber, o discurso em que Bush, filho, declara que os Estados Unidos se outorgam o monopólio de decidir quando e onde os interesses nacionais americanos estejam sendo ameaçados e de agir unilateralmente conforme julgar apropriado. Com esse discurso, os Estados Unidos encerraram um período de quase dois mil e quinhentos anos de civilização, inaugurado pela Oração Fúnebre, de Péríkles.





OS ESTADOS UNIDOS E A HEGEMONIA DA “DOCE TORTURA”

CANDIDO MENDES

O acima assinado é reitor da Universidade Candido Mendes. Participou da Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Secretariado Leigo dedicado ao estudo do tema da Justiça do Sínodo Romano. Foi vice-presidente da Pax Romana e integrante da Comissão Pontifícia Justiça e Paz e do Comitê de Paz da mesma entidade. Atuou como Secretário Geral da Comissão Justiça e Paz no Brasil e delegado da Santa Sé às Conferências da UNCTAD em Santiago, 1972, e Nairóbi, 1976. Presidiu o Comitê de Programas do International Social Science Council (ISSC) – órgão representativo das organizações não-governamentais de Ciências Sociais da UNESCO. Fundador e membro da Academia Brasileira de Filosofia. Desde 1990, ocupa a Cadeira 35 da Academia Brasileira de Letras. Integra a Académie des Sciences d’Outremer e a Comissão de Alto Nível da Aliança das Civilizações, das Nações Unidas.

ENDOUTRINAMENTO DO SALÃO OVAL

A guerra do Iraque foi a condição para que todo um projeto de poder viesse realmente à tona, já com absoluta segurança da mentira sobre as armas de extermínio de massas. Sem dúvida, o “Grande Arquiteto” de toda esta maquinação é Karl Rove, o principal estrategista do governo Bush. Raras vezes a mentira esteve tão orquestrada, desde o começo, em uma operação de poder. Este endoutrinação do Salão Oval remonta ao governo Reagan. Norman Podhoretz¹ foi o grande arquiteto de Albert Wohlstetter² e de Paul Wolfowitz³. Podhoretz, é bom lembrar, brigou muito com Kissinger⁴, que, àquela altura, ainda tinha uma posição razoável. No Brasil, não se conhece bem este duelo entre Podhoretz e Kissinger, mas ele é de suma importância. No fundo, este embate significou a derrubada do velho republicanismo *nixoniano* e a ascensão do *reaganismo*. O que ele abriu de vácuo à operação do poder a partir de uma ideologia hegemônica é uma coisa realmente extraordinária. Existe hoje uma ordenação de poder no Salão Oval, que cresceu dentro do governo republicano. Essa é uma tradição que vem há muito tempo. Nelson Rockefeller, por exemplo, era íntimo amigo de Kissinger. Estive bastante com Kissinger na década de 1960. Contrapondo-se ao New Deal e ao *galbraithianismo*, os Rockefeller trouxeram Kissinger à tona para uma espécie de contrapartida. Posteriormente, dentro dessa perspectiva, o governo Reagan foi o menos cerebral,



de menos neurônios no poder, mas ficou fascinado por essa idéia e criou o chamado Instituto das Liberdades. E convidou o ex-marxista Norman Podhoretz para organizar esse movimento. No começo, quem Podhoretz chama para dirigir o Instituto das Liberdades? Murray Rothbard⁵. Para ver até que ponto vai essa coisa! A idéia era a seguinte: os Estados Unidos são um país das liberdades e as liberdades são muito sérias para se brincar de democracia. O *reaganismo* não poderia ter feito o que fez, assumindo uma liderança com temática frente a Mikhail Gorbachev, se isso não viesse de uma estrutura muito definida de preparo da hegemonia. Atualmente ainda está no Pentágono um sujeito chamado Andrew Marshall. Tem seus 85 anos. Sua função é preparar a guerra contra a China daqui a 20 anos; uma guerra submarina. Esse é o último sujeito da turma de Herman Kahn⁶. Pois nesse movimento, Podhoretz se articulou com outro sujeito muito perigoso: Irving Kristol⁷. Todo esse grupo já estava no poder com um querido colega chamado Donald Rumsfeld, um personagem integralista. A última reação possível contra toda essa hegemonia foi o famoso Relatório Baker⁸, profundamente esnobado por George Bush.

1. Fundador da revista *Commentary*, de extrema-direita.

2. Matemático da Universidade de Chicago, foi o mentor da política de defesa de Ronald Reagan contra a então URSS.

3. Integrante do Departamento de Estado Norte-Americano a partir do governo Nixon. Desde 2005, ocupa a presidência do Banco Mundial.

4. Henry Kissinger, secretário de Estado do governo de Richard Nixon.

5. Economista e um dos principais ideólogos do Partido Libertário dos Estados Unidos.

6. Analista da Rand Corporation. Ganhou a alcunha de futurólogo, ao prever, entre outros fatos, o uso de armas nucleares.

7. Fundador da revista *Commentary* e um dos ideólogos do neoconservadorismo norte-americano. É pai de William Kristol, editor da publicação neoconservadora *The Weekly Standard*.

8. Relatório elaborado por James Baker, secretário de Estado norte-americano no governo de George Bush “Pai”, propondo mudanças drásticas na estratégia de ocupação do Iraque.

O NOVO CONSERVANTISMO

Esse antigo conservantismo do governo Reagan é exatamente o que vemos agora. Karl Rove integrou o velho Instituto das Liberdades. Ele é o autor dessa combinação entre o terrorismo e o problema do evangelismo, que jamais tinha sido feita. O que um ateu cínico, como ele, fez para desenvolver o evangelismo do conservadorismo americano é uma das coisas mais impressionantes. Rasputin é pouco! Rove atuou em três linhas. Começou com a questão moralista, atacando os advogados penais e a corrupção na lei americana. Depois, entendeu que o governo tinha de ter uma definição pelo Evangelho. Então, com a definição evangélica, partiu para o problema da guerra de religiões.

MANIPULACIONISMO FRONTAL

Tenho horror a teorias conspiratórias, mas quero dizer que essa máquina está muito bem montada. E o Patriot Act foi consequência dela. As três idéias deram origem à guerra preventiva, que já havia sido tentada no Golfo. O poder hegemônico é um poder que altera o evento pelo seu roteiro. O mais fantástico — e aí vem o setor neo-evangélico — é que a mentira não tem qualquer conteúdo ético para a posição, digamos, neofundamentalista americana. Pode-se mentir para salvar o povo. Essa é a justificativa de Bush. E o discurso se disseminou. O sistema de doutrinação da Fox News raptou a subjetividade. Hoje, a fala robótica tomou conta de todo esse imaginário. E é o mesmo discurso que se tem no fundo em todo o massacre midiático americano. Como consequência, não se põe mais gente na rua para protestar. A ação afirmativa e a reação social estão perdendo as suas condições. Fato é que vamos ter Bush por muito tempo. Não o Bush, mas esse *rationale*.



A sociedade hegemônica está se organizando a partir da virtualização do rpto midiático. Não é apenas um poder colonial, dominador, exponencial. É outra coisa. Temos uma mudança de natureza, que vem do absoluto controle do subjetivo e do objetivo, a partir da inversão entre o poder econômico e o poder político. Esse fenômeno é muito mais do que uma mera bolha.

NEOFUNDAMENTALISMO CRISTÃO

George Bush suspendeu todos os créditos públicos a pesquisas com embriões e com fetos e estudos sobre biologia. O mesmo ocorreu com as pesquisas sobre reprodução celular. Não se conhece uma definição científica de política de ciência como a que está sendo feita hoje nos Estados Unidos. No Kansas e em alguns estados do Centro-Oeste, o criacionismo passou a ser hegemônico nos cursos secundários americanos, como a imposição direta da teoria do *Grande Arquiteto*. A evolução não é lecionada; ou é lecionada apenas alternativamente. Isso está na Corte Suprema americana. Vê-se a tranquilidade com que o evangelismo dita uma política de interferência na crença, na religião, na doutrina do Estado. Evangelismo, criativismo, prevenção, hegemonia, nação eleita, salvação do Ocidente. Isso tudo entra em ressonância, se formos analisar o atual discurso neoconservador americano. É um fato social total, que se articula em conjunto. Ele permite o divórcio da realidade, em razão de um discurso que, em si mesmo, já é hegemônico, nutrido pelo seu próprio entimema dentro dessa situação.



A GUERRA PERMANENTE

Ao contrário do que muitos apregoam, não haverá uma "Síndrome do Vietnã". Este complexo está superado. Isso significa que a guerra não vai acabar. Pelo contrário. Está apenas no começo, mesmo com a vitória democrática nas eleições para o Congresso. É muito possível que, na justificativa do novo orçamento militar americano, haja a proposta do grande exército da Somália. Dificilmente, George Bush apresentará alguma proposição para redução

de efetivo militar. O Salão Oval tem reforçado a implacabilidade e a necessidade da ocupação internacional interatlântica. É possível mensurar a situação do Iraque pela incomodação do problema do Irã, embora não se saiba até onde o discurso do experimento atômico iraniano é equivalente ao das armas de massa de Saddam Hussein. A idéia básica é fechar o cerco e chegar ao Afeganistão com um telão protetor nessa região. Este é o conceito que leva às guerras preventivas.





TRÍPLICE FRONTEIRA

A partir deste pensamento dominante do cerco ao terror, não descarto que, em algum momento, o governo americano parta para uma ação repressiva em Foz do Iguaçu. Enviamos três memorandos sobre o assunto ao presidente Lula, que está em alerta e tem plena consciência do quanto este tema é delicado. De fato, há base nas suspeitas dos Estados Unidos. Existem evidências de conexões entre grupos da tríplice fronteira e a Al Qaeda. Tenho muito medo de que aconteça algo em Foz do Iguaçu. O próprio Bush já declarou que os Estados Unidos vão intervir em qualquer lugar do mundo, quando enxergarem esta necessidade. É grande o risco de que, em certo momento, a esgrima contra Hugo Chávez leve o governo americano a adotar esta postura na tríplice fronteira.

“TORTURA DOCE”

O *Patriot Act* tem três importantes linhas de sustentação. A primeira foi a sanção do combatente insurgente. O combatente insurgente não está apoiado nas Convenções de Genebra. Os Estados Unidos seguem negando-se a aceitá-las no que diz respeito ao combatente. Essa foi a grande tese de Wolfowitz, posteriormente apoiada por Rumsfeld. Não nos esqueçamos de que, quando os primeiros dados do *Patriot Act* começaram a ser discutidos antes da última eleição, houve algumas concessões em emendas ao documento. Há três principais. Uma destas concessões diz que cabe ao presidente da República aceitar ou não as Convenções de Genebra, a respeito de combatentes insurgentes. Deste modo, houve uma concessão pelo poder potestativo do presidente, situação que será debatida em breve no Congresso americano. A segunda é mais notável. Trata-se da idéia que, a bem do Estado, o presidente tem o direito do arbítrio da “tortura doce”. A “tortura doce” pode ser imposta nos Estados Unidos a critério do presidente. É uma coisa extraordinária! O governo, em vez de negar a tortura, aceita e diz: “Podem torturar!” Até agora os democratas não conseguiram tirar essa concessão. O terceiro

ponto interessante é que, neste momento, o Estado das liberdades tem de dar conta do Estado de segurança. O secretário de Justiça dos Estados Unidos, Alberto González, ratificou todas estas concessões. Estamos diante de fatos incríveis. Em que termos, uma democracia ocidental pode, por justificativa de segurança, admitir a tortura? Quando chegamos a este ponto, o Estado de Direito ficou para trás. E não se sai do Estado de Direito por um único evento. Não há efetivamente uma situação específica de ameaça aos Estados Unidos. Existe, sim, a convicção de que o terrorismo chegou para ficar e é incontrolável e anônimo. Assim como existe a certeza de que a Al Qaeda é apenas a ponta. Como consequência, em um estado geral de terrorismo, a guerra das religiões também veio para ficar. Há um dado muito interessante que me foi passado pelo Gallup recentemente em Genebra. Uma pesquisa mostra que 56% dos americanos não sabem o que é o Irã. E, destes, 75% não querem saber. Este afastamento é resultado do fundamentalismo definido.

SIGILO DO CONTRADITÓRIO

Pressionado pelas Nações Unidas e, especialmente, pela Europa Ocidental, os Estados Unidos criaram punições exemplares para os torturadores. Isso ainda está sendo discutido, mas as primeiras penas são de 20 anos a 25 anos, o que é realmente excepcional nesse particular. Mas, curiosamente, na Assembleia Geral da ONU, os países islâmicos não apoiaram os ocidentais no voto. Teria de haver dois terços dos votos para forçar um pedido das Nações Unidas de investigação da situação de Guantánamo. Afinal, a presunção é de que há tortura sistemática em Guantánamo. Diante dessas pressões, os Estados Unidos concordaram em criar um advogado-geral, um general que está encarregado das defesas de todos. Porém, o advogado tem de ser escolhido pela outra parte, pois se adota o pressuposto de que um advogado escolhido pelo preso pode transmitir instruções. Também não é permitido



o recebimento de carta familiar. Há sempre a tese de que se pode ter um código dentro de um código. Por isso, o preso não pode se comunicar com sua família. É inaudito! Toda conversa é feita pelo tal advogado-geral, que distribui os casos. Esse dado nos foi fornecido pelo John Espósito, um membro americano da Comissão de Alto Nível da Aliança das Civilizações das Nações Unidas, da qual participo. Até hoje, mais de dois terços dos presos não sabem por que estão sendo acusados. Não há o essencial do *due process of law*, a acusação. Com a pressão dos países ocidentais, um australiano, dois franceses e dois ingleses já foram soltos de Guantánamo. O advogado aproveitou-se do processo da igualdade de todos perante a lei e questionou a razão por que os afegãos ainda estão na prisão e outros saíram. Essa ação será julgada pela Corte Suprema. Este tema também começará a ser discutido em Genebra. Se a Justiça aceitou para pouquíssimos o *due process of law*, por que não aceita para todos? É possível que a Corte Suprema, que não vai entrar na questão da segurança e da ameaça ao Estado, vá se definir em razão desses outros princípios. Neste momento, a noção do combatente insurgente pode repegar toda a dimensão do conflito, a partir da possibilidade de se ter o reconhecimento de forças militares iraquianas para combater o terrorismo. Na hora em que isso for feito, não se pode mais aceitar a tese do combatente insurgente. Ao se aceitar a tese da polícia contra o insurgente, tem que se definir seu status de combatente. Isso é complicado. De modo que este é um outro pólo pelo qual o *Patriot Act* pode, de fato, ser atacado neste momento. De qualquer maneira, quando os Estados Unidos auto-aceitam a espia telefônica, acabou a liberdade e a questão da segurança. A famosa *privacy law* americana acabou. O problema é de segurança e liberdade. A lei é absolutamente difusa neste sentido. E esta situação é irreversível, porque a situação de medo só vai se ampliar.

TROPISMO CENTRISTA

Nas últimas eleições, não há nenhum radical de esquerda que tenha sido escolhido. Os porra-loucas da direita republicana também não ganharam. Quer dizer, há um impressionante amplexo centrista, diante de três idéias básicas: "Somos um país ameaçado e isso não é uma questão partidária"; "Nós somos um país que tem a responsabilidade de salvar o Ocidente"; e "Nós somos um país que tem direito a governar o mundo". Esse pensamento está permitindo ao evangelismo prosperar. As três idéias básicas somadas têm como resultado a inércia do centrismo americano. Diria até que a guerra passa a ter um valor acidental. Neste caso, entram duas questões interessantes, derivações do que possa ser um projeto americano. Como um sujeito conhecido como um dos maiores devastadores ambientais, caso de Bush, está liderando uma neoplatформа ecológica neste momento? Basicamente, este movimento se deve a uma dúvida: até onde o consumo de petróleo americano no exterior resolve-se ou não pelo etanol? Não vai se resolver! O Sr. Chávez tem algumas cartas na manga. Fico impressionado que não tenha havido qualquer investimento americano na Venezuela com o objetivo de replicar essa posição, vamos dizer, expropriatória do Chávez. Mais ainda: a capacidade que ele teve de nacionalizar e garantir as indenizações foi de uma habilidade extraordinária. O petróleo venezuelano continua sendo uma reserva estratégica da maior importância para o suprimento americano. Quer dizer, vê-se uma situação de instabilidade cada vez maior. Dentro deste raciocínio é que falo no centrismo.



FRAGILIDADE SIMÉTRICA

Não há precedentes na história de um império com uma simetria tão grande entre superpoderes e sua superfragilidade. Este é o paradoxo emergente da hegemonia americana. Vejamos o esquema *toynbeeniano*: "Todo império vai à morte pela contradição de seu proletariado interno ou externo." O bárbaro, no final, toma conta. Os processos dos impérios são determinados por uma mesma causalidade no tempo. O fato é que existe hoje um enorme paradoxo na América. Os Estados Unidos são um país com medo. O povo americano está atemorizado. Há 200 milhões de telefones espionados com autorização do governo americano. É a civilização do medo! O país mais poderoso do mundo é, ao mesmo tempo, o país mais frágil do mundo.

"FESTUNG AMERIKA"

Os debates universitários estão absolutamente cancelados nos Estados Unidos. A proposta vigente é de implantação de universidades americanas nos países do Oriente Médio. Em contrapartida, é cada vez mais difícil um islamita entrar nos Estados Unidos. Hoje, ele é um suspeito. Não se pode mais acreditar em um islamista. Isso é um fenômeno que está chegando a um delírio completo. O terrorismo é absolutamente anônimo e universal. Há uma proposta de que os islâmicos nascidos nos Estados Unidos, de famílias americanas, pudessem não ser escrutinados do ponto de vista da cidadania. É a idéia de que mesmo os *oriundi* islâmicos podem, nesse momento, ser objeto de risco. Estou muito impressionado com o fato de que os Estados Unidos vêm, cada vez mais, contraditando a sua





histórica condição de país da imigração. Há um grande erro neste tipo de comportamento. Civilização é uma só! Civilização é a ação da consciência sobre o processo histórico, determinando o seu controle pela tecnologia ou pelo poder. O mundo se objetiva, e dentro dele há a história da civilização e da consciência. Não há muitas civilizações. Há uma civilização! A tese básica é de que Khomeini, no último momento, percebeu a farsa grotesca da modernização dos países do império otomano. Kemal Atatürk⁹ conseguiu modernizar a nação, mas, depois disso, contra fazer o Ocidente virou realmente grotesco. Toda a civilização islâmica, nessas áreas mais expostas à modernização, se sentiu fraudada na sua identidade. Dentro dela, há um inconsciente social que se cultiva: “Essa menininha que amanhã estará beijando os filhos e vai explodir no ônibus não é uma comandada da Al Qaeda”.

A LATINIDADE DE SEGUNDA CLASSE

Não estamos em um *cluster* de civilizações. O que há é uma civilização que enfrenta o *cluster* das culturas. E, dentro da civilização ocidental, há o *cluster* da cultura latina, exponencial nos Estados Unidos. Um exemplo é a última legislação republicana sobre os mexicanos. Todo mexicano disposto a se nacionalizar terá de fazer um juramento de que jamais lutará para que o espanhol seja uma segunda língua nacional americana. Em termos de cidadania, isso é novo. Outro ponto: o indivíduo pode ser preso e considerado bandido se não provar uma relação de emprego dentro dos Estados Unidos. Além disso, é preciso provar relações de aculturação. É muito difícil encontrar nos Estados Unidos um colégio predominantemente de língua espanhola. A aculturação tem de ser completa e total. Portanto, dentro dessa hegemonia, não há multiculturalismo. Há reducionismo, e a quebra da noção da diferença é cada vez mais subversiva. Ou seja, aí acaba a presunção da cidadania.

9. Considerado o criador da Turquia moderna, presidiu o país de 1923 a 1938.

GUERRA DE RELIGIÕES

O *rationale* do Salão Oval assumiu uma hegemonia do Ocidente. Quer dizer, o Ocidente é o que o Salão Oval tem efetivamente de defender. E não há mais a idéia da periferia, de um terceiro-mundismo. A periferia é afastada pela noção do mundo hegemônico. Conseqüentemente, o bárbaro desaparece dentro do mundo hegemônico. A nação passa a ter inimigos! Isso tenderá a se transformar cada vez mais em uma guerra de religiões. A América tem de identificar seu inimigo; ele tem de ter um nome. Daí nasce a preocupação de que o islamismo possa vir a ser a condição necessária para a inércia da hegemonia. As hegemonias não reduzem os conflitos; esperam que os alvos sejam nítidos e possam ser combatidos.

A ÚLTIMA *RATIO* OCIDENTAL

Há um outro tema diretamente conectado às dinâmicas da hegemonia, mas que não vem sendo tratado como deveria. Não se discute o poder de acumulação americano e a capacidade de controle do setor público e privado. Ninguém mais quer saber qual a poupança americana que financia o setor público. Ao mesmo tempo, não há mais segurança fora do setor público. A posição de controle do Estado é total. O futuro governo americano terá de saber, dentro desses níveis atuais de trabalho, como se organizar para um novo esquema de aposentadoria. A política de aposentadoria vai depender muitíssimo de uma possibilidade de redistribuição de renda, que, por sua vez, está condicionada ao controle exponencial do capital. Como será possível esta política distributivista? Não o será por meio do trabalho. Em vez de se redistribuir produtividade pela elevação dos salários, vai se aumentar pela aposentadoria. Esse é um novo pacto, que ainda não se sabe muito bem como poderá ser feito. De qualquer maneira, este pacto está no eixo das dinâmicas da hegemonia.

cmendes@candidomendes.edu.br

Bradesco Celular. Porque um Banco completo tem que estar onde você estiver.

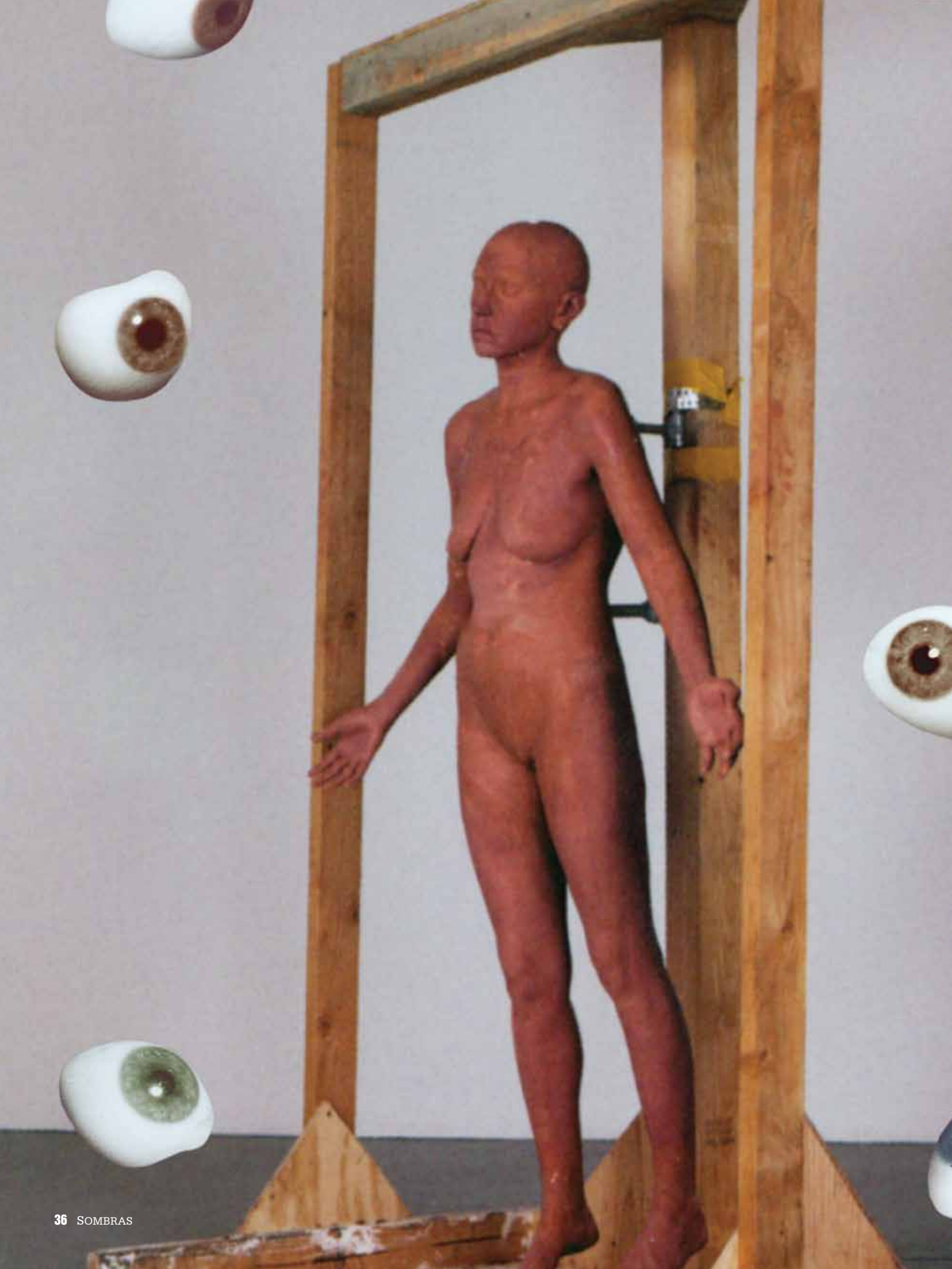
O Bradesco, o primeiro a colocar o Banco no seu celular, apresenta o serviço totalmente renovado, com mais transações bancárias* e com a proteção que só a Chave de Segurança Bradesco traz para você. Acesse a opção **Bancos** na página de serviços Wap da sua Operadora** ou digite o endereço (URL) <http://wap.bradesco.com.br> no seu celular. Se você ainda não é cliente, vá até uma de nossas Agências e abra sua conta. Bradesco Celular: comodidade, facilidade e segurança que só um Banco completo pode oferecer.

*SaldoÚltimos Lançamentos - Wap 1.0 e 2.0. Demais transações - Wap 2.0.
**Operadoras credenciadas: Vivo, TIM, Claro, Oi, Telemig/Amazônia Celular, Brasil Telecom, Nextel e CBT



Bradesco completo

**Bradesco**



UM GRANDE
RETROCESSO
OU COMO O
GOVERNO
GEORGE
W. BUSH
ANDA EMENDANDO
AS EMENDAS DA
CONSTITUIÇÃO
AMERICANA

MARCIO SCALÉRCIO
HISTORIADOR

Those who would give up essential liberty to purchase a
little temporary safety, deserve neither liberty nor safety.

(Benjamin Franklin)

Emendas à Constituição dos Estados Unidos que, de acordo com as associações norte-americanas de defesa dos Direitos Civis, estariam sendo ameaçadas e violadas pelo conjunto de disposições do *Patriot Act*:

Primeira Emenda – assegura a liberdade de religião, da palavra, de reunião e publicação.

Quarta Emenda – assegura a proteção dos cidadãos contra operações abusivas de busca e apreensão efetuadas pela autoridade policial.

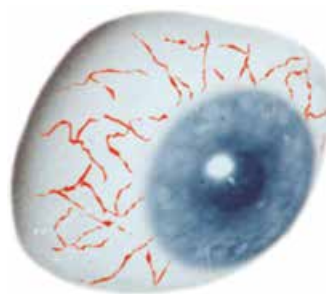
Quinta Emenda – assegura que nenhuma pessoa será privada de sua vida, liberdade ou propriedade sem o devido processo legal.

Sexta Emenda – garante ao réu o direito a um julgamento público por um júri imparcial, o direito de obter informações quanto às provas contra ele reunidas pela Promotoria Pública, o direito de confrontar testemunhas, e assegura ao réu o direito de ser assistido por um advogado.

Oitava Emenda – assegura que a autoridade pública jamais poderá fazer uso de força considerada excessiva ou punição considerada cruel.

Décima-quarta Emenda – assegura que todas as pessoas (cidadãos ou não-cidadãos dos Estados Unidos), uma vez dentro do território da União, têm o direito a um processo legal e gozam de igual proteção das leis.

No dia 26 de outubro de 2001, o Congresso dos Estados Unidos, em tempo considerado recorde, aprovou um conjunto de provisões legais de iniciativa do governo federal, cujo título oficial é *The Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001*. Percebendo que o título era excessivamente longo, a linha de montagem para *marketing* político da Casa Branca providenciou a criação de uma denominação mais palatável: *Patriot Act*. A administração George W. Bush, contava naquele momento com a solidariedade da maioria esmagadora dos cidadãos norte-americanos, ainda abalados e compreensivelmente furiosos devido aos episódios do 11 de setembro. Isso



garantiu ao governo uma vitória em termos numéricos avassaladora no Congresso: no Senado, o placar a favor do *Patriot Act* foi de 98 x 1; na Câmara dos Deputados, 357 x 66.

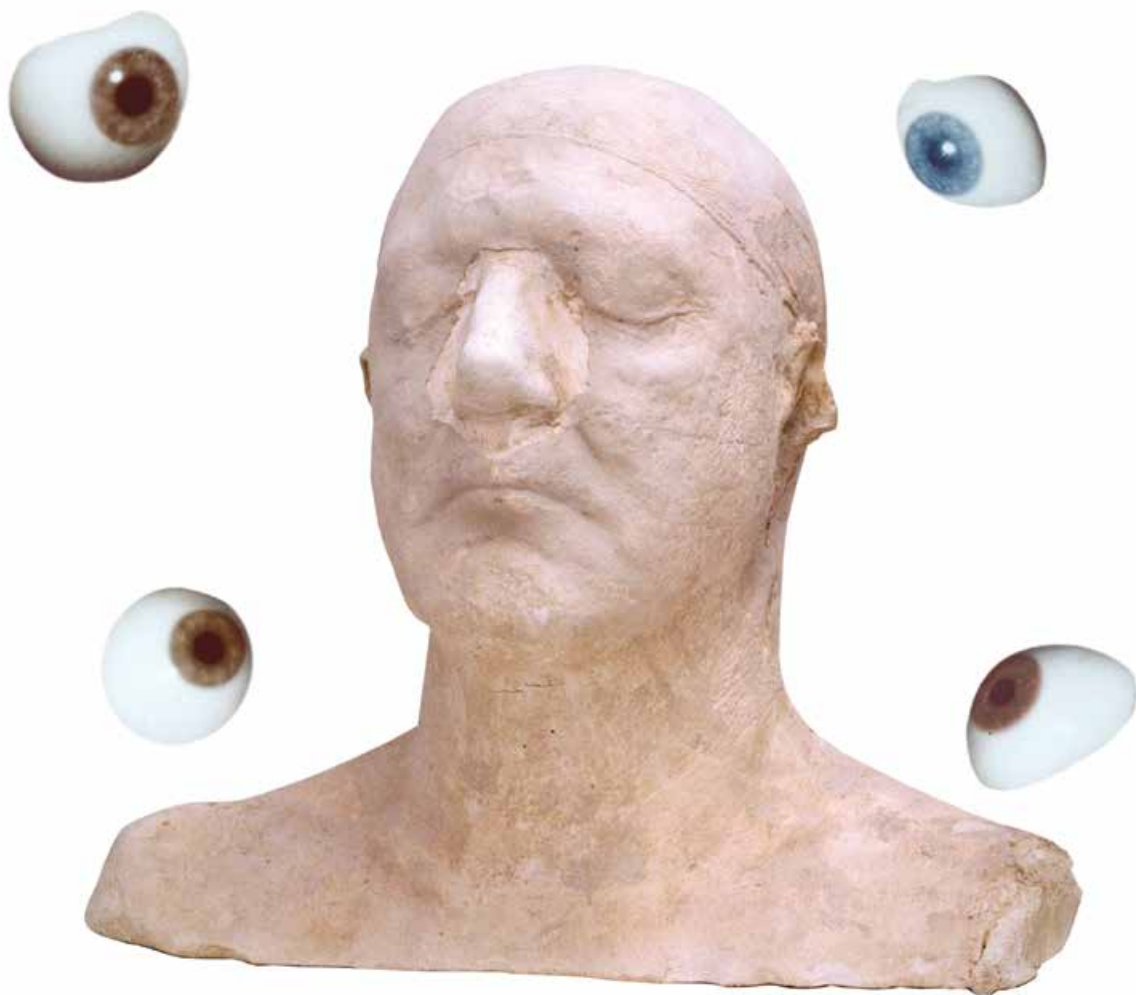
Por outro lado, paulatinamente, a “oposição liberal” começou a erguer sua voz proclamando os perigos às liberdades democráticas e aos direitos civis embutidos no Ato. Houve até aqueles que afirmaram que o tempo recorde em que o projeto foi aprovado pelas Casas Legislativas indicava que muito provavelmente os congressistas não leram atentamente – ou não leram de forma alguma – o calhamaço de 342 páginas produzido pelo governo Bush. Tornou-se famoso o episódio em que o cineasta-apresentador de televisão e escritor liberal Michael Moore percorreu os corredores do Congresso com os volumes do *Patriot Act*, indagando aos parlamentares que encontrava se eles haviam de fato lido o documento antes de votar. Em determinado momento, um dos representantes do povo abordado, tomado de fúria e aos berros, declarou que “claro que não lera nada daquilo, que a maioria de seus colegas não lera, e que de um modo geral, ninguém lia atentamente coisas daquele tipo em Washington”.

Preferindo me abster em tecer comentários a respeito de declarações honoráveis membros do Congresso dos Estados Unidos tomados de fúria, tentarei agora examinar a exposição de motivos apresentada pela administração George Bush em suporte à aprovação de dispositivos legais, que à luz da tradição norte-americana de defesa dos direitos e liberdades individuais, amplia perigosamente a autoridade do governo e ameaça claramente o direito de privacidade das pessoas.

A questão-chave para o entendimento do fenômeno são, sem dúvida, as avaliações quanto aos episódios do 11 de setembro. Ainda no calor dos eventos, enquanto o Corpo de Bombeiros, a Guarda Nacional, o Departamento de Polícia de Nova York e os voluntários civis ainda escavavam os destroços das torres gêmeas à procura de sobreviventes e de corpos, o governo federal declarou que considerava o país em "estado de guerra". Ao avaliar os eventos desta maneira, o governo abriu caminho para que fossem invocados precedentes legais típicos de uma situação de estado de guerra que, em períodos como o da Guerra da Secessão ou da Segunda Guerra Mundial, suspenderam

ou atenuaram os efeitos de dispositivos constitucionais que protegem os direitos individuais.

Não houve nada parecido com o rito constitucional de uma declaração formal de guerra, apresentada pelo presidente e aprovada por aclamação pelo Congresso, até porque não existia um país inimigo agressor para receber tal declaração. Os artífices dos atentados do 11 de setembro, os militantes da *Al Qaeda*, não constituem uma nação organizada, não possuem um governo definido e nem têm um território a ser protegido ou atacado pela retaliação norte-americana. Ouvi certa vez um comentário proferido pelo professor Darc Costa, estudioso de assuntos estratégicos, em que este afirmava ser a rede *Al Qaeda*





na verdade uma ONG – uma Organização Não-Governamental, cujos membros e simpatizantes, espalhados pelo mundo, irmanam-se em torno de interesses e projetos políticos comuns, tais como, a restauração do Califado, o combate contra o Ocidente e o Sionismo. Seus integrantes, nas mais diferentes esferas, como simpatizantes, aliados, planejadores de alto nível e militantes de campo, compartilham de uma interpretação muito peculiar do islamismo, das relações entre polícia e religião, concordando ainda com uma mesma tática para alcançar as finalidades estratégicas desejadas: a ação terrorista.

De acordo com o ponto de vista da administração Bush, o *Patriot Act* é o equivalente a uma declaração de estado de guerra, adequada aos novos tempos e ao novo tipo de adversário. O inimigo não-estatal, sem pátria específica e nacionalidade precisa está em toda a parte, inclusive dentro do território norte-americano. A revolução dos transportes – que avança sem parar desde a segunda metade do século XIX – permite ao inimigo uma mobilidade sem paralelo, cujo monitoramento dribla e ludibria os serviços de inteligência e o sistemas de satélites. Não há qualquer deslocamento de tropas a ser observado, pois o inimigo não arregimentou um exército regular do tipo tradicional e sequer usa uniforme. Ao mesmo tempo, os modernos meios financeiros permitem aos radicais a movimentação de recursos para o financiamento de suas operações no mundo inteiro. Assim sendo, a chave para o entendimento do *Patriot Act* é a reação aos atentados de 11 de setembro, e seu desdobramento principal é a avaliação definida pelo governo norte-americano que enfrenta um estado de guerra contra um inimigo inusitado.

Imediatamente após os atentados, desdobrou-se um aceso debate acerca das circunstâncias que proporcionaram os eventos do 11 de Setembro, no que se referia às responsabilidades da administração e das agências de

segurança federais. Membros do governo, líderes militares, especialistas em segurança, acadêmicos, jornalistas e integrantes da oposição democrata participaram e opinaram intensamente. O governo dos Estados Unidos, como não poderia deixar de ser, construiu sua própria versão sobre as falhas e debilidades do aparato de segurança nacional. A partir daí, estabeleceu sua estratégia de ação. Via de regra, os principais pontos desta versão seriam os seguintes:

1) Os serviços de segurança – FBI, Serviço Secreto, CIA, etc – falharam miseravelmente ao não conseguirem antecipar uma ação das proporções do 11 de setembro. O fracasso tornava-se mais reluzente por duas razões: em primeiro lugar, desde o primeiro ataque contra o World Trade Center no ano de 1993, ficara claro que o território norte-americano era alvo de grupos radicais muçulmanos, que organizaram células de apoio integradas por militantes radicados nos Estados Unidos; em segundo lugar, Osama Bin Laden e sua organização, a *Al Qaeda*, eram velhos conhecidos das agências de segurança federais. Em outras palavras, qualquer tipo de alegação quanto ao desconhecimento do perigo não poderia ser invocada. Para o governo Bush, a raiz do problema se localizava na gestão democrata anterior – os dois mandatos liderados pelo presidente Bill Clinton. Os democratas permitiram que uma cultura de “corpo mole” contaminasse as agências de segurança federais, que não fizeram o trabalho devido de acompanhar com mais atenção a estrutura tentacular da *Al Qaeda* e seus congêneres.

2) As várias agências de segurança federais – na época tratavam-se de 12 diferentes serviços – não se comunicavam entre si. Cada uma delas, muitas vezes, promovia investigações semelhantes – monitoramento das ações da *Al Qaeda*, por exemplo, sem compartilhar informações. Essa falta de comunicação interagências acontecia por diferentes motivos: necessidade de sigilo nas investigações, corporativismo funcional, ciúmeira interagências e

também devido à inexistência de um comando unificado de segurança que centralizasse os dados.

3) Havia ainda falta de pessoal qualificado no conhecimento da língua árabe e dos dialetos falados nos países muçulmanos do sul da Ásia. Desse modo, o trabalho de infiltração nas organizações muçulmanas radicais era gravemente prejudicado.

4) Existia uma escassez de pessoal qualificado para o trabalho de vigilância eletrônica, interceptação de chamadas telefônicas e monitoramento na arena virtual. Ao mesmo tempo, a quantidade de equipamentos – grampos, aparelhos de escuta, computadores possantes etc. – disponíveis para as agências de segurança foi considerado insatisfatório.

5) As fontes de informação oriundas dos serviços de inteligência dos governos dos países muçulmanos aliados dos Estados Unidos – notadamente, a Arábia Saudita e o Paquistão – eram incompletas, nem sempre confiáveis e freqüentemente reticentes em atender pontualmente as demandas solicitadas pelas agências norte-americanas.

6) O necessário sigilo e o andamento adequado das investigações internas – isto é, efetuadas dentro do território dos Estados Unidos – e que envolviam cidadãos norte-americanos, esbarravam nos procedimentos judiciais habituais. Antes de mais nada, a Justiça tem o seu “andamento peculiar”. Em virtude disso, as autorizações solicitadas pelas equipes de investigação para a implantação de escutas, mandados de busca e apreensão ou mesmo mandados de prisão de suspeitos eram sujeitos aos prazos judiciais. Ao mesmo tempo, existia o problema da interferência dos advogados dos suspeitos no momento em que os procedimentos investigativos tornavam-se públicos. Isso

sem falar nos contratempos gerados pela necessidade legal – via de regra – do investigado em algum momento tomar conhecimento que é considerado suspeito de participação direta ou indireta em algum delito, de que a autoridade pública tem a obrigação legal de definir o escopo preciso da investigação em andamento e que os agentes de segurança federais, ao requisitarem permissão judicial para exercerem escuta ou realizarem uma diligência de busca e apreensão, devem fornecer ao promotor evidências claras, (incluídas nos relatórios do processo), como justificativa do pedido à Corte competente.

Podemos, a princípio, nos contentar com a apresentação desses seis argumentos. Todos eles foram alvo de grande divulgação na imprensa. Todos eles apresentam de algum modo, meias-verdades. Os problemas que afetavam as agências de segurança federais não podiam ser atribuídos especificamente a este ou aquele governo. Mais do que qualquer outra coisa, são estruturalmente causados pelo próprio gigantismo e avanço da burocratização do Estado norte-americano. Ademais, a questão do combate às ações terroristas promovidas pelos grupos radicais islâmicos não aparecia com relevância no programa de governo da primeira administração Bush. Antes do 11 de Setembro, a ênfase principal recaía sobre o financiamento de pesquisas para o desenvolvimento de sistemas antimísseis e outras engenhocas deste tipo. As dificuldades quanto à arregimentação de pessoal adequado para infiltrar as células islâmicas radicais eram geradas, ao menos em parte, por essa ênfase diferente.

Em segundo lugar, é difícil acreditar que o FBI e a CIA, por exemplo, padecessem de carência de parafernália eletrônica para “bisbilhotagem” ou do pessoal profissionalmente qualificado para isso, especialmente para o suporte de investigações consideradas importantes. Quanto ao quesito pessoal especificamente, desde os velhos tempos da Guerra Fria, existe um esforço para recrutar profissionais adequados dentro das universidades



entre as turmas de formandos. Nada indica que em algum momento tal procedimento tenha sido deixado de lado após a *débâcle* soviética.

A colaboração insuficiente ou mesmo dúbia de aliados tais como a Arábia Saudita ou o Paquistão não deveria causar surpresa, nem mesmo para agentes de competência e perspicácia similar ao velho Maxwell Smart – o agente número 86 do Controle. Com aliados como os sauditas e paquistaneses, quem precisa de inimigos? A comunidade de inteligência dos Estados Unidos sabia desde sempre que o dinheiro oriundo destes dois países (especialmente da Arábia Saudita) constituíam as principais fontes de financiamento dos grupos radicais islâmicos. Sabia ainda que essa rede de apoio havia surgido durante a guerra contra

os soviéticos no Afeganistão e, mais do que tudo, que a mesma havia contado com o beneplácito do governo dos Estados Unidos, especialmente da administração Ronald Reagan (aliás, republicana), que lhes atribuiu um apelido cintilante: *freedom fighters*. É evidente que, sabendo de tanta coisa por tanto tempo, não houve qualquer tipo de espanto por parte da inteligência norte-americana quando se noticiou que havia um bom número de cidadãos sauditas entre os radicais que promoveram os ataques do 11 de Setembro, e que a turma toda recebera treinamento em campos situados no Afeganistão – e no Paquistão!

Finalmente, reclamar do “andamento peculiar da Justiça” e contra a ação dos advogados na defesa de seus clientes é o mesmo que considerar que o sistema





constitucional de Equilíbrio de Poderes e o princípio que todo o cidadão tem o direito à melhor defesa possível nada mais são do que lamentáveis obstáculos ao trabalho dos dedicados investigadores. Colocou-se de lado o fato de que a exigência quanto à obediência do rito legal – fundamentado na idéia da necessidade do convencimento da Corte, que concede autorização apenas mediante a apresentação por parte da Promotoria de fortes e vídências e provas concretas contra o investigado – é um importante e insubstituível dispositivo de proteção do direito de privacidade dos cidadãos. Em outras palavras, de acordo com a interpretação quanto ao funcionamento dos ritos da Justiça, Montesquieu e os *Founding Fathers* tornaram-se cúmplices dos inimigos da liberdade e aliados das organizações radicais violentas.

Todos os elementos citados acima, cuja solução foi entendida como crucial para que a administração Bush tivesse êxito em levar adiante a “guerra contra o terrorismo”, integram a espinha dorsal do *Patriot Act*. Via de regra, o governo não sugeriu claramente mudanças constitucionais. O caminho escolhido foi o de reforçar dispositivos legais já existentes, ampliando por meio deles o raio de ação das agências de segurança governamentais. Um exemplo claro dessa escolha foi a ampliação da autoridade do FISA – *Foreign Intelligence Surveillance ACT*.

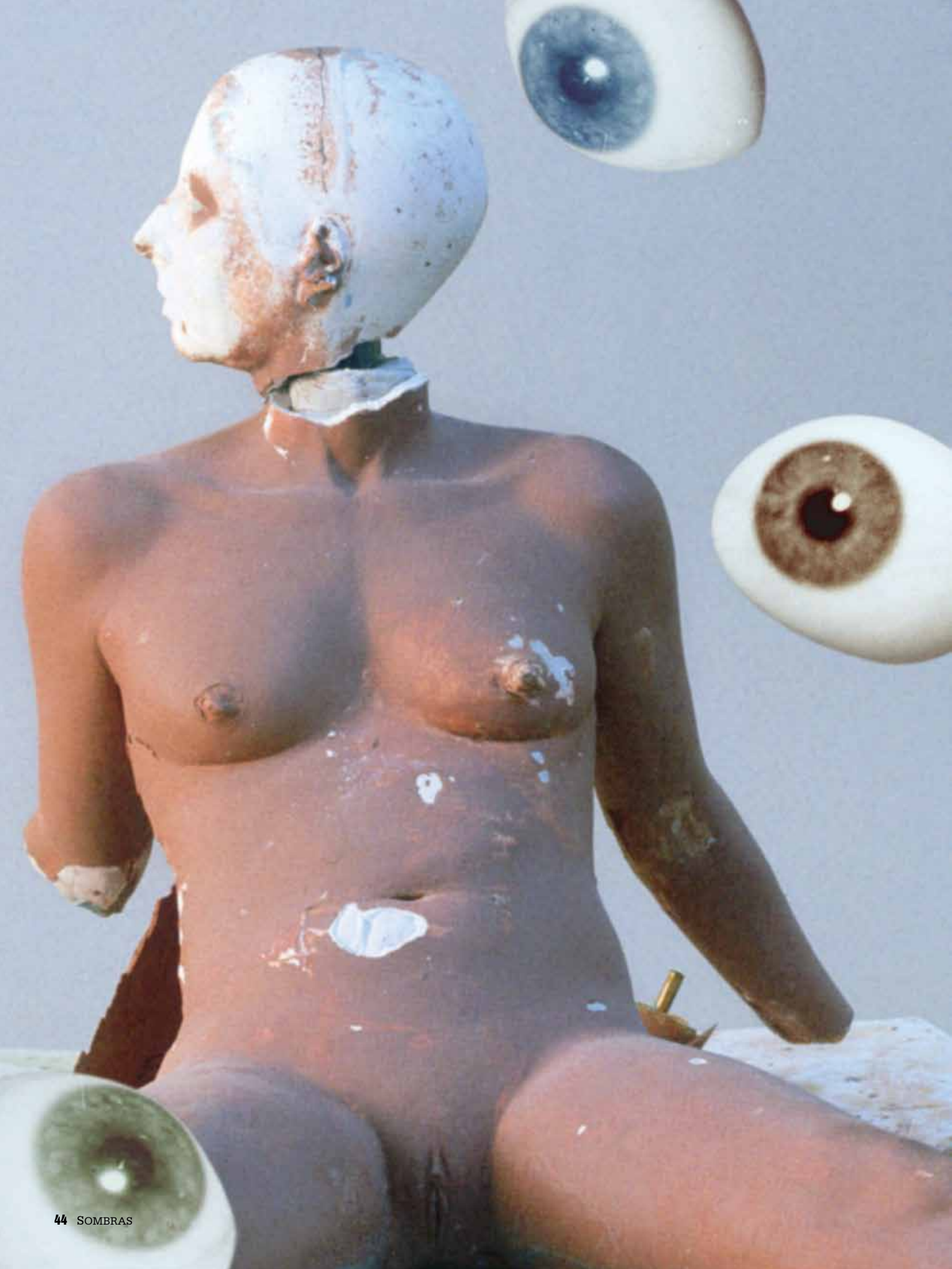
O FISA foi implementado em 1978, ainda nos tempos da Guerra Fria. A comunidade de inteligência desejava ter ao seu alcance um dispositivo legal que viabilizasse uma forma de exceção aos efeitos da Quarta Emenda à Constituição dos Estados Unidos – que garante que os cidadãos norte-americanos não serão sujeitos a buscas abusivas por parte das autoridades policiais. Com a aprovação do FISA, foram criadas Cortes secretas, cujo escopo de atuação insidia exclusivamente no campo da inteligência externa. As Cortes secretas do FISA tinham

autoridade de expedir mandados de busca e apreensão, ou autorizar a escuta eletrônica contra cidadãos, entidades ou estrangeiros residentes nos Estados Unidos, uma vez que a autoridade encarregada da investigação comprovasse que se tratava do acompanhamento da ação de pessoas, direta ou indiretamente vinculadas a operações de espionagem patrocinadas por governos estrangeiros dentro dos Estados Unidos. A maioria dos pedidos que chegavam às Cortes secretas referia-se ao monitoramento de cidadãos estrangeiros residentes no país, raramente havendo solicitações relativas a cidadãos norte-americanos propriamente ditos.

Com o *Patriot Act*, o raio de ação do FISA foi ampliado para incluir as atividades terroristas. Além disso, as exigências que fundamentavam os pedidos junto às Cortes para o monitoramento de pessoas tornaram-se muito menos rigorosas. Basta que a agência de segurança declare que seu pedido é baseado numa “forte suspeita”, sem que indícios concretos que comprovem claramente o andamento de uma ação criminoso qualquer sejam necessários. Mediante esta leve alegação – forte suspeita – o promotor solicita à uma Corte secreta do FISA a expedição da permissão para o monitoramento de organizações consideradas suspeitas: organizações religiosas tais como mesquitas, escolas, igrejas; universidades, professores, ligas estudantis, organizações culturais etc.

O procedimento de intimação também foi alterado. Um cidadão tem o direito de tomar conhecimento que uma investigação está sendo movida pelo poder público contra a sua pessoa. Antes do *Patriot Act*, uma Corte de justiça comum podia ser convencida a postergar a notificação ao suspeito, caso a promotoria – municiada pelas provas reunidas pelos agentes de segurança – argumentasse solidamente que a entrega da intimação causaria danos





irreparáveis ao andamento das investigações, pois o suspeito, uma vez notificado, poderia ocultar ou destruir provas, evadir-se ou esconder-se, e até mesmo ameaçar a integridade física de testemunhas. Após o *Patriot Act*, o pedido para a postergação da intimação – que pode ser reapresentado várias vezes pelo promotor – necessita exclusivamente de uma justificativa baseada na preservação do bom andamento das investigações. Há casos em que as autoridades conseguem protelar a entrega das notificações aos suspeitos por até 120 dias – o que é permitido pela seção 207 do *Patriot Act*. É também digno de nota, que as Cortes do FISA não são arenas adversariais, isto é, não há a possibilidade dos advogados dos indivíduos ou organizações investigados contestarem as iniciativas da promotoria. Conforme foi mencionado antes, tratam-se de Cortes secretas. A princípio só os representantes do governo têm acesso a elas.

Uma outra provisão constante no *Patriot Act* é a seção 213. Esta seção muda completamente o procedimento das autoridades públicas no terreno das operações de busca e apreensão. No procedimento habitual, a autoridade policial “bate na porta” do suspeito ou da entidade com o mandado judicial autorizando a busca e apreensão. Desse modo, o sujeito fica sabendo no ato que está sob investigação. Isso permite que os investigados, após a ação policial, tomem as devidas providências para a defesa. Com a seção 213 em vigor, a Corte do FISA tem ampliada a sua autoridade para conceder mandados para operações de busca e apreensão secretas.

A seção 218 permite que as várias agências de segurança compartilhem os dados de inteligência. Desse modo, informações sobre investigações são passadas de uma agência a outra, ou entre diferentes agentes de campo, equipes de informações e promotores. O *Patriot Act* facilita sobremaneira o caminho para a obtenção de

autorização – por intermédio da Corte secreta do FISA – para a vigilância secreta de computadores privados, e-mails, para instalação de grampos eletrônicos em linhas de telefones celulares, aparelhos de fax e naturalmente, linhas de telefonia fixa. Um dos pontos mais controversos do novo conjunto de leis diz respeito à autorização – facilitada pelos dispositivos do Ato – para a apreensão (ou obtenção de cópias secretas) de relatórios e listas de instituições educacionais e religiosas, leitura de artigos e *papers* acadêmicos, bem como a possibilidade de vasculhar o acervo de bibliotecas – individuais ou pertencentes à instituições de natureza privada sob investigação. O dispositivo inclui ainda a possibilidade de obtenção de arquivos médicos de pacientes.

O conjunto de provisões do *Patriot Act* reforça dispositivos que ampliam a autoridade das agências de segurança do governo quanto à abertura de sigilo bancário e ao acompanhamento de operações financeiras, e torna mais rigorosa a legislação quanto ao problema de lavagem de dinheiro. O governo Bush definiu ainda que várias das provisões legais presentes no *Patriot Act* deveriam ser periodicamente renovadas pelo Congresso dos Estados Unidos – o dispositivo chama-se *Sunset Provision*. A primeira dessas renovações aconteceu em 2 de março de 2005, quando o Congresso renovou o conjunto dos dispositivos sujeitos à *Sunset Provision* contando com uma votação de 89 X 11 no Senado e 280 X 138 na Câmara dos Deputados. É perceptível que o grau de concordância em relação ao *Patriot Act* diminuiu bastante desde a primeira votação em 2001.

Certamente da implantação do *Patriot Act* até agora, as organizações de direitos humanos dos Estados Unidos, além de várias outras no panorama internacional, abriram pesado fogo, seja contra a lógica política que comanda a iniciativa do governo Bush, seja contra as conseqüências práticas decorridas da implantação do *Patriot Act*. Antes



de tudo, as organizações de direitos humanos estão, desde algum tempo, plenamente convencidas que o Ato efetivamente ameaça os direitos civis dos cidadãos americanos, especialmente no que tange ao enfraquecimento dos efeitos das Emendas à Constituição dos Estados Unidos mencionadas no início deste artigo. Dentre inúmeras denúncias, a ACLU – *The American Civil Liberties Union* – destaca as seguintes:

- Por volta de 8.000 imigrantes de origem árabe ou sul-asiática têm sido detidos para interrogatório em função de sua fé religiosa e etnia, e não devido a qualquer suspeita comprovada quanto ao envolvimento em atos de terrorismo interno.

- Centenas de homens, na sua maioria de origem árabe ou sul-asiática, tem sido colocados sob custódia secreta por agentes do governo. O tempo de detenção pode durar semanas ou até meses. Regularmente não é formalizada nenhuma acusação contra esses prisioneiros. Ao mesmo tempo, o governo se recusa a divulgar uma lista com os nomes dos detidos, chegando até mesmo a desobedecer ordens emanadas pelas Cortes convencionais nesse sentido.

- O governo permite que as conversas entre prisioneiros e advogados sejam espionadas, quebrando com isso o direito constitucional de sigilo advogado-cliente.

- O governo permite a espionagem contra organizações legais de cunho religioso, político, estudantil e também indivíduos, sem que a autoridade seja obrigada a apresentar qualquer evidência palpável de crime. Basta a mera alegação de suspeita.

- Cidadãos norte-americanos suspeitos de atividades terroristas estão sendo mantidos sob custódia por tempo indefinido em bases militares em todo o mundo, sem acusação formalizada e sem o direito de serem assistidos por advogados.

A mesma lógica que informa as ações do governo Bush na dimensão da política interna de guerra contra o terror reflete-se em suas operações externas, no Iraque, no Afeganistão e na busca de cooperação de aliados no mundo inteiro para suas empreitadas. No ano de 2004, a Cruz Vermelha Internacional emitiu um relatório protestando contra os limites impostos pelas autoridades norte-americanas que impediam que a entidade pudesse realizar na plenitude uma das tarefas que lhe creditou notória reputação: a de fiscalizar as condições em que são mantidas pessoas encarceradas em área de conflitos. Segundo a Cruz Vermelha, nas inspeções realizadas nos primeiros quatro meses daquele ano, foi constatada a presença de 107 jovens, isto é, pessoas com menos – ou muito menos – de 18 anos de idade, detidas em prisões militares no Iraque. As autoridades de ocupação do país negaram terminantemente o fornecimento de informações quanto à idade e à identidade e acerca das condições em que os prisioneiros eram mantidos. Foi amplamente divulgado na imprensa internacional o hábito das agências de inteligência dos Estados Unidos manterem cárceres secretos em países da Europa e no Paquistão. Nesses países, apoiados pelas autoridades, as práticas mais severas de interrogatório e pressão contra os presos podem ser largamente utilizadas, sem que as os agentes precisem se preocupar com as leis norte-americanas ou com os protestos incômodos promovidos pelos grupos defensores dos direitos civis. De certo modo, estamos diante de um fenômeno de “globalização dos abusos correntes que acontecem na prisão militar de Guantánamo Bay”.



Quanto ao tema relativo à política de tratamento dos prisioneiros e também quanto ao problema da ampliação da “bisbilhotagem federal”, o presidente Bush divulgou as seguintes declarações: às entidades de direitos humanos, o presidente afirmou peremptoriamente que “Eu... determino que nenhuma das provisões da Convenção de Genebra se aplica ao nosso conflito com a *Al Qaeda* no Afeganistão ou em outros lugares do mundo. Ao Congresso, o presidente comunicou que “A Suprema Corte dos Estados Unidos declarou que a autoridade do presidente para classificar e controlar o acesso à segurança nacional é gerado pela Constituição e não depende de uma concessão legislativa de autoridade”.

Procurando defender-se dos protestos das organizações nacionais e internacionais de direitos civis e do pensamento dito “liberal”, o governo Bush alega que, desde o 11 de Setembro, o território dos Estados Unidos não sofreu mais nenhum ataque terrorista. Para o governo isso comprova claramente a eficácia das provisões do *Patriot Act* e o resultado positivo das operações das agências de segurança federais e dos militares que desfrutam de uma maior liberdade de ação graças ao Ato. Os porta-vozes das agências por sua vez, ruborizados de modéstia, afirmam que não é de praxe a divulgação dos resultados positivos das investigações em andamento. Segundo eles, por razões óbvias, o segredo deve sempre ser mantido, até como uma garantia de sucesso de operações futuras.

Claro que vez por outra, a voz isolada de algum analista independente vem a público lembrar que a inexistência de ataques em solo norte-americano desde 2001 não significa necessariamente que o trabalho policial e de espionagem vem sendo coroado de êxito. O que acontece



é que organizações radicais tais como a *Al Qaeda* têm um fôlego limitado para estruturar ataques de grande porte em curto espaço de tempo. O intervalo entre o primeiro ataque contra o World Trade Center – 1993 – e o segundo – 2001 – é de 8 anos – dado importante se acreditarmos que a rede *Al Qaeda* estava envolvida em ambos. Como as agências federais de segurança são “modestas demais” para divulgar seus resultados, nada comprova concretamente que a adoção de medidas draconianas esteja produzindo os resultados desejados.

Contudo, um argumento apresentado pelas autoridades norte-americanas é indiscutível. O número de pessoas presas, detidas temporariamente ou indefinidamente, de entidades e indivíduos sob investigação secreta, dentro e fora do território dos Estados Unidos é enorme. Analistas argumentam que momentos deste gênero não são novidade na trajetória histórica dos Estados Unidos. Durante a Guerra da Secessão (1861-1865), o presidente Lincoln suspendeu o direito de *habeas corpus*. No período da Segunda Guerra Mundial, o governo Roosevelt, alegando a necessidade de proteger cidadãos de origem nipônica, transferiu-os para campos de detenção especiais – alguns preferem a designação sinistra mais tradicional de “campos de concentração”. Edgar Hoover, que foi diretor do FBI por 49 anos ininterruptos e pode ser considerado o “patrono da bisbilhotagem oficial ilegal”, mantinha dezenas de milhares de gravações obtidas secretamente de pessoas como Martin Luther King, Elvis Presley e até de presidentes da República e juizes da Suprema Corte. Por décadas, as Cortes e os governos dos estados do Sul

permitiram que organizações tais como a Ku Klux Klan maltratassem impunemente cidadãos negros, mantendo-os apartados do exercício de seus direitos civis. Foi necessária uma intervenção federal para dar um basta na farrá. Finalmente, todos nos lembramos das histórias funestas dos tempos do McCarthismo, quando a perseguição contra comunistas, pretensos comunistas e liberais de esquerda destruiu a carreira profissional e as vidas de um grande número de pessoas.

Pode-se argumentar que se trata de uma velha intolerância que se renova em nossos dias sob o pretexto do combate ao inimigo terrorista. A novidade é que agora, gozando da plenitude da sanção oficial, o *Patriot Act* e as ações das autoridades norte-americanas decorrentes desta política no mundo inteiro “elevaram a gravidade da condição de ser suspeito”. O velho princípio do Direito, “de que todo o cidadão é inocente até que se prove o contrário”, vem perdendo intensidade. O caso é que muitos dos detidos, dos prisioneiros em lugares lúgubres tais como Abu Ghraib e Guantánamo Bay, sofrem um elenco infinito de vexames, são sujeitos aos mais brutais interrogatórios e a tratamento repugnante pelo simples fato de “serem suspeitos”. Caso nada seja comprovado contra eles, são simplesmente soltos. Mas o vasto elenco de humilhações, a privação da liberdade e os machucados adquiridos nas prisões marcarão essas pessoas pelo resto de suas vidas. Alguns, naturalmente, podem até perder sua vida devido ao entusiasmo exagerado de um interrogador. São danos colaterais, foi sem querer, nada mais do que um acidente



de trabalho, plenamente justificado pela necessidade de enfrentar os terroristas. Afinal, vivemos num tempo em que governos legais, reconhecidos internacionalmente, promovem políticas sistemáticas de “assassinatos seletivos”, isto é, o indivíduo (suspeito de fazer parte de organizações terroristas) é justificado por forças regulares do Estado, sem que sua culpa tenha sido claramente comprovada nas barras de um tribunal, num julgamento público, e sem que tenha a chance legal de apresentar sua defesa. De indivíduo, detentor de direitos humanos, foi rebaixado à categoria de suspeito; e em seguida, de suspeito, foi rebaixado ainda mais: tornou-se “alvo”. Esse é um ambiente legal cujo retrocesso ultrapassa em muito à época dos Contratualistas dos séculos XVII e XVIII ou do Antigo Regime. Estamos falando de procedimentos legais dignos dos tempos anteriores ao Código de Hamurabi.

De acordo com as organizações de direitos civis, casos semelhantes andam acontecendo no próprio território norte-americano. Lá, as maiores vítimas imediatas são os imigrantes e os muçulmanos — que, para muitos, são “eticamente incorretos” e professam a fé religiosa politicamente errada. Já a maior vítima de longo prazo são os princípios constitucionais que garantem a privacidade e o direito das pessoas de receber um tratamento justo e, uma vez acusadas, ter acesso a um processo legal. É o que diz a Quinta Emenda da Constituição dos Estados Unidos. É o que diz a lei.

scalercio@link.com.br





SulAmérica Saúde Ativa.
Perfeito para manter a saúde dos recursos mais humanos da empresa.

Só quem tem SulAmérica Saúde tem SulAmérica Saúde Ativa.

Uma empresa só é realmente saudável quando mantém seus funcionários saudáveis. E em saúde, melhor do que resolver os problemas é prevenir. É por isso que existe o SulAmérica Saúde Ativa. Com ele você dispõe de uma série de serviços, como Palestras de Prevenção, Check-ups, Vacinas, Orientação à Saúde, Gerenciamento de Fatores de Risco, Emergência Médica Domiciliar, que ajudam você a antecipar futuros riscos e a ter uma visão mais clara sobre o quadro de saúde dos funcionários. Converse com o Consultor Saúde Ativa. Será um prazer ajudar sua empresa a ficar cada vez mais saudável.

SulAmérica Saúde Ativa.
Empresa saudável pensa antes.

Para informações detalhadas, acesse sulamerica.com.br

Para uma avaliação personalizada, ligue (11) 3779-7002 ou 3779-7164 e solicite a visita de um Consultor Saúde Ativa.

SulAmérica

associada ao **ING** 

Q



K

RELATOS AUSTRIACOS 18



De repente senti a alma transformar-se em plástico desbotado. Eu estava por um fio, apesar de haver amarrado os sapatos da insegurança ao pé da cama. Repudiei a fala gutural, mas em vão, a voz não modulava conforme o ritmo íntimo, transformado, aliás, ora em fervente magma primordial, ora em ribeirinho simpático. Entre tentar uma reação de última instância e entregar os pontos, oscilava, temendo os extremos atratores: a agressividade sentimental, de um lado, e a imagem de descaso, de outro. Experimentava inédita e paradoxal forma de tortura: imobilidade obrigatória que não me deixava tempo para nada. Era uma prisão de algemas e cordas invisíveis que me faziam andar da sala para a cozinha, daí ao quarto de dormir ainda testemunho das horas impensáveis, mas nada se repetia. Sofria o constrangimento de conseguir ser o último em uma corrida na qual era o único competidor.

Incômoda sensação de ilegalidade ao aparecer como intruso, excrescência, inoportuno. Lentamente as janelas se fechavam, ou tinha o pressentimento de que estavam por se fechar, as portas com trancas corridas denunciavam a presença de um invasor, acossado por cachorros, vaías, lanternas. Fazer-se de sonâmbulo ou alopradinho seria impagável. O inevitável recurso de fingir não reconhecer, tão bem utilizado, olhos nos olhos, convenceu-me de que não mais era reconhecido realmente. Fora visto sob insuspeitada perspectiva e encontrado deficiente para os embates da civilização etrusca. Estava, de fato, irreconhecível. Pôs o rabo



entre as pernas cheio de vergonha e preferiu, sem qualquer valia, jamais ter aberto a boca para dizer seu nome como cartão de visita. Retirei-me pé ante pé como um ladrão que foge de mãos vazias. Sabia que mil pares de olhos o estavam observando, patético, escorraçado pela própria sombra, tão frágil era sua presença recente diante da história das paixões. Não devia nunca ter tirado a roupa metafórica e exercitado músculos aposentados, mas deixado imobilizar-se como passável companhia em tardes de chá. A eterna auto-acusação de blefe retornava, enfática e aos brados, deixando-o desorientado como um ex-presidiário: quem sou eu? Isto é, quem sou eu à parte os outros em mim? O zumbido infernal das situações críticas era o sinal de que, mais uma vez, cada vírgula do que fizesse seria capaz de desencadear os mais devastadores ataques aos seus pontos fracos, cada vez mais fracos. Teria que enfrentar a luminosidade das frases ditas sem piedade, vedada toda possibilidade de interpretação benigna. Fui atrevido e o inimigo era cruel quando não amava. Fui avisado e rejeitei o aviso. Chegara a hora do acerto, meu bem.

*Fui atrevido e
o inimigo era
cruel quando
não amava*

Prefiro o cútele ao adiamento da sentença

Era um desses momentos de aposta vital, sem mediação de silogismos, enciclopédias fora, tendo por derradeira esperança a força das raízes nas quais me pendurava sobre o Letes, o rio do esquecimento. Um medo descomunal crescia cada vez mais, enquanto via minha imagem ir desaparecendo como gaze na memória alheia. O risco era deixar de ter existido. Desaparecer até como ficção. Certo de que fora condenado em razão de imperdoável série de deslizos (não há segunda chance no universo da disputa por afetos), terminou transformado em trapos da cabeça aos pés. Incapaz de olhar nos olhos dela, incapaz de tocá-la, incapaz, paralítico. Ela era um terror, castrava com um sorriso e uma exclamação de desprezo. Restava-lhe a ilusão de que adormecera.

Mas não, não adormeci nem seria capaz. Normalmente atormentado, freqüentava as situações propícias ao suicídio espiritual a título de formação de caráter. Nunca soube o que era formação de caráter. O que tinha, era por acaso. Costumava recolher tudo, inclusive a mais humilde das migalhas da existência. A incerteza respirava com dificuldade através de meu nariz quebrado quando completei treze anos. Desde então nunca mais fui surpreendido por desastres. Fazem parte do roteiro. Surpreendido pelo amor, sim, algumas vezes, sem reconhecê-lo e cético. Se fosse dado a comiserações diria que jamais me julguei digno de amor. Sim, que seja, porque jamais consegui gostar de mim, é uma hipótese, mas não acredito integralmente nela. Tenho a mais alta consideração por um certo eu, que a mim mesmo surpreendeu ao ser, ao existir. Anda de par com outro, porém, desse que falo agora, acabrunhante.

Sonso, temeroso de expor a extensão do sentimento pervertido, calcinado pelo ressentimento das desilusões jamais reconhecidas, falso em sua fortaleza marinha, à entrada dos portos, desmontável como um brinquedo, urrava para evitar ser posto à prova e se revelar inofensivo. Sempre me apavorou o sofrimento que estaria por vir, sem nada aprender do sofrimento atual, fundo, que fingia não existir para reduzir a dor. A infantilidade ficou encruada na emoção e a aleijou. Meu amor é um aleijão que se desenvolve desproporcionalmente, e assusta mais

do que acalenta. Sou, todavia, terno. Tente compreender. E generoso também. Neste exato instante ele seria capaz de renunciar à visão para evitar a agonia que a tomava seriamente. Talvez por egoísmo, por não suportar outra companhia senão a da felicidade. Por isso, por isso havia ultrapassado a fronteira da decência e implorava como um viciado sem limites. Pedia, implorava, se aviltava, só para observar o prazer maligno da outra.

Estava esgotado. Prefiro o cutelo ao adiamento da sentença. Próprio dos tímidos que se suicidam por pavor da morte. Eis aí a razão da descrença no amor alheio. Quero o punhal pelas costas, quero o veneno instantâneo, quero a explosão da mina terrestre, quero o tiro certo disparado anonimamente, quero a surpresa, a ignorância, a inocência impura. Falta-me a coragem da verdade. Tudo, menos a verdade.

Estou escondido nas dobras do medo, mãos cruzadas sobre os olhos, não respiro há dezoito horas, sentado sobre as pernas que nada sentem mais, boca seca, dentes cerrados. Ninguém será capaz de me descobrir aqui, posso desaparecer com os dedos tortos de frio e uma cãibra no peito. A imagem, agora, me tranqüiliza. Em breve não haverá traço de que existi. Posso tirar esse peso da consciência. Melhor assim. Uma dúvida no corpo dela de tempos em tempos provocará curiosidade, não mais do que curiosidade. Oh, Deus, e quanto a amei!

leex@candidomendes.edu.br



Sr. Empresário, conheça a fiscalização transparente.



Para garantir uma fiscalização séria e eficiente, a Secretaria de Fazenda agora estabelece um programa específico para a ação de cada fiscal de rendas. O objetivo é acelerar os processos de fiscalização e utilizar melhor os recursos públicos. Essa é a postura do Governo do Rio de Janeiro.

Agora, quando um fiscal bater à porta do seu negócio, o senhor ou a senhora vai poder verificar imediatamente se a visita consta da agenda da Secretaria de Fazenda, basta acessar o site www.sefaz.rj.gov.br e clicar no ícone RAF. O Governo do Rio de Janeiro também vai intensificar a fiscalização nas divisas do Estado para evitar a entrada irregular de produtos. Seriedade na fiscalização é mais um bom motivo para investir no Rio de Janeiro.

Secretaria de Fazenda. Parceria no crescimento.

Balanço mensal do Estado

Informações Fiscais

Serviços

Acesse:

www.sefaz.rj.gov.br



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE FAZENDA





**DOS
INTERESSES**

RODRIGO DE ALMEIDA
JORNALISTA

Os números a seguir informam: da radiografia das doações de recursos destinadas aos principais candidatos das duas últimas disputas para a Presidência da República, sobressai-se, acima de tudo e de todos, o setor financeiro.

Tanto em 2002 quanto em 2006 — as duas campanhas sob análise que têm em comum o confronto direto entre petistas e tucanos no segundo turno — foram os bancos os principais protagonistas do ranking de contribuintes eleitorais. A tabela 1 demonstra que, na eleição em que Luiz Inácio Lula da Silva derrotou José Serra, o setor financeiro encabeçou a lista de doadores, com quase R\$ 19 milhões como a soma de doações repassadas ao petista e ao tucano. Quatro anos mais tarde, na reeleição de Lula sobre Geraldo Alckmin, mais uma vez a liderança: cerca de R\$ 26 milhões, conforme exhibe a tabela 2.

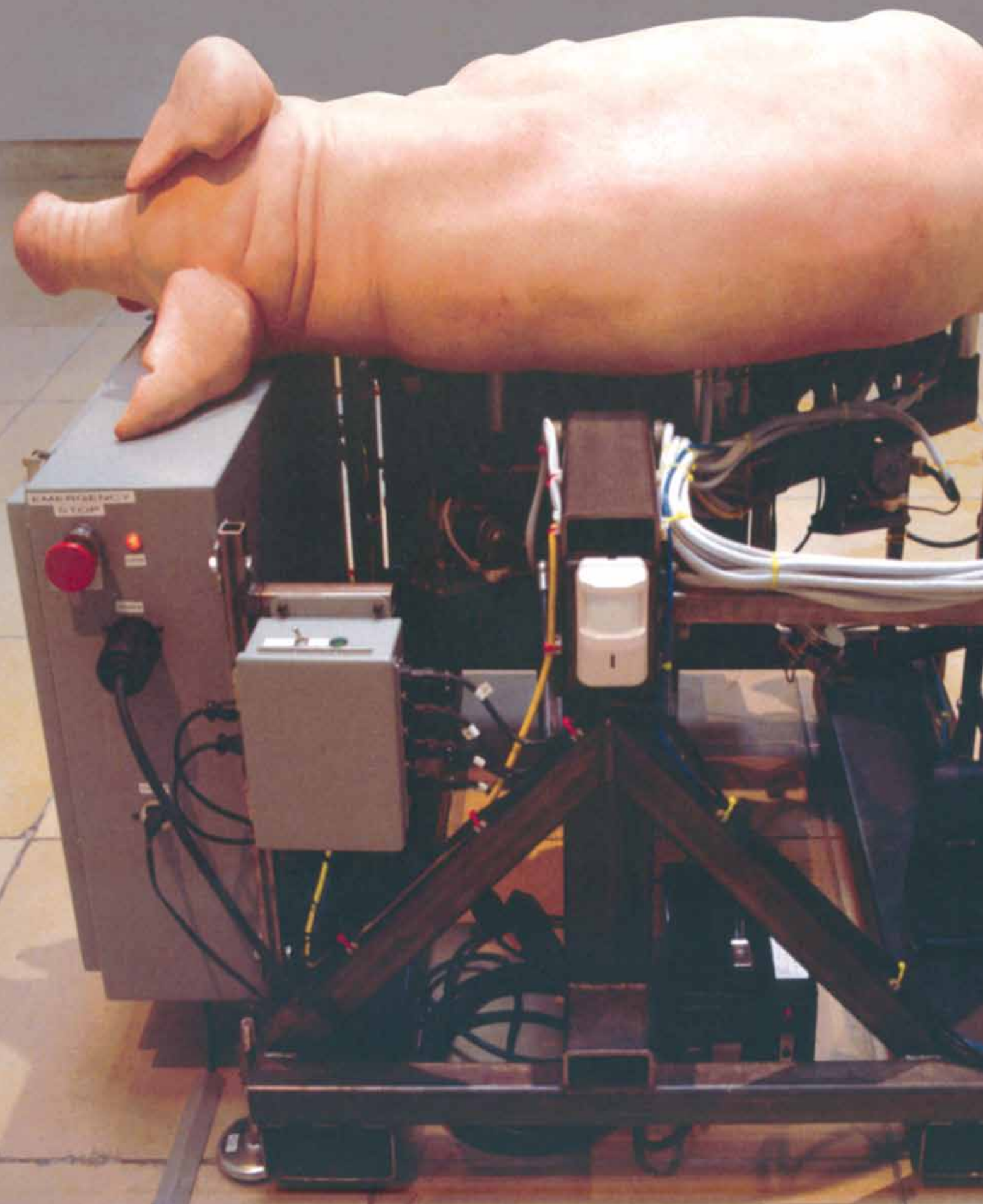
Até aí, um museu de novidades. Bancos e, de resto, empreiteiras — principais credores e fornecedores dos governos — costumam ser os maiores doadores de campanhas eleitorais. Ora bem, ensina uma das cláusulas pétreas do jogo eleitoral que financiam campanhas aqueles que têm interesses e dinheiro. Interesses temos todos, a começar pelos mais modestos eleitores. A estes interessa, no mínimo, que seus candidatos sejam eleitos. Em geral, contribuem com não mais do que o voto depositado nas urnas. E já é muito. Dinheiro, contudo, é atributo mais escasso. E o que diferencia os grandes doadores brasileiros é que boa parte deles mantém relações diretas com o governo. Compreensível. Estranho seria se Lula, Serra, Alckmin e outros candidatos pudessem ter conseguido recursos de empresas que mantivessem relações com o governo chinês.

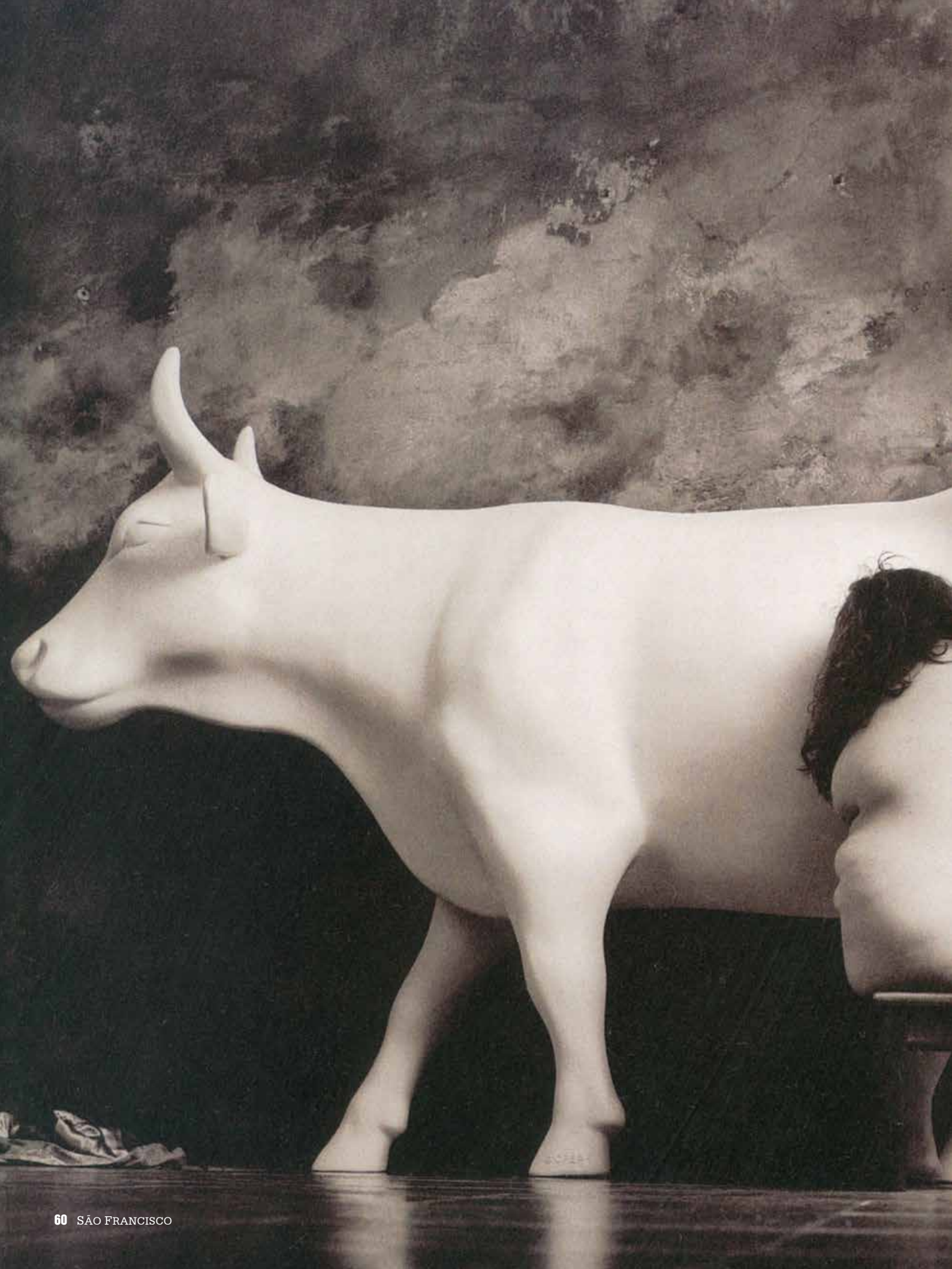
Mas passemos. Como se verá nas próximas páginas, os números reafirmam certas sutilezas das complexas relações entre doadores, partidos e potenciais governantes. Dos principais financiadores das campanhas de Lula e Serra, em 2002, e Lula e Alckmin, em 2006, é notável a presença de setores oligopolizados. Financeiro, construção civil e imobiliário, papel e celulose, químico e petroquímico, siderúrgico, mineração e comunicações aparecem, em maior

ou menor nível dependendo da campanha, mas estão lá. Quem sabe é mera obra do acaso de setores que estão se desenvolvendo acima dos demais. Afinal, tamanha pujança costuma inspirar benevolências, certo?

A seguir a observação sobre as tabelas 1 e 2, descobre-se uma primeira e curiosa novidade. No ranking sobre o total de contribuições da campanha presidencial de 2002, a despeito da pulverização habitual de contribuições, chega a ser eloquente a força alimentadora do setor financeiro. Respondeu por 33,8% dos R\$ 55 milhões doados a Lula e a Serra. O segundo setor melhor posicionado na lista de doadores foi o de papel e celulose, com 8,5% do total de doações. Quatro anos mais tarde, informa a tabela 2, o desequilíbrio mostrou-se menor. Se o financeiro continuou à frente, contribuindo com 21,7% do total, o setor de construção civil e imobiliário chegou perto: 19,1%. Seguido por bebidas e alimentos, com 11% do total de contribuições. Tais índices, no entanto, não eliminam — apenas reduzem — as conclusões sobre o peso demasiado de poucos setores na sustentação das campanhas presidenciais.

O reequilíbrio mais vistoso das cifras, no entanto, revelou-se na exponencial diferença entre o Lula opositor de 2002 e o presidente aspirando à reeleição de 2006. Observe-se mais uma vez as tabelas 1 e 2. Em 2002, embora Lula e Serra dividam o bolo de doações em pedaços praticamente iguais — R\$ 27,9 milhões arrecadados pelo petista, R\$ 27,8 milhões obtidos pelo tucano — na divisão das doações advindas do setor financeiro a proporção muda substancialmente. Serra abocanhava mais do que o dobro das doações deste setor do que o obtido pela campanha de Lula. Uma vez inquilino no Palácio do Planalto, no entanto, Lula alcança um feito notável junto às instituições financeiras. Em 2006, remodela a proporção: 10,5% de sua arrecadação total vieram do setor financeiro, contra 11,1% para Alckmin. O já presidente salta para R\$ 12,8 milhões em volume de arrecadação, contra R\$ 13,4 milhões doados a Geraldo Alckmin. O PSDB seguiu em frente como o beneficiário prioritário do setor financeiro, mas o reequilíbrio pareceu considerável.







Certos números dispensam coincidências. Como o próprio presidente Lula afirmou e reafirmou em enfáticos discursos contra os juros altos, as instituições financeiras nunca ganharam tanto (uma progressão contínua desde o governo Fernando Henrique Cardoso, fique bem compreendido). Chama a atenção, por exemplo, que os bancos se tenham tornado os principais financiadores da campanha da reeleição do presidente Lula, quando lhe foi concedido evidente desprezo quando comparado ao volume de recursos despejado na campanha do candidato José Serra.

A tabela 3 acrescenta ingredientes adicionais a essa receita de interesses setoriais nas campanhas e ações governamentais. Ela mostra a variação percentual entre 2002 e 2006. É razoavelmente exuberante o crescimento das contribuições da construção civil e do setor imobiliário – uma alta de mais de 13 pontos percentuais. Vai-se além: o crescimento se dá em volume desproporcional, em situação nitidamente favorável a Lula. Dos R\$ 23 milhões doados pelo setor, R\$ 18 milhões foram destinados ao presidente-candidato. (Lula também recebera a preferência quatro anos antes, mas em dimensões bem mais modestas: construção civil e imobiliário preenchiam apenas o sexto lugar em volume de contribuições).

A tabela 3 sugere ainda uma divisão entre altos e baixos na oferta dos doadores de campanha. Proporcionalmente em relação ao total contribuído, a tabela informa que oito setores variaram positivamente. Dois ficaram estáveis. Doze viram reduzir, em percentual, sua colaboração aos recursos de campanha dos dois partidos. A tabela 4 complementa a radiografia. Em valores absolutos, a campanha de 2006 exibiu um aumento médio na arrecadação de eloqüentes 216% em relação à disputa de 2002. Pulou-se de R\$ 55,7 milhões em contribuições para mais de R\$ 120 milhões.

Nove dos 21 setores contabilizados – eliminando-se a rubrica “outros” – contribuíram proporcionalmente mais em 2006 do que o aumento médio verificado entre as duas campanhas, informa ainda a tabela 4. É curioso notar aí

que o setor farmacêutico, habitualmente um setor balizado por forte *lobby* junto a governos e Congresso, nada contribuiu na última eleição (em 2002, sua contribuição também fora modesta: pouco mais de R\$ 1 milhão, menos de 2% do total contribuído naquele ano).

As tabelas 5 e 6 ajudam a radiografar a musculatura adquirida pela campanha do PT de Luiz Inácio Lula de Silva. Já se sabe que o aumento médio da arrecadação geral dos dois partidos foi de 216%. A variação percentual de 2002 para 2006, no entanto, foi bem superior na candidatura petista do que entre os tucanos. Lula viu crescer as contribuições de R\$ 27,9 milhões para R\$ 75 milhões. Serra arrecadou R\$ 27,8 milhões em 2002; Alckmin, R\$ 45,7 milhões, um crescimento de 164%.

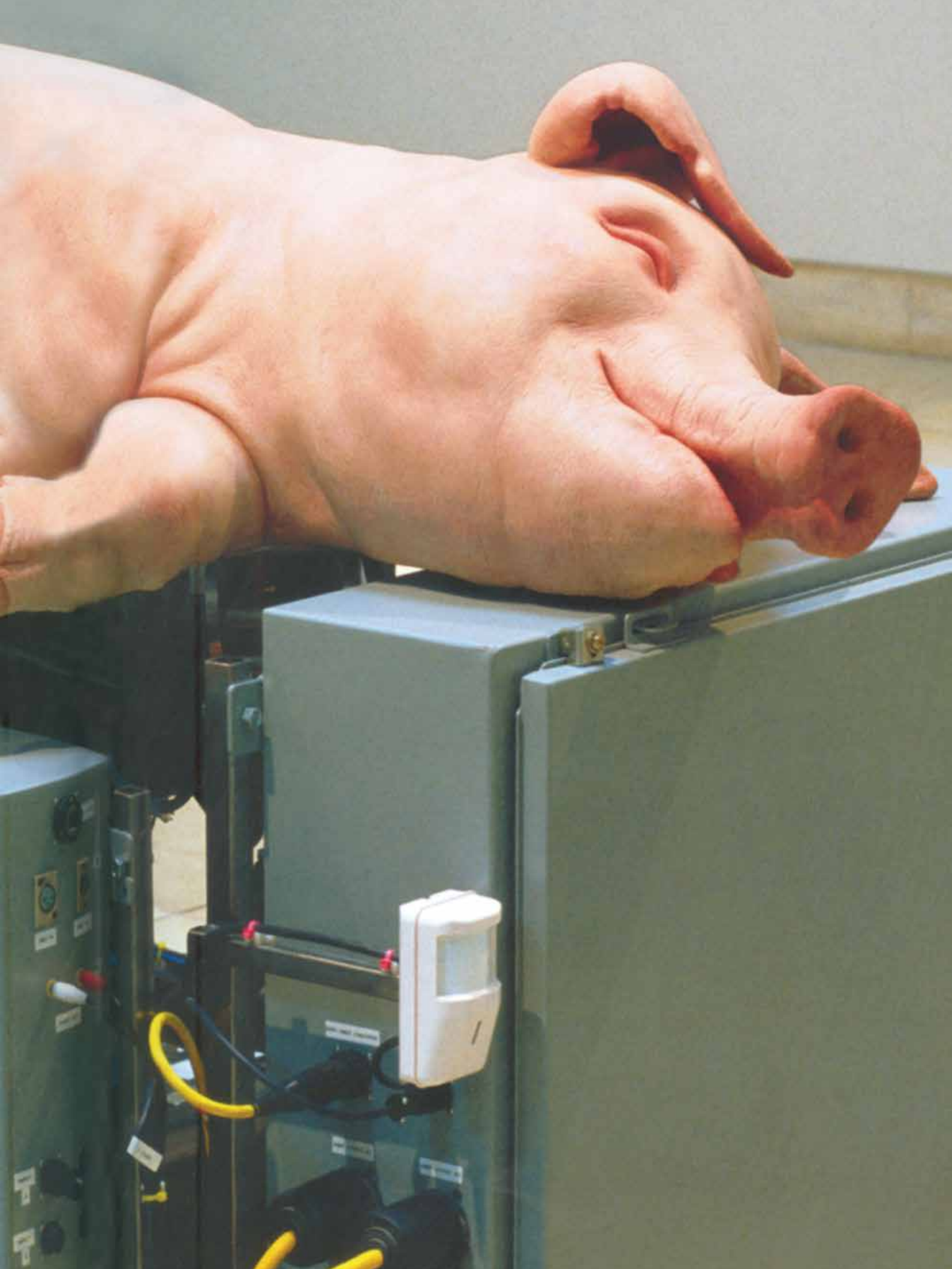
Tais números, em particular, desfazem dois mitos. Primeiro desmontam a pregação defendida pelos artífices da chamada “minirreforma eleitoral”, que limitou a propaganda, filtrou o uso de recursos e aumentou exigências burocráticas para a arrecadação e gastos de campanha. Aprovada e sancionada na ressaca dos episódios do “mensalão” e nas denúncias generalizadas de uso de “recursos não contabilizados”, pretendia-se eliminar o caixa 2 e reduzir os custos da disputa eleitoral. Foi um típico modo brasileiro de legislar. Tinha o objetivo inicial de ampliar a transparência, mas as mudanças acabaram se concentrando na tentativa de baratear o custo das campanhas. Uma meta certamente não foi alcançada. Não há razão para acreditar no sucesso da outra.

Os dados das tabelas 4 e 5 contrariam ainda as previsões da cúpula do PT — que, depois de se ver conflagrada no centro da polêmica sobre contribuições milionárias e ilícitas, anunciou que, comparada em 2002, a campanha reeleitoral seria mais modesta. Os 264% de crescimento das contribuições recebidas pelo presidente-candidato falam por si. Ressalve-se, contudo, que se os valores forem corrigidos pelo IPCA, que mede a inflação do período, o aumento beira passa pouco mais da metade do índice acima. Diminui, mas continua alto.

Importa observar, no entanto, que de 1994 para cá, as contas oficiais indicam que os principais setores econômicos tendem a equalizar os valores doados aos finalistas e a reduzi-los. Um levantamento recente do jornal *Valor Econômico* indicou que, em 1994, 55 empresas deram mais de R\$ 500 mil para Fernando Henrique Cardoso e apenas uma ultrapassou essa quantia nas doações para Lula. Em 1998, as empresas com contribuições de pelo menos meio milhão já haviam diminuído para 46 na campanha de FHC e desapareceriam na de Lula. Em 2002, a maior paridade do custo do voto de Lula e Serra reflete-se também nas grandes doações — 22 empresas doaram mais de R\$ 500 mil para Serra e 20 o fizeram para Lula. Quatro anos depois, Lula também teve um número maior de grandes doadores. Uma soma de 49 empresas e pessoas físicas deu mais do que R\$ 500 mil para Lula, enquanto 28 o fizeram para Geraldo Alckmin.

O alto custo do voto de Fernando Henrique nos anos 90 mostra como a bandeira da estabilidade fez convergir os interesses dos grandes grupos econômicos e dos eleitores e afastou as turbulências da política daquela década. A partir de 2002, a divergência de interesses, mais explicitada, derrubou o custo do voto do presidente eleito e abalou a governabilidade. Ao dividir os ovos nas cestas dos candidatos, os doadores também revelam que, para cada interesse que toma posse junto com o presidente eleito, há um outro a ser contrariado. As empresas de telecomunicações, por exemplo, que marcaram presença nas campanhas presidenciais tucanas da era das privatizações, constaram mais discretamente entre os doadores em 2006.

A partir dos números eleitorais das disputas de 2002 (para a Presidência) e 2004 (para prefeituras), Wanderley Guilherme dos Santos já anotara, em edição de *Inteligência* de setembro de 2005, que a participação privada no financiamento de campanhas eleitorais se rege pela distribuição constitucional de competências. Por essa razão, a composição da lista de financiadores costuma ser distorcida. “Interesse maior em diferentes níveis de governo não impede que a participação se dê em todos



eles, por um lado”, escreveu Santos, “nem, por outro, que a preferência por um ou outro dos candidatos transpareça de maneira sutil”. Se enxergados os números daquele ano do confronto entre Lula e Serra, se verá que só o candidato do PT recebeu recursos de todos os 21 setores.

Observe a tabela 7. Embora quase todos os setores tenham contribuído para mais de um candidato (e, apesar de ausentes nestes dados, a regra vale para Ciro Gomes e Anthony Garotinho), a distribuição de recursos setoriais esteve longe de ser neutra. Em 2002, Lula recebeu 90% da contribuição do setor farmacêutico, 84% do metalúrgico, 94% do setor têxtil, couro e vestuário e 76% da construção civil e imobiliário. Serra recebeu 81% do setor de papel e celulose, 62% do setor de plásticos e 68% do setor financeiro (que, insista-se, destinou somente 32% à campanha de Lula). Em 2006, repetem-se distorções semelhantes, em maior ou menor grau.

Dispendiosas, dependentes em demasia das empresas e dos empresários e engolfadas por práticas corriqueiras de arrecadação ilícita, esta é a soma de perversidades exibida pelo sistema de financiamento de campanhas eleitorais no Brasil. O país tem se dedicado nos últimos anos a debater — embora sob movimentos espasmódicos — remédios capazes de remover as chagas deixadas pelo caixa 2 e reduzir as práticas ilícitas de arrecadação. Ir adiante neste ponto ou contestar esse debate seria tão útil quanto o cordeiro discutir com o lobo. (Que políticos, eleitores e colonistas públicos, profissionais ou não, reconheçam, entretanto, que o não há como inventar um sistema invulnerável à corrupção eleitoral; o financiamento ilícito de campanhas é hoje um problema nas principais democracias do mundo. Escândalos recentes atingiram importantes líderes políticos na Alemanha, na Itália, no Japão e na França).

Resta optar pelo alerta, aqui já emitido, para o problema do caixa 1. Está na desproporção dos recursos cadastrado na contabilidade “oficial” uma das principais fraturas do sistema de financiamento eleitoral do Brasil.

Um ponto a sublinhar é que a contribuição monetária para campanhas eleitorais — majoritárias ou proporcionais — é, em princípio, legítima. Basta que as contribuições sejam reguladas, legais e tornadas públicas. Ou, em outras palavras, conforme escreveu Wanderley Guilherme dos Santos, “nenhuma candidatura é, em princípio, perversa por ser privadamente financiada”. A dependência de recursos privados, no entanto, inspira a suspeita, algumas justificáveis e comprováveis, de que determinadas políticas públicas são implementadas a favorecer alguns doadores. Ou ainda, de que certas doações configuram retribuições a políticas de favorecimento às empresas realizadas no passado.

Eis o mistério da fé dos financiadores de campanhas eleitorais: benevolência extrema, não lhe interessando obter legislação favorável a seu setor, ou intervenção direta, interessada e desproporcional, sobre uma competição que, em tese, deveria ser livre de quaisquer tentativas de controle sobre o peso do voto? Disto resulta a preocupação do eleitor em saber como os eleitos por interesses ocultos farão para coibir a ação desses interesses nos epicentros dos governos e legislativos.

Maus presságios. O estado político *laissez-fairiano* — ou seja, uma competição eleitoral beneficiada por recursos dispersos e salvaguardada por uma Comissão de Defesa da Política Pluralista — parece ainda distante do mundo real brasileiro. *Inteligência* o defendeu antes, diante dos números das contribuições eleitorais de 2002 e 2004. Frente a evidências igualmente ameaçadoras extraídas dos dados de 2006, não lhe resta outra opção: insistir na defesa e convocar o distinto público à reflexão.

rodrigo-almeida@uol.com.br

TABELA 1

Contribuições por Setor - Ranking por % sobre o Total de Contribuições - 2002

SETOR	Contri- buição (R\$ mil)	% de contri- buição	LULA		SERRA	
			(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Financeiro	18.830	33,8%	6.080	10,9%	12.750	22,9%
Papel e celulose	4.750	8,5%	860	1,5%	3.890	7,0%
Químico e petroquímico	4.330	7,8%	2.630	4,7%	1.700	3,0%
Comunicações	3.960	7,1%	2.050	3,7%	1.910	3,4%
Siderúrgico	3.730	6,7%	2.050	3,7%	1.680	3,0%
Construção civil e Imobiliário	3.240	5,8%	2.490	4,5%	750	1,3%
Têxtil, couro e vestuário	2.850	5,1%	2.650	4,8%	200	0,4%
Bebidas e alimentos	2.600	4,7%	1.600	2,9%	1.000	1,8%
Comércio	2.250	4,0%	1.100	2,0%	1.150	2,1%
Metalúrgico	1.550	2,8%	1.300	2,3%	250	0,4%
Fabricação de veículos e peças	1.330	2,4%	680	1,2%	650	1,2%
Plásticos e borrachas	1.320	2,4%	500	0,9%	820	1,5%
Farmacêutico	1.050	1,9%	950	1,7%	100	0,2%
Energia	1.000	1,8%	1.000	1,8%		0,0%
Mineração	850	1,5%	300	0,5%	550	1,0%
Transporte	800	1,4%	800	1,4%		0,0%
Eletroeletrônico	570	1,0%	370	0,7%	200	0,4%
Agropecuário	300	0,5%	300	0,5%		0,0%
Serviços	250	0,4%	100	0,2%	150	0,3%
Açúcar e álcool	150	0,3%	150	0,3%		0,0%
Madeireiro	-	0,0%		0,0%		0,0%
Outros	50	0,1%		0,0%	50	0,1%
TOTAL	55.760	100%	27.960	50,1%	27.800	49,9%

TABELA 2

Contribuições por Setor - Ranking por % sobre o Total de Contribuições - 2006

SETOR	Contri- buição (R\$ mil)	% de contri- buição	LULA		ALCKMIN	
			(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Financeiro	26.166	21,7%	12.705	10,5%	13.461	11,1%
Construção civil e Imobiliário	23.079	19,1%	18.028	14,9%	5.051	4,2%
Bebidas e alimentos	13.280	11,0%	9.130	7,6%	4.150	3,4%
Siderúrgico	9.950	8,2%	6.350	5,3%	3.600	3,0%
Mineração	8.250	6,8%	4.550	3,8%	3.700	3,1%
Químico e petroquímico	7.622	6,3%	4.970	4,1%	2.652	2,2%
Agropecuário	5.252	4,3%	4.202	3,5%	1.050	0,9%
Açúcar e álcool	5.048	4,2%	2.088	1,7%	2.960	2,5%
Comércio	4.883	4,0%	1.974	1,6%	2.909	2,4%
Serviços	4.203	3,5%	2.800	2,3%	1.403	1,2%
Energia	3.799	3,1%	3.128	2,6%	672	0,6%
Papel e celulose	3.627	3,0%	1.671	1,4%	1.956	1,6%
Têxtil, couro e vestuário	1.899	1,6%	833	0,7%	1.066	0,9%
Fabricação de veículos e peças	1.682	1,4%	1.430	1,2%	252	0,2%
Comunicações	1.115	0,9%	615	0,5%	500	0,4%
Plásticos e borrachas	500	0,4%	500	0,4%	-	0,0%
Eletroeletrônico	450	0,4%	50	0,0%	400	0,3%
Madeireiro	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Transporte	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Farmacêutico	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Metalúrgico	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Outros	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
TOTAL	120.806	100%	75.024	62,1%	45.782	37,9%

TABELA 3

Contribuições por Setor - Ranking por variação percentual 2002/2006

SETOR	2002						2006						Variação total	Variação Lula	Variação Serra/Alckmin
	Contribuição (R\$ mil)	% de contribuição	LULA		SERRA		Contribuição (R\$ mil)	% de contribuição	LULA		ALCKMIN		2002/2006	2002/2006	2002/2006
			(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%			(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	p.p.	p.p.	p.p.
Construção civil e imobiliário	3.240	5,8%	2.490	4,5%	750	1,3%	23.079	19,1%	18.028	14,9%	5.051	4,2%	13,3	10,5	2,8
Bebidas e alimentos	2.600	4,7%	1.600	2,9%	1.000	1,8%	13.280	11,0%	9.130	7,6%	4.150	3,4%	6,3	4,7	1,6
Mineração	850	1,5%	300	0,5%	550	1,0%	8.250	6,8%	4.550	3,8%	3.700	3,1%	5,3	3,2	2,1
Açúcar e álcool	150	0,3%	150	0,3%		0,0%	5.048	4,2%	2.088	1,7%	2.960	2,5%	3,9	1,5	2,5
Agropecuário	300	0,5%	300	0,5%		0,0%	5.252	4,3%	4.202	3,5%	1.050	0,9%	3,8	2,9	0,9
Serviços	250	0,4%	100	0,2%	150	0,3%	4.203	3,5%	2.800	2,3%	1.403	1,2%	3,0	2,1	0,9
Siderúrgico	3.730	6,7%	2.050	3,7%	1.680	3,0%	9.950	8,2%	6.350	5,3%	3.600	3,0%	1,5	1,6	(0,0)
Energia	1.000	1,8%	1.000	1,8%		0,0%	3.799	3,1%	3.128	2,6%	672	0,6%	1,4	0,8	0,6
Comércio	2.250	4,0%	1.100	2,0%	1.150	2,1%	4.883	4,0%	1.974	1,6%	2.909	2,4%	0,0	(0,3)	0,3
Madeireiro	-	0,0%		0,0%		0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0	0,0	0,0
Eletroeletrônico	570	1,0%	370	0,7%	200	0,4%	450	0,4%	50	0,0%	400	0,3%	(0,6)	(0,6)	(0,0)
Fabricação de veículos e peças	1.330	2,4%	680	1,2%	650	1,2%	1.682	1,4%	1.430	1,2%	252	0,2%	(1,0)	(0,0)	(1,0)
Transporte	800	1,4%	800	1,4%		0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(1,4)	(1,4)	0,0
Químico e petroquímico	4.330	7,8%	2.630	4,7%	1.700	3,0%	7.622	6,3%	4.970	4,1%	2.652	2,2%	(1,5)	(0,6)	(0,9)
Farmacêutico	1.050	1,9%	950	1,7%	100	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(1,9)	(1,7)	(0,2)
Plásticos e borrachas	1.320	2,4%	500	0,9%	820	1,5%	500	0,4%	500	0,4%	-	0,0%	(2,0)	(0,5)	(1,5)
Metalúrgico	1.550	2,8%	1.300	2,3%	250	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(2,8)	(2,3)	(0,4)
Têxtil, couro e vestuário	2.850	5,1%	2.650	4,8%	200	0,4%	1.899	1,6%	833	0,7%	1.066	0,9%	(3,5)	(4,1)	0,5
Papel e celulose	4.750	8,5%	860	1,5%	3.890	7,0%	3.627	3,0%	1.671	1,4%	1.956	1,6%	(5,5)	(0,2)	(5,4)
Comunicações	3.960	7,1%	2.050	3,7%	1.910	3,4%	1.115	0,9%	615	0,5%	500	0,4%	(6,2)	(3,2)	(3,0)
Financeiro	18.830	33,8%	6.080	10,9%	12.750	22,9%	26.166	21,7%	12.705	10,5%	13.461	11,1%	(12,1)	(0,4)	(11,7)
Outros	50	0,1%		0,0%	50	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(0,1)	0,0	(0,1)
TOTAL	55.760	100%	27.960	50,1%	27.800	49,9%	120.806	100%	75.024	62,1%	45.782	37,9%		12,0	(12,0)

p.p. = Pontos percentuais

TABELA 4

Ranking de setores por ordem da relação de contribuições 2002/2006

SETOR	Contri- buição 2002 (Lula+Serra) (R\$mil)	Contri- buição 2006 (Lula+Alckmin) (R\$mil)	Relação (2002/ 2006) %	Setores Oligopo- lizados
Açúcar e álcool	150	5.048	3.365,2%	
Agropecuário	300	5.252	1.750,7%	
Serviços	250	4.203	1.681,3%	
Mineração	850	8.250	970,6%	***
Construção civil e imobiliário	3.240	23.079	712,3%	***
Bebidas e alimentos	2.600	13.280	510,8%	***
Energia	1.000	3.799	379,9%	***
Siderúrgico	3.730	9.950	266,8%	***
Comércio	2.250	4.883	217,0%	
Químico e petroquímico	4.330	7.622	176,0%	***
Financeiro	18.830	26.166	139,0%	***
Fabricação de veículos e peças	1.330	1.682	126,5%	
Eletroeletrônico	570	450	78,9%	
Papel e celulose	4.750	3.627	76,4%	
Têxtil, couro e vestuário	2.850	1.899	66,6%	
Plásticos e borrachas	1.320	500	37,9%	
Comunicações	3.960	1.115	28,2%	***
Transporte	800	-	0,0%	
Farmacêutico	1.050	-	0,0%	
Metalúrgico	1.550	-	0,0%	
Madeireiro	-	-		
Outros	50	-	0,0%	
TOTAL	55.760	120.806	216,7%	

9 setores (linhas escuras) contribuíram proporcionalmente mais em 2006 do que o aumento médio (216,7%)

São considerados oligopolizados os setores que concentram 50% ou mais do mercado sob o controle de até 10 empresas.

TABELA 5

Variação percentual de contribuições 2002/2006 por candidato - Ranking Lula

SETOR	2002		2006		Relação 2002/2006		Setores Oligopo- lizados
	Lula (R\$mil)	Serra (R\$mil)	Lula (R\$mil)	Alckmin (R\$mil)	Lula/Lula (%)	Serra/ Alckmin(%)	
Serviços	100	150	2.800	1.403	2.800,0%	935,5%	
Mineração	300	550	4.550	3.700	1.516,7%	672,7%	
Agropecuário	300		4.202	1.050	1.400,7%		
Açúcar e álcool	150		2.088	2.960	1.392,0%		
Construção civil e imobiliário	2.490	750	18.028	5.051	724,0%	673,5%	***
Bebidas e alimentos	1.600	1.000	9.130	4.150	570,6%	415,0%	***
Energia	1.000		3.128	672	312,8%		***
Siderúrgico	2.050	1.680	6.350	3.600	309,8%	214,3%	***
Fabricação de veículos e peças	680	650	1.430	252	210,3%	38,8%	
Financeiro	6.080	12.750	12.705	13.461	209,0%	105,6%	***
Papel e celulose	860	3.890	1.671	1.956	194,3%	50,3%	***
Químico e petroquímico	2.630	1.700	4.970	2.652	189,0%	156,0%	***
Comércio	1.100	1.150	1.974	2.909	179,5%	252,9%	
Plásticos e borrachas	500	820	500	-	100,0%	0,0%	
Têxtil, couro e vestuário	2.650	200	833	1.066	31,4%	533,0%	
Comunicações	2.050	1.910	615	500	30,0%	26,2%	***
Eletroeletrônico	370	200	50	400	13,5%	200,0%	
Transporte	800		-	-	0,0%		
Farmacêutico	950	100	-	-	0,0%	0,0%	
Metalúrgico	1.300	250	-	-	0,0%	0,0%	
Madeireiro			-	-			
Outros		50	-	-		0,0%	
TOTAL	27.960	27.800	75.024	45.782	268,3%	164,7%	

8 setores (linhas escuras) contribuíram proporcionalmente mais em 2006 do que o aumento médio (216,7%)

TABELA 6

Variação percentual de contribuições 2002/2006 por candidato - Ranking Alckmin

SETOR	2002		2006		Relação 2002/2006		Setores Oligopo- lizados
	Lula (R\$mil)	Serra (R\$mil)	Lula (R\$mil)	Alckmin (R\$mil)	Lula/Lula (%)	Serra/ Alckmin (%)	
Açúcar e álcool	150		2.088	2.960	1.392,0%	(*)	
Agropecuário	300		4.202	1.050	1.400,7%	(*)	
Energia	1.000		3.128	672	312,8%	(*)	***
Serviços	100	150	2.800	1.403	2.800,0%	935,5 %	
Construção civil e imobiliário	2.490	750	18.028	5.051	724,0%	673,5%	***
Mineração	300	550	4.550	3.700	1.516,7%	672,7%	
Têxtil, couro e vestuário	2.650	200	833	1.066	31,4%	533,0%	
Bebidas e alimentos	1.600	1.000	9.130	4.150	570,6%	415,0%	***
Comércio	1.100	1.150	1.974	2.909	179,5%	252,9%	
Siderúrgico	2.050	1.680	6.350	3.600	309,8%	214,3%	***
Eletroeletrônico	370	200	50	400	13,5%	200,0%	
Químico e petroquímico	2.630	1.700	4.970	2.652	189,0%	156,0%	***
Financeiro	6.080	12.750	12.705	13.461	209,0%	105,6%	***
Papel e celulose	860	3.890	1.671	1.956	194,3%	50,3%	***
Fabricação de veículos e peças	680	650	1.430	252	210,3%	38,8%	
Comunicações	2.050	1.910	615	500	30,0%	26,2%	***
Plásticos e borrachas	500	820	500	-	100,0%	0,0%	
Transporte	800	1	-	-	0,0%	0,0%	
Farmacêutico	950	100	-	-	0,0%	0,0%	
Metalúrgico	1.300	250	-	-	0,0%	0,0%	
Madeireiro			-	-			
Outros		50	-	-		0,0%	
TOTAL	27.960	27.801	75.024	45.782	268,3%	164,7%	

9 setores (linhas escuras) contribuíram proporcionalmente mais em 2006 do que o aumento médio (216,7%)

(*) O percentual não pode ser calculado, e tende a infinito, visto o valor de 2002 ser igual a zero

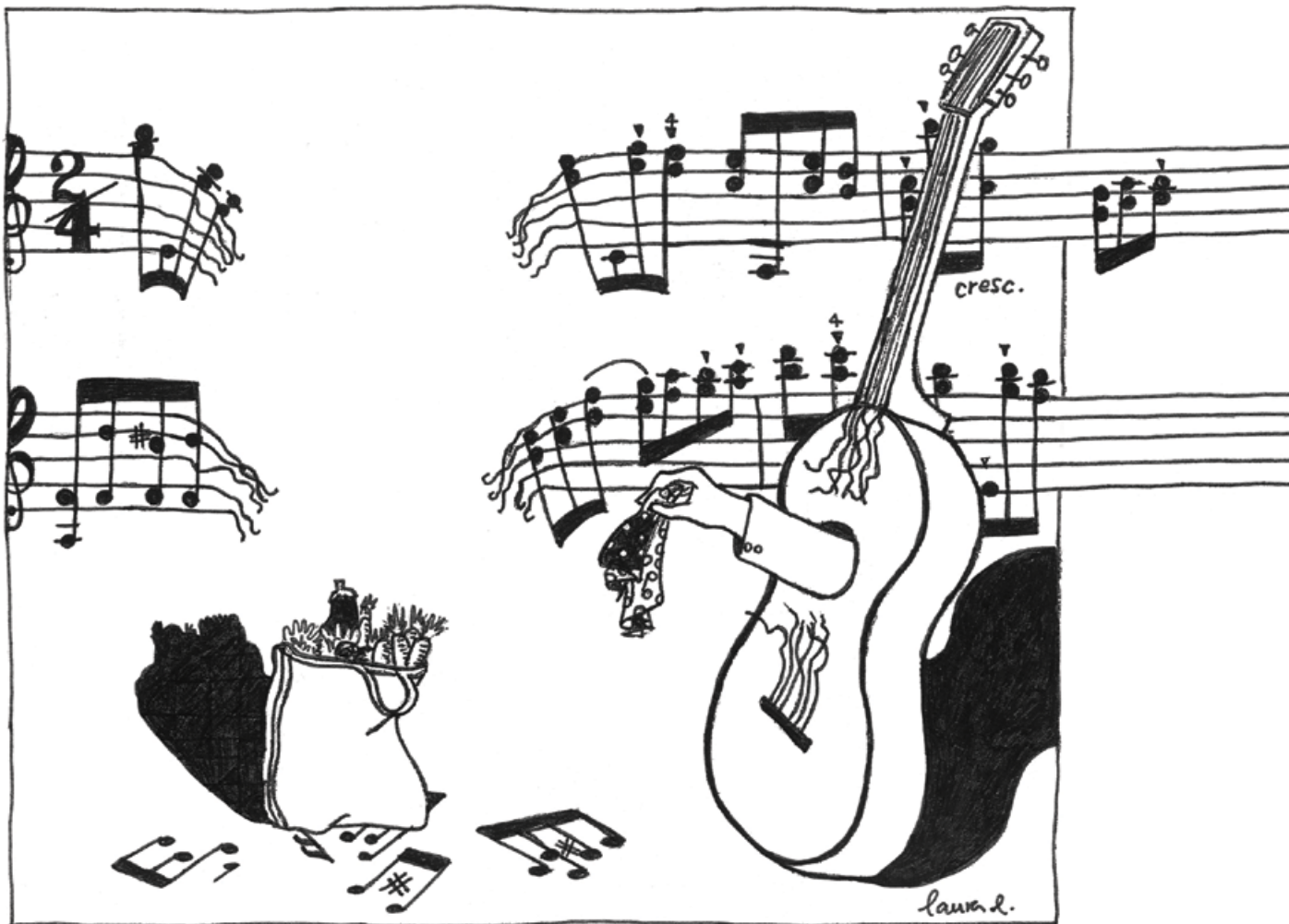
TABELA 7

Contribuições dos setores por candidato em 2002 e 2006

SETOR	% PIB	2002					2006				
		Contribuição do setor (Lula + Serra)	LULA		SERRA		Contribuição do setor (Lula + Alckmin)	LULA		ALCKMIN	
		(R\$ mil)	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%
Financeiro	6,98%	18.830	6.080	32,3%	12.750	67,7%	26.166	12.705	48,6%	13.461	51,4%
Construção civil e imobiliário	17,39%	3.240	2.490	76,9%	750	23,1%	23.079	18.028	78,1%	5.051	21,9%
Bebidas e alimentos	0,85%	2.600	1.600	61,5%	1.000	38,5%	13.280	9.130	68,8%	4.150	31,3%
Siderúrgico	1,65%	3.730	2.050	55,0%	1.680	45,0%	9.950	6.350	63,8%	3.600	36,2%
Mineração	0,59%	850	300	35,3%	550	64,7%	8.250	4.550	55,2%	3.700	44,8%
Químico e petroquímico	9,78%	4.330	2.630	60,7%	1.700	39,3%	7.622	4.970	65,2%	2.652	34,8%
Agropecuário	9,90%	300	300	100,0%		0,0%	5.252	4.202	80,0%	1.050	20,0%
Açúcar e álcool	0,18%	150	150	100,0%		0,0%	5.048	2.088	41,4%	2.960	58,6%
Comércio	7,70%	2.250	1.100	48,9%	1.150	51,1%	4.883	1.974	40,4%	2.909	59,6%
Serviços	10,37%	250	100	40,0%	150	60,0%	4.203	2.800	66,6%	1.403	33,4%
Energia	3,34%	1.000	1.000	100,0%		0,0%	3.799	3.128	82,3%	672	17,7%
Papel e celulose	1,53%	4.750	860	18,1%	3.890	81,9%	3.627	1.671	46,1%	1.956	53,9%
Têxtil, couro e vestuário	0,79%	2.850	2.650	93,0%	200	7,0%	1.899	833	43,9%	1.066	56,1%
Fabricação de veículos e peças	1,13%	1.330	680	51,1%	650	48,9%	1.682	1.430	85,0%	252	15,0%
Comunicações	3,16%	3.960	2.050	51,8%	1.910	48,2%	1.115	615	55,2%	500	44,8%
Plásticos e borrachas	0,81%	1.320	500	37,9%	820	62,1%	500	500	100,0%	-	0,0%
Eletroeletrônico	1,00%	570	370	64,9%	200	35,1%	450	50	11,1%	400	88,9%
Farmacêutico	0,89%	1.050	950	90,5%	100	9,5%	-	-	-	-	-
Madeireiro	0,71%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metalúrgico	1,43%	1.550	1.300	83,9%	250	16,1%	-	-	-	-	-
Transporte	2,45%	800	800	100,0%		0,0%	-	-	-	-	-
Outros		50		0,0%	50	100,0%	-	-	-	-	-
TOTAL	82,63%	55.760	27.960	50,1%	27.800	49,9%	120.806	75.024	62,1%	45.782	37,9%

% setor: Relação da contribuição do setor no candidato sobre o total de contribuições do setor





**“Quem nasce lá na Vila, / Nem sequer vacila, / Ao abraçar o samba
Que faz dançar os galhos / Do arvoredo e faz a lua / Nascer mais cedo”**
(Feitiço da Vila, Noel Rosa)

Se amores tivessem fim



Angela Chaves
Escritora

Antes que pudesse ir embora, espiou pela última vez o marido e espantou-se com o seu desamparo na despedida. O medo pendurava nos olhos uma lágrima desavergonhada, que teimava em macular aquele rosto quase viril. Subitamente comovida, Isabel lembrou de tudo que era para ter sido. Mas não foi. Era difícil ser. Quanto mais não fosse, porque era difícil guardar um olhar de amor para sempre.

Mas o olhar de despedida era assim, salvo engano. Não: era sim. O mesmo. O do tempo em que as mãos eram firmes e os olhos lisos. Se restasse ainda ternura na vida... não se lembraria do fim. Em que momento se perderam um do outro? Só o que restou foi melancolia. E medo de ir-se indo, ir embora. Assim, tal como azeite e água, foram ficando e ficando. Cada vez mais certo ficar.

Forçou lembrar ontem, quando se conheceram. A primeira vez que viu a noite ao seu lado percebeu que havia nascido para olhar estrelas, ao lado dele. E como a lua engana os corações, ela se percebeu apaixonada à primeira vista. Homem bonito, amante de versos, repertório de canções encantadas, que confundem qualquer alma, mesmo as menos crédulas. Ele sabia jogar feitiço, poeta - ninguém havia de duvidar. Isabel não vacilou, abraçou sua voz e o samba... Amou.

- Você é moça que tem nome de princesa... que nem aqui, onde vamos viver de hoje até para sempre.

Assim ele disse, assim foi. Em Vila Isabel se casaram. E em Vila Isabel foram viver de hoje até para sempre. Ela se recorda de quando, mãos dadas com o vento, ele a guiava pela calçada, tocando no violão todas as músicas, uma a uma, que eram desenhadas em preto no chão. Ela devia saber: o amor não tem preço - e por isso é o sentimento mais caro no final das contas.

Depois vieram os filhos. Seis menos um. Cinco. Antônio, seu caçula, morreu cedo - e levou junto o pouco gosto de viver que restava a ela. Depois da dor, só ficou a lida. Implacável lida do dia-a-dia. O pão era a conta. O trabalho era muito. O dinheiro nem tanto. Cansaço que

mói o bolo, que bate no peito, vazio de açúcar. O amor, então, fugiu pela porta. O olhar, aquele, nunca mais foi visto. Sumiu e levou junto o samba. No lugar, o áspero cortar das palavras. Só luta. E lida.

Os beijos secaram tão rápido. O batom acabou amanhã. Ele tosse muito, meu Deus, cigarro demais, bebida faz mal. O violão, parado num canto, ficou mudo como cada um. Já à noite, sempre ela, ainda forçou alguns desajeitados carinhos... E Isabel amou sem amor, sem sonhos, cumprindo um dever cada vez menos exigido. Nem se lembrou de chorar quando um muro surgiu cortando sua cama ao meio. E assim partida, não se feriu mais.

Aí, pegou raiva de tudo. E principalmente das escolhas. Em cada esquina, há dois caminhos. Cada qual escolhe um. Ela queria saber se pudesse, se tivesse, se houvesse pegado um novo rumo... dava tempo? E se não dava... como voltar? Imaginava que seria diferente se não tivesse ouvido as estrelas daquele jeito, naquela noite. E se não tivesse acreditado nas pedras que tocavam música no chão. Maldizia o dia em que deixou de ser moça e virou princesa. E seguia para a feira, pisando em canções. Todas falsas, como a lua. Partitura de cimento era pedra e se quebrou.



Mas hoje ela lembrava o começo. E ao lembrar, entendia. Esquecer pra quê? Se as histórias pudessem começar no fim, terminariam sempre em gemidos e beijos. Tantos que ela sabia, já a fizeram prenhe de mar. Ah, mas do jeito que o tempo faz, os soluços secam tudo. Hoje acabou. Aquela estrada chegou ao fim... Há o que comemorar?

Mas, para sua surpresa, naquele instante último, antes de Isabel ir embora, o marido se inclinou muito docemente e beijou ainda mais levemente seus lábios enrugados pelos anos. Parecia um menino perdido, seu homem bonito. Ela quis falar, o quê? Era tarde. Tarde demais. Se ainda pudesse, sentiria rubor. Mas não pôde. E, antes que fechassem a tampa do seu tosco caixão e a levassem finalmente para descansar, Isabel fez seu último desejo e sonhou. Se amores tivessem fim.

angchav@uninet.com.br

"Dizem que quem nasce lá na Vila, já nasce poeta ou compositor. Nas calçadas da principal rua do bairro, assim batizado em homenagem à Princesa Isabel, estão gravadas, em pedras portuguesas, 20 composições marcantes da música popular brasileira. A obra, idealizada pelo arquiteto Orlando Madalena, foi realizada em 1964, como comemoração dos 400 anos do Rio de Janeiro. E quem foi encarregado de escolher as músicas que estariam no chão da Vila foi o compositor Almirante. Trechos de "Feitiço da Vila", de Noel Rosa; "Carinhoso", de Pixinguinha, "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso, entre outras canções, foram ali desenhados, não para sempre. Atualmente, a calçada se encontra em péssimo estado de conservação. O tempo é realmente implacável com o descaso, a penúria e a desfaçatez - em (e sob) quaisquer circunstâncias."



**A VIDA FICA
MUITO MAIS LEVE
QUANDO A GENTE
TEM ALGUÉM
PRA CONFIAR.**

O Banco BMG tem mais de 75 anos de história construídos através de muita confiança. Foi acreditando em nossos clientes que conquistamos a credibilidade que temos hoje. Essa relação transparente é a razão da liderança do BMG no segmento de empréstimos consignados. Porque de nada adiantaria oferecer crédito com as melhores condições do mercado se você não confiasse na gente. Conheça as vantagens do BMG e descubra que confiança é o segredo para aproveitar a vida com tranquilidade.

B A N C O
BMG

www.bancobmg.com.br

ALBERTO ALMEIDA
CIENTISTA POLÍTICO

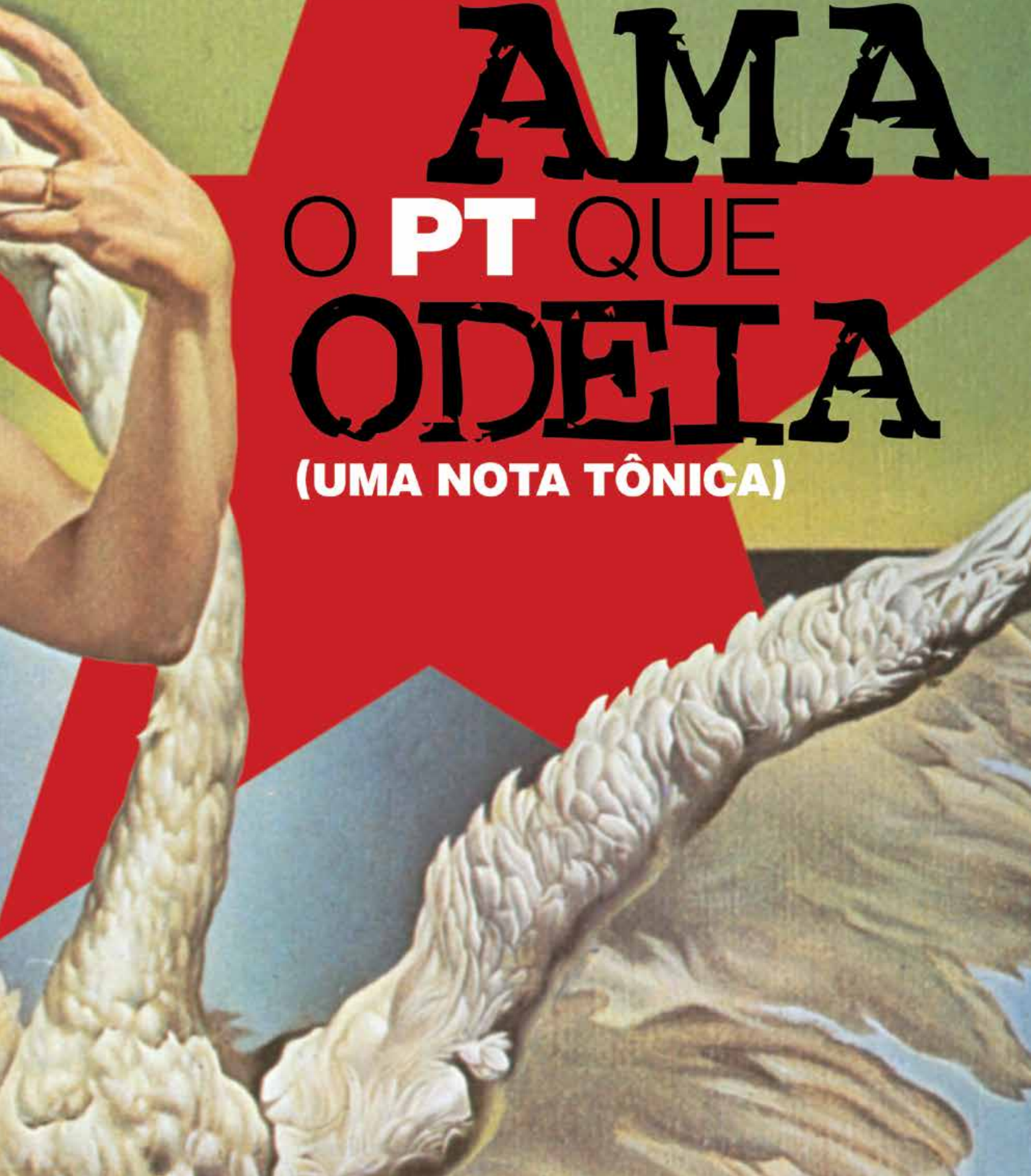
TODO MUNDO

AMA

O **PT** QUE

ODEIA

(UMA NOTA TÔNICA)





Um dos grandes desafios do PSDB, PMDB, PFL e dos outros partidos que, apesar de menores, desejam ser partícipes importantes do jogo político é construir uma imagem sólida junto ao eleitorado. O PT e Lula nasceram na oposição e se tornaram governo. No início do governo eram diferentes dos outros partidos no que tange à moralidade e depois do mensalão se tornaram iguais, pelo menos na visão dos assim chamados “formadores de opinião”. Apesar disso o PT continua forte. Apesar disso os demais partidos não conquistaram uma fatia maior de simpatizantes junto ao eleitorado. O que aconteceu?

Há duas possibilidades que podem ter se combinado. Na primeira, os antigos simpatizantes do PT, que esperavam muito do partido, inclusive a moralização da política, hoje continuam ao lado

do partido, mas corrigiram suas expectativas, eles não esperam muito do partido, mas tão-somente que ele cumpra sua promessa de cuidar dos mais pobres e investir para que a dívida social brasileira seja resgatada. Não há como abandonar o PT porque não há para onde ir. O melhor é realmente “corrigir as expectativas” e continuar casado com aquela que já foi a noiva dos sonhos. É um choque de realidade. Mas a simpatia partidária do PT permanece inabalada.

A segunda possibilidade é a de que uma fatia daqueles que antes manifestavam admiração pelo PT tenha deixado de fazê-lo e tenha sido substituída por um novo grupo de eleitores que antes não estavam com o PT.

E o que dizer dos adversários do PT? Apesar do aparente desgaste de Lula e do PT nenhum deles ganhou pontos na simpatia partidária. Por que? Os

demais partidos precisam construir uma imagem. Por exemplo: quando se diz PT, grande parte do eleitorado sabe o que é, goste ou não goste. PT é o partido do social. Agora, quando se diz PSDB, o que isto significa para a maior parte do eleitorado? E PMDB? E PFL? É preciso que estes partidos dêem sinais claros do que eles representam. As pessoas mais diretamente envolvidas com a política já sabem o que eles são e fazem. Porém, a questão não é esta. É preciso massificar suas marcas. Mais ainda, para competir com o PT e com Lula é preciso popularizá-las.

Não há uma fórmula para isso. O que se sabe é que ninguém fica eternamente no poder. Algum dia vem o desgaste, a recessão ou a crise econômica. Assim, o PT será derrotado. Não se sabe quando. Todavia este caminho, o de alternância no poder, pode ser mais fácil ou mais difícil. No

passado recente o PSDB era o proprietário do discurso da estabilidade da moeda e do controle da inflação. Quando esta questão perdeu relevância, o dono do discurso do combate ao desemprego, Lula, venceu. Não venceu, todavia, antes de mudar sua posição em face do controle da inflação. Lula colocou um pé no terreno do PSDB, e utilizou seu tema predileto, o de defesa dos mais pobres, para vencer. Talvez isto sirva de pista para o que deve ser feito pela oposição para construir uma imagem sólida junto à massa dos eleitores. Esta é uma pista, as outras se depreendem dos dados analisados a seguir.

Não custa recordar um aspecto nem sempre realçado na trajetória do PT: quando na oposição, ele sempre fez oposição. Para muitos cidadãos – antipetistas em sua maioria – o PT era um partido chato, uma agremiação cri-cri, porque nunca apoiava nenhuma iniciativa de qualquer governo que fosse. Um episódio emblemático

ocorreu no *impeachment* de Collor. Enquanto o PFL defendeu o ex-presidente até seus últimos suspiros, o PT sempre foi o maior opositor a Collor, tendo sido de importância fundamental para colocar nas ruas milhares de pessoas contra o líder alagoano.

Uma vez destituído o presidente, esperava-se que o PT tomasse parte no governo liderado por Itamar Franco, o vice de Collor. Luiza Erundina, importante prócer do PT, assumiu o Ministério da Administração e tentou atrair o partido para o governo. Nada feito. Itamar e Collor eram para o PT “farinha do mesmo saco”, tema inclusive de propagandas eleitorais do PT na televisão. Eram também inaceitáveis, na visão do PT, ACM, Fernando Henrique, Armínio Fraga, José Sarney, economistas da PUC e outros. Mais opositor impossível.

Esta postura de oposição permanente foi crucial para que o PT viesse a ser reconhecido

Tabela 1

PRIMEIRA MENÇÃO: QUAL PARTIDO MELHOR REPRESENTA A MANEIRA COMO O(A) SR.(A) PENSA?*

PERCENTUAL (%)	SET 2002	FEV 07
PT	19	24
PFL	4	2
PSDB	6	6
PMDB	9	5
PSB	1	1
PTB	2	0
PPS	1	0
PDT	2	0
PL	0	0
PC do B	0	0
PSOL	0	1
Outro	2	1
Nenhum	50	57
Não sabe	4	3
BASE	2.363	1.000

Fonte: PESB e Ipsos

* Mencionado somente um partido

pelo eleitorado – com toda clareza possível – como “o partido de oposição”. Pensou em oposição, pensou no PT. Mais ainda. Pensou em defender o trabalhador, pensou no PT. Não por acaso o partido sempre esteve associado a greves, ocupações de terras, ocupações de prédios públicos e toda sorte de protestos em favor dos assalariados e dos mais pobres. Essa marca, de oposição permanente e de defensor de causas sociais, não foi construída rapidamente. Foi um longo trabalho, de aproximadamente 20 anos. Concomitantemente, o partido passou a contar também com o líder nacional de maior lembrança espontânea: Lula. Isto foi resultado de inúmeros episódios, dentre os quais a disputa de várias eleições presidenciais consecutivas, e a liderança de movimentos nacionais de grande repercussão na imprensa, como foi o caso das greves do ABC e da Caravana da Cidadania.

Este processo de “construção de marca”, a marca do PT, tornou o partido uma referência para o bem e para o mal, para a aceitação e para a rejeição. Em pesquisas de opinião o PT é o líder sempre que se pergunta “Qual o partido com que o Sr. mais simpatiza?”, e também “Qual o partido que o Sr. mais rejeita?”. Só dá PT. Como disse, para o bem e para o mal.

Os dados das tabelas 1, 2 e 3 são diferentes formas de se perguntar acerca da simpatia partidária. Em todos os resultados, o PT é o líder na simpatia. Interessante notar que, quando se trata da simpatia primária por um só partido (tabela 1), aproximadamente metade da população adulta brasileira afirma não ter simpatia por nenhum partido. No ano da eleição presidencial – 2002 – esta proporção fica muito próxima de 50% e em 2007 ela subiu para 60%. Algo compreensível: o processo eleitoral aproxima os eleitores dos partidos.

Tabela 2

TODAS AS MENÇÕES: QUAL PARTIDO MELHOR REPRESENTA A MANEIRA COMO O(A) SR.(A) PENSA?*

PERCENTUAL (%)	FEV/07
PT	26
PFL	3
PSDB	8
PMDB	9
PSB	2
PTB	1
PPS	0
PDT	1
PL	1
PPB	0
PC do B	1
PSOL	1
Outro	1
Nenhum	57
Não sabe	3
BASE	1.000

Fonte: Ipsos

* Mencionado mais de um partido

Muito importante, entre 2002 e 2007 o PT deixou de ser oposição e se tornou governo. Foi vítima de Waldomiro Diniz e do mensalão, enfrentou críticas em face da condução da política econômica, foi considerado “estelionato eleitoral” por intelectuais de esquerda que esperavam que o PT fizesse o que passou 20 anos defendendo, e por aí vai. Ainda assim, a simpatia pelo PT aumentou entre 2002 e 2007. Pode ser que haja um efeito de mídia, isto é, quem está no poder acaba tendo mais simpatia – essa hipótese explica, por exemplo, a queda dos percentuais dos partidos governistas na época de FH comparando-se ao governo Lula. Explicaria também, portanto, o aumento da proporção petista.

Mesmo sendo esta a hipótese correta, o fato é que todos os fatores de desgaste foram insuficientes para fazer o PT perder simpatia. Para aqueles que afirmam que o PT acabou, a opinião pública mostra o oposto.



Tabela 3

PRIMEIRA MENÇÃO: O(A) SR.(A) GOSTA DE ALGUM DESTES PARTIDOS, MESMO QUE MUITO POUCO?

PERCENTUAL (%)	FEV 07
PT	11
PFL	1
PSDB	3
PMDB	3
PTB	1
PPS	0
PDT	1
PSOL	1
Outro	1
Nenhum	79
Não sabe	1
BASE	570

Fonte: Ipsos

Os demais eleitores, que expressam simpatia por alguma legenda partidária, dividem-se entre o PT e os outros partidos. Grosso modo pode-se afirmar que no ano eleitoral metade dos eleitores não tem simpatia por nenhum partido, e metade da metade que resta tem simpatia pelo PT. Este é o patamar de aceitação do PT já há alguns anos. Note-se, portanto, independentemente do mensalão. O PT se firmou nas percepções dos brasileiros como uma referência que ajuda a dar sentido à disputa política. Quando se fala: “PT”, o simpatizante sabe o que esperar, e aquele que antipatiza com o partido também.

Diz-se no Rio de Janeiro que o América é o segundo time de qualquer carioca. Em São Paulo é a Portuguesa. O PT, pelo visto, é o segundo partido preferido pelos brasileiros que têm um segundo partido. É isto que se depreende dos resultados da tabela 3, quando se perguntou qual o partido preferido, mesmo que um pouco preferido. O PT fica na frente de seus adversários.

O PT na oposição era o partido do protesto e da defesa dos trabalhadores. O PT no governo é o partido das realizações e do Bolsa-Família. É o partido do aumento de consumo das pessoas mais pobres. Não estou afirmando que o PT realiza isto, fato para muitos controverso. Todavia, há o consenso de que o PT tem esta imagem. E não apenas o PT, mas também Lula. Ambos têm a imagem de quem quer cuidar dos mais pobres. Na campanha eleitoral de 2006 a votação de Lula foi tanto mais forte quanto mais presente era o Bolsa-Família. Eis a marca do social. Ela antes estava na oposição – era pedra – agora esta marca foi para o governo – é vitrine. Mas não deixou de ser social, não deixou de ser PT, e não perdeu sua média histórica de simpatia.

O que os demais partidos têm para oferecer ao eleitorado que vá além de serem uma alternativa para uma eventual crise que leve o governo do PT a elevados níveis de impopularidade?

alberto.almeida@ipsos.com.br

A gente sempre distribui algo a mais: respeito ao meio ambiente.

O gás natural da Comgás é amigo do meio ambiente. É também mais seguro: vem canalizado e se dispersa facilmente no ar.

COMGÁS
Natural

08000 110 197
www.comgas.com.br

J



f

RELATOS AUSTRIACOS 2

Beleza Imortal

A parte as cicatrizes, era bonita. Nariz dividido simetricamente pelas duas faces, abas das narinas bem largas e rebaixadas com perfeição (supunham, erroneamente, ser o resultado de uma plástica), sublinhando o efeito dos orifícios redondos, dois verdadeiros olhos negros, inclinados um pouco para cima. Dava a impressão de que era um nariz arrebitado, mas não era, era achatado. O queixo, como convém, retraído e sem qualquer ponta agressiva, formava uma singular peça de contenção do lábio inferior, parte do qual, voltado sobre si mesmo em direção ao interior da boca, fazia desaparecer o rubor espontâneo da pele labial, o conjunto emprestando um aspecto muito pessoal de unidade cartilaginosa ao queixo-lábio. Lembrava um paredão de cal, visto o branco intenso da epiderme, quase reto, sem reentrância ou corcova. O lábio superior, ao contrário, projetava-se em mergulho impulsionado por uma arcada dentária de curvatura bastante acentuada. Algo espesso, o lábio superior ficava pendente sobre nada, posto que o inferior escondera-se na boca, e dando a impressão, pelo exterior, que dependia do nariz a que estava preso para não despencar. Entre os dois olhos negros das narinas e o início do lábio uma penugem bastante escura, embora pouca, fazia às vezes de um buço que estava por nascer. Enquanto totalidade seria exagero atribuir harmonia ao conjunto da boca, cujos lábios jamais se encontraram, um voltado para dentro a ponto de ser engolido, outro a ensaiar despregar-se do nariz achatado e aventurar-se em vôo solo.



Atende-se aos fatos, porém, se concluímos já ter-se visto arquitetura mais infeliz do que esta, julgamento que não compromete o narrador, sem expor o citado conjunto nariz-queixo-boca à impiedosa luz da verdade. Apreciado pela primeira vez, o conjunto não justificava a fama de atraente atributo da bela mulher. Contudo, segundo opinião geral, com a terceira ou quarta visão o indivíduo até então indiferente se tornava seu admirador sem ressalva.

Diga-se da parte interna da boca, gengivas e dentes, o que for mais rápido, não havendo autorização para omitir o hálito, e com este há que se trocar somente o número de palavras que o entendimento mínimo requeira. Pronto, fica dito o absolutamente indispensável sobre o hálito, flagelo que a afligia por expressa ordem divina, segundo assegurava, sendo possivelmente esta a razão do permanente desprezo à escova e à pasta dentifrícia, cujo uso a mulher bonita ostensivamente evitava. Só tolos combatem os deuses, é claro, e ela agia muito corretamente se de fato houve essa preocupação divina em guarnece-la com um odor bucal que somente os bravos e os fortes suportavam. Os dentes podres e as gengivas roxas, tudo somado, compunham um acompanhamento à altura daquele bafo, e tão misturados iam gengivas, dentes e hálito que cabia razão ao hábito de não escovar dentes e gengivas, dado o risco de comprometer a qualidade do hálito, e garantindo-se assim a continuidade da integração daquela imundície.

Aos puristas da estética provocava enjôo imaginar aquela boca, com seus lábios desunidos, dentes quebrados, gengivas fúnebres e hálito histórico, aos beijos com outra boca. Na verdade, a dificuldade inicial consistia em figurar como poderiam encaixar-se aqueles lábios, um voltado para dentro, outro dependurado do nariz e ameaçando jogar-se ao espaço, em uma boca normal – vale dizer, normal tanto quanto o seria uma boca capaz de absorver sem maiores soluços aquele hálito incomparável. Assim ou assado, o fato bruto é que são três já os ornamentos daquele rosto a levantarem-se diariamente, solidários e assertivos: o nariz, a boca e o queixo.

Os olhos exigem um ou dois parágrafos exclusivos. Nunca remelentos, é bom que se registre imediatamente, condição merecedora de elogios e aumento de pensão, caso a recebesse, tal o estado de constante corrimento lacrimal que exibiam. A água praticamente fluía sem interrupção, do canto interno tanto quanto do externo, havendo quem apostasse ser possível discernir um sulco descendo dos olhos, paralelo às abas do nariz, como veio de um rio seco. A retórica dos contrastes é evidente, tratando-se, no caso, de um rio seco criado e mantido por um córrego vertical incessante. A partir dos dois cantos dos olhos, lembre-se. Diante do fenômeno, explica-se a surpresa e o sentimento de alívio face ao bem sucedido esforço para impedir que o composto lacrimal sedimentasse e formasse remelas nas duas fontes aquosas. O interlocutor, entretanto, era psicologicamente afetado pela abundância fluvial porque ficava sempre em dúvida se o diálogo em andamento a desagradava de tal modo que se banhava em lágrimas ou se encontrava a história tão hilariante que se punha a chorar de rir. Não é fácil a uma pessoa educada manter uma conversação sem receber alguma segurança quanto às ênfases. Uma boa conversa resume-se à habilidade em distribuir ênfases com propriedade. O que, se não impossível, era muito desgastante com tamanho desafio pela frente. Isso, para não mencionar a dificuldade ainda mais dramática

*A beleza do
conflito daquele
rosto compensava
pequenos
dissabores e
mesmo grandes
tensões*

dos interlocutores dotados de uma sensibilidade de si um tanto frágil, ou de resistência facilmente superável, e que, com pouco mais de minuto de conversação, também eram tomados por lágrimas aos borbotões, sem que soubessem o motivo de semelhante desastre emocional. Para cúmulo do desconforto, viam-se a chorar lágrimas neutras – convenhamos, uma aberração –, por ignorarem se faziam coro, em sentido figurado, a um choro de alegria ou de tristeza. Ficavam, esses mais susceptíveis, com uma careta no lugar do rosto, a ser interpretada como máscara de tristeza ou maquiagem de alegria, conforme fosse o motivo prioritário das lágrimas originais da mulher bonita.

Mas a beleza do conjunto daquele rosto compensava pequenos dissabores e mesmo grandes tensões. Compensava, inclusive, outra circunstância difícil, a de saber para qual dos olhos dirigir o olhar durante a conversação, devido ao estrabismo que antecedia o desatar das lágrimas. Era estrábica, sem escândalo ou afetação, mas suficiente para obrigar o parceiro a saltitar de um olho para o outro, sempre

*Era estrábica
sem escândalo
ou afetação,
mas suficiente
para obrigar
o parceiro a
saltitar de
um olho para
o outro*



*Dizem que
ela tem o
colosso cabeludo
marcado por
defensas de
cortes*

com a desagradável impressão de que mirava o olho que não o estava vendo ou que não se dirigia a ele. Não havia como evitar a dança dos olhos e a troca de opiniões dava lugar a uma coreografia polissêmica, os olhos de um parecendo estarem à caça dos olhos do outro, ou deles fugindo, ou ainda deliberadamente ocupando espaços diferentes ao mesmo tempo como se houvessem treinado meses para não se encontrarem jamais.

A experiência de trocar idéias com um estrábico deixa lembranças inesquecíveis nos que a tiveram porque quase sempre envolve mal-entendidos. Quem persegue os olhos de um estrábico conhece a ansiedade gerada pelo exercício, induzindo uma busca obsessiva pelo verdadeiro olho que o está olhando. Com isso, rapidamente, a atenção do não estrábico abandona o assunto da conversa e se concentra obsessivamente na perseguição ocular. Não tarda e começa a dar respostas ou a fazer comentários sem nenhum sentido, o que leva o estrábico a se ofender, imaginando esteja sendo objeto de brincadeira inoportuna. A confusão não pode ser desfeita com franqueza porque não fica bem justificar a falta de atenção à conversa por se haver estado em correria atrás de um par de olhos estrábicos. Bem, não obstante, era uma mulher bonita, com aquele it que o estrabismo costuma acrescentar, segundo os mais exaltados.

As sobrancelhas como dois acentos circunflexos desenhados a nanquim destacavam de modo eminente a vesguice estabelecida logo abaixo. Curiosamente, não se moviam. Ninguém perguntava, mas ela era capaz de agitar as sobrancelhas sem de fato mexer com elas. Todos tinham a mesma impressão, isto é, aquele rosto fixo, estrábico, com uma boca incapaz de se fechar com naturalidade e um queixo emulando a idéia de paredão, sem

menção o nariz esparramado pelo rosto, impressionava e comovia, iludindo, ou talvez não, a percepção sensível dos circunstantes ao dar a inequívoca sensação de que arqueava a sobrancelha quando definitivamente não o fazia. Mistérios femininos e, sobretudo, mistério das mulheres belas.

A descendente externa do acento circunflexo, tanto de um olho quanto de outro, ultrapassava minuscilamente a parte superior da pálpebra, de modo que a composição do rosto adquiria um ar oriental, motivo suplementar para a admiração que a mulher bonita provocava na maioria da audiência. Em alguns poucos lembrava um disfarce carnavalesco, embora a associação não implicasse em juízo negativo quanto à beleza da mulher. Todos se rendiam à força da evidência.

Há sensível escassez de descrições de seus cabelos, testa, orelhas e pescoço. Segue a lenda que ninguém foi capaz, em tempo algum, de desvencilhar-se do conjunto que se constituía desde o queixo até os acentos circunflexos sobre os olhos estrábicos. O fascínio da caçada ao olhar fugitivo, associado ao deslumbramento da mágica das sobrancelhas semoventes, jamais teria permitido aos olhares estrangeiros uma visita aos demais logradouros daquele rosto comovedor. Dizem alguns dos antigos que ela tem o couro cabeludo marcado por dezenas de cortes, implantes, pontos e acidentes. Os traços de um vermelho descuidado indicando uma cicatriz, ao que parece, espalham-se pela testa e desfiguram as orelhas, uma das quais descolada a meio da cabeça. Brincos não são permitidos nas festas a que ela comparece, pois é um ornamento a que não tem mais acesso. Por tudo que se sabe, ninguém dá por falta deles, a começar porque não dão por falta das orelhas e dos cabelos, cuja cor, aliás, não foi descrita por nenhuma das fontes. Sabe-se apenas que era uma mulher bonita, apesar das cicatrizes, como a modesta descrição aqui realizada permite entrever. Há certo tipo de beleza que merecia a eternidade da vida. Os que foram privilegiados com sua visão asseguram que a dela, sem dúvida, merecia manter-se tal como está até o fim dos tempos.

leex@candidomendes.edu.br



DICA DA CASA:

ECOEFIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE.
VOCÊ NUNCA IMAGINOU QUE ISSO TUDO
PUDESSE VIRAR ASSUNTO DE BAR.

Além da qualidade da sua bebida, a AmBev também tem outra preocupação: o meio ambiente. Até porque não tem coisa mais importante para uma empresa que visa sempre fabricar os melhores produtos do que preservar a natureza. É de lá que saem as matérias-primas da sua cerveja, dos seus refrigerantes e até a sua água. E foi pensando no futuro que hoje a AmBev é considerada uma empresa-modelo em gestão ambiental, com índices grandiosos em ecoeficiência: a Companhia é referência mundial na utilização de água, consumo de energia e reaproveitamento de resíduos industriais. Por isso ela também investe em projetos como a Recicloteca, um dos maiores centros de informações e estudos sobre reciclagem e meio ambiente da América Latina. E não pára por aí: a AmBev também desenvolve um Programa de Consumo Responsável que incentiva a lei que proíbe vender bebidas para menores de idade e uma campanha que alerta sobre os riscos de beber e dirigir. Os resultados estão aparecendo e o orgulho da Gente AmBev não pára de crescer. Se o desafio é a atuação responsável, estamos desafiando o desafio.

AmBev







CLARA MAFRA
ANTROPÓLOGA

OS TEMPLOS PENTE- COSTAIS E O USUFRUTO DA RIQUEZA

Se acreditasse nos meus olhos, não precisaria ir aos números. Basta pegar o carro e cruzar o Rio de Janeiro do centro para a periferia. Seguindo da Zona sul para Zona Oeste, atravesso Engenho Novo, Piedade, Praça Seca, Madureira, Sulacap, Padre Miguel, Bangu. Passo por um sem número de vias rodoviárias que cruzam vias ferroviárias, pontes, elevados, ambulantes, o colorido das placas cobrindo a fachada dos prédios, as multidões correndo freneticamente de um lado para outro. À medida que avanço, rareiam os núcleos de cidade ordenados em torno da igreja católica, com a praça em frente, abrigando outros centros de poder – a prefeitura, a delegacia, a biblioteca ou o museu. Quanto mais se penetra pelo interior da Zona Oeste, mais e mais o tecido urbano vai ganhando um aspecto indefinido: grandes extensões de edificações em laje, com tijolo à vista, seguidas por um verde pouco convincente, entre seco e abandonado. No interior dos bairros, fora do muro dos condomínios, pipocam as placas das igrejas evangélicas e de templos pentecostais.

Isto que os olhos vêem, os números do censo têm ratificado: no desenho das grandes metrópoles brasileiras, enquanto os católicos tendem a ocupar as áreas de urbanização consolidada e de maior poder aquisitivo, os evangélicos e pentecostais estão nas zonas de ocupação recente e em geral, de maior vulnerabilidade social. Especialistas no assunto, como César Jacob e equipe, afirmam que “a presença pentecostal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro se assemelha ao negativo de uma fotografia do mapa dos católicos, uma vez que ela se encontra sobretudo na periferia” (Jacob et al 2004: 137). Na Zona Oeste, os pentecostais alcançam 20% da população, quando a média no município é de 11,3%.

Dez anos antes, o censo já fornecia indícios substantivos sobre esta tendência de correlação entre pertencimento religioso e distribuição da população na cidade. Como os evangélicos tendem a fundar templos para se reunir, os pesquisadores chamaram atenção que, junto com o crescimento evangélico na população, (de 8% em 1990, atingiram 15% em 2000, Censo/IBGE), estava ocorrendo a multiplicação de templos evangélicos, de diferentes





JUNTO COM O CRESCIMENTO EVANGÉLICO NA POPULAÇÃO, ESTAVA OCORRENDO A MULTIPLICAÇÃO DE TEMPLOS EVANGÉLICOS, ACOMPANHANDO A EXPANSÃO DA NOVA PERIFERIA. O CATOLICISMO, CERTAMENTE POR SUA CENTRALIDADE INSTITUCIONAL, TEM SIDO MAIS MOROSO NA FUNDAÇÃO DE NOVAS IGREJAS

tamanhos, com diferentes traços arquiteturais, acompanhando a expansão da nova periferia (Censo Institucional Evangélico – CIN 1992; Fernandes et alii, 1998). O catolicismo, certamente por sua centralidade institucional, tem sido mais moroso na fundação de novas igrejas.

Daí este aparente excesso entre o que o olho vê e o que os números indicam: mesmo que cerca de 50% da população da Zona Oeste continuem a se identificar como católica, são as grandes Catedrais Evangélicas e os inúmeros templos da Assembléia de Deus, Igreja Congregacional, Deus é Amor e outras pentecostais, que preenchem a paisagem. As igrejas católicas, além de muito esparsas, raramente guardam a centralidade que o modelo barroco do urbano nos legou. Já os terreiros dos cultos afro-brasileiros, ficam praticamente invisíveis na paisagem, pois, em geral, são extensão discreta do quintal da casa do pai e mãe-de-santo.

Entre o que os olhos vêem e os números revelam, há muita fresta e questão não respondida. Sobretudo, vale a pena perguntar que cidade é que está se formando na periferia das grandes

cidades brasileiras, onde o templo religioso está presente, mas não para criar centralidade. Se o templo religioso – e aqui me refiro especificamente aos evangélicos e pentecostais – é apenas *outro* elemento compondo a paisagem, por que é tão precioso a ponto de assistirmos a sua multiplicação exponencial?

A Assembléia de Deus de Madureira, por exemplo, foi uma das primeiras catedrais pentecostais construídas em um subúrbio do Rio de Janeiro. O prédio, de estrutura retangular, tem uma fachada assimétrica, com torre, várias janelas com vitrais e terminações em desenho eclético. Mesmo com esta relativa monumentalidade, o edifício é pouco visível: a avenida da frente é uma via de alta circulação, o que desvia o olhar do passante automotivo fortuito. Do outro lado da rua, um enorme muro, que acompanha a rede ferroviária por vários quilômetros, cria um ambiente árido e despovoado, o que afasta o olhar contemplativo dos prováveis pedestres.

Porta adentro, esta imagem de aridez e despovoamento é substituída por uma profusão e vivacidade de elementos. O

templo é permanentemente ocupado com cultos, vigílias, grupos de estudo, celebrações, seminários, congressos, reuniões, ensaios de música, dos corais, da banda, do grupo de expressão corporal, das cantatas, das festas de casamento, de quinze anos. Se não bastasse o entra e sai de gente, os inúmeros anexos ao prédio principal indicam os múltiplos usos do lugar: dois auditórios, uma sala de reunião, várias salas de aconselhamento pastoral, sala das missões, uma livraria, uma classe infantil, uma lanchonete, um refeitório, duas toaletes. A Assembléia de Deus de Madureira é uma igreja com mais de 6.000 membros e sede nacional de 110 igrejas no Brasil e exterior. Sua centralidade não se estabelece, como no modelo católico, organizando o entorno imediato mas sendo suporte de um leque extenso de atividades de uma “comunidade” organizada em rede.

Isto não quer dizer que seja arbitrária a escolha do bairro para a fundação da Catedral. Paulo Leivas Macalão, o primeiro pastor deste ramo das Assembléias de Deus no Brasil, desenvolveu seu trabalho de juventude naquela região. Madureira, nos anos 30, já era centro industrial, comercial, de cultura popular e ponto de convergência de um complexo sistema de transportes, especialmente ferroviário. Pastor Macalão começou tocando violino e falando de Jesus nos trens da Central, nos anos seguintes, ministrou cultos em pequenos galpões alugados em Bangu e Madureira. Como o público de operários, balconistas, manobristas de trem, militares, servidores gerais, ambulantes, serventes, donas-de-casa da audiência era cada vez maior, viu-se a necessidade de construir um templo capaz de abrigar aquela “multidão de salvos”.

Na memória dos membros mais antigos da igreja, naqueles anos de construção, fins dos anos 40, todo mundo vivia com “muita dificuldade”. Conta-se que até mesmo o dízimo não era pago com dinheiro, coisa que as pessoas não tinham, mas na base do escambo: ovos, galinha, pato, tempo de mão-de-obra, doces, costura. A maior parte do dinheiro em espécie que chegou para a construção vinha da mão de comerciantes e industriais do lugar, que reconheciam em Macalão um líder espiritual legítimo.

A falta de recursos foi, desde o início, um fantasma que circulou na base da construção. O projeto nasceu grandioso, muitas vezes maior do que o poder aquisitivo e a auto-estima dos recém-convertidos. Mesmo assim, ou justamente por isto, o campo de obras da igreja tornou-se um lugar de visitação.

Vinham famílias extensas, pastores, diáconos, missionários de outras igrejas para acompanhar a obra, visualizar a grandiosidade do projeto e se deixar fotografar no testemunho do evento inusitado.

Mal a estrutura da igreja nasceu do solo, o pastor Macalão passou a realizar seus cultos no campo de obras. Convidava homens, mulheres, jovens e crianças e os distribuía pelo esqueleto da construção para louvarem ao Senhor, mesmo que tomassem chuva e comessem vento. Assistia-se assim, muito de perto, a evolução da construção, fato que animava uns, desestimulava outros. Para



muitos, aqueles seis anos, entre a pedra inaugural e a abertura do templo, foram penosos, com o fantasma da suspensão por falta de recursos circulando muito por perto. A iminência da interrupção da obra exigia que a comunidade criasse estratégias impensadas para a arrecadação de fundos. Um dia, um presbítero veio com a idéia de um concurso de beleza entre as irmãs da igreja. Conta-se que, depois de anunciado o concurso da “irmã mais bela”, as prendas saíram como água, com muita gente interessada em dar seu apoio à “mais bela”. Contudo, criou-se a maior confusão no anúncio do resultado do concurso: uma das irmãs mais “destituídas de

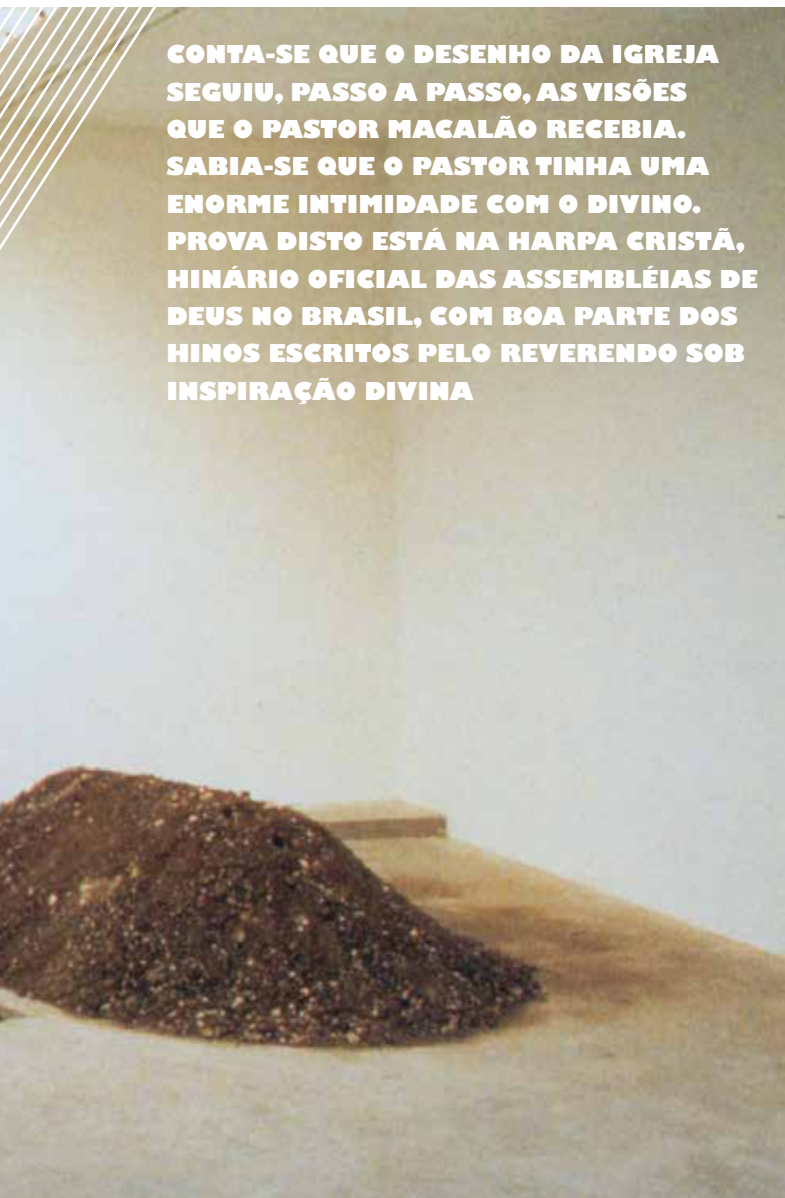
beleza”, mas que pertencia a uma família com muitos membros assembleianos, vendera um número espetacular de prendas. Isto jogou a candidata favorita, por mérito, para o segundo lugar. Se no concurso da igreja, a mais feia ganhou, Deus foi cego ou mau conselheiro? A criação do impasse tolheu sugestões ousadas no futuro.

Um dos aspectos mais intrigantes da construção da igreja foi a composição da equipe de trabalho. Conta-se que o desenho da igreja seguiu, passo a passo, as visões que o pastor Macalão recebia. Sabia-se que o pastor tinha uma enorme intimidade com o divino. Prova disto está na Harpa Cristã, hinário oficial das Assembléias de Deus no Brasil, com boa parte dos hinos escritos pelo reverendo sob inspiração divina. Este mesmo canal direto com o sagrado o orientava — um pastor leigo nas artes da engenharia e arquitetura — no desenvolvimento da obra da igreja. Os operários, em geral, dizimistas da congregação, reuniam-se com o pastor Macalão quase todo dia, procurando encontrar a melhor técnica, o melhor material, a melhor alternativa, para a materialização das visões. Nesta troca de conhecimentos, com o acúmulo de perspectivas sempre parciais, vale lembrar que boa parte dos operários-dizimistas eram migrantes, sendo assim, reuniam um conhecimento de autoconstrução bastante variado, levando-se em conta a pujança e variedade de tradições de construção de norte a sul do país (Weimer 2005).

Além do pastor, dos operários-dizimistas, os membros mais antigos da igreja lembram de um jovem com um talento especial para o desenho. Este jovem, sem ter onde morar, foi recebido pelos irmãos e acabou estabelecendo residência no galpão de obras da igreja. Com isto, a equipe se completou: o pastor Macalão contava as visões que tinha, o jovem fazia o croqui do trabalho, e os operários discutiam, trocando intuições que seu conhecimento prático lhes garantia, somando tudo para a execução do trabalho. Importante lembrar que o “espírito científico”, naqueles tempos de Guerra Fria, estava no seu auge, referendando uma forte distinção social (e de dignidade humana) entre trabalhador científico e manual. A composição quase quixotesca da equipe que construiu a catedral, rompeu este padrão.

Porém, exagero se digo que *todos* os operários aproveitaram um conhecimento anterior para ajudar na obra. José Gualiato, por exemplo, o criador dos exuberantes vitrais que cobrem as paredes laterais e frontal da igreja, relata que não sabia nada

CONTA-SE QUE O DESENHO DA IGREJA SEGUIU, PASSO A PASSO, AS VISÕES QUE O PASTOR MACALÃO RECEBIA. SABIA-SE QUE O PASTOR TINHA UMA ENORME INTIMIDADE COM O DIVINO. PROVA DISTO ESTÁ NA HARPA CRISTÃ, HINÁRIO OFICIAL DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS NO BRASIL, COM BOA PARTE DOS HINOS ESCRITOS PELO REVERENDO SOB INSPIRAÇÃO DIVINA



de ferraria, vidraçaria e marcenaria antes de se dispor ao trabalho. Um dia, porém, em oração, sentiu que deveria se arriscar e tentar realizar a tarefa. Pastor Macalão insistia que traria um vitralista da França, onde havia grande tradição no ofício, mas adia constantemente o plano por falta de recursos. Quando José Gualiato contou para o pastor Macalão que tinha ouvido um “chamado” para fazer os vitrais, em genuflexão, pediram a confirmação da promessa. Nos meses seguintes, Gualiato procurou emprego em uma vidraçaria. Foi então que aprendeu a cortar vidro, desenhar o metal, compor as cores. Tenaz, durante meses trabalhou na vidraçaria durante o dia e como vidracista da igreja durante a noite. O patrão de Gualiato, comovido com a dedicação de seu operário, passou a não descontar o material dos vitrais de seu salário. No final, mesmo sem converter à religião dos “crentes”, o patrão se tornou um dos grandes benfeitores da catedral.

O que conseguimos perceber através destas memórias da construção de uma das primeiras catedrais pentecostais no subúrbio do Rio de Janeiro? Algo que não é evidente nem aos nossos olhos nem ao conjunto dos números.

Como o poder aquisitivo da população do subúrbio e das periferias das metrópoles brasileiras aumentou relativamente nas últimas décadas, especialmente se compararmos com as condições

de vida da população de baixa renda das décadas de 40 e 50, esta mesma população buscou demonstrar que a região onde se vive — seja ela chamada subúrbio ou periferia —, também usufrui de certo luxo, riqueza, exuberância. A catedral evangélica, como usa acontecer na história cristã ocidental, é uma evidência da prosperidade e tenacidade da gente que a frequenta.

O que é menos evidente, mas que a história da construção da Catedral Assembléia de Deus de Madureira ajuda a revelar, é a relação entre o templo e um modo específico de ascensão social: como a construção da igreja criou um suporte onde conhecimento prático e tecnológico puderam ser compartilhados sem cristalizar lugares sociais, uma geração de irmãos escapou dos efeitos mais perversos da reposição da desigualdade. Técnicas e habilidades de origem regional e cultural diferenciadas acabaram se integrando na igreja através de um grande esboço “profético” de cooperação. Em outros termos, se os templos pentecostais funcionam como suporte material onde gerações de iletrados e letrados se encontram, através deles, a Zona Oeste tende a escapar de uma das maiores perversidades da lógica de ascensão social no Brasil: o pressuposto que o acesso legítimo à riqueza está condicionado à negação do mundo iletrado e tudo que ele significa.

claramafra@uol.com.br



BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, R.C., SANCHIS, P., VELHO, O., CARNEIRO, L., MARIZ, C. e MAFRA, C. (1998). *Novo Nascimento – os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro. Ed. Mauad.

JACOB, C. R., HEES, D.R., WANIEZ, P. e BRUSTLEIN, V.(2004). “Território, cidade e religião no Brasil”. In *Religião e Sociedade volume 24/2*, 126-151.

Censo Institucional Evangélico CIN 1992 – Primeiros Comentários. *Textos de Pesquisa*. (mimeo).

MAFRA, C.(2001). *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.

_____. (2006). “Casa dos homens, casa de Deus”. In *Revista Análise Social*, no prelo.

WEIMER, Günter. 2005. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo. Martins Fontes.

COMO VOCÊ QUER VER O FUTURO? EM 27, 32, 37, 42 OU 50 POLEGADAS?



**LINHA HIGH DEFINITION GRADIENTE.
A MAIS COMPLETA LINHA DE TVs DE ALTA DEFINIÇÃO*.
A MELHOR QUALIDADE DE IMAGEM E DE SOM.**

**MAIS INFORMAÇÕES,
ACESSE WWW.GRADIENTE.COM**



*Para obter máxima qualidade de imagem sem distorção são necessários sinal digital de alta qualidade em formato widescreen e uso de conversor/decodificador de sinal. No caso de TVs de Plasma, imagens estáticas por períodos prolongados podem prejudicar a qualidade da tela.

NORMAS E FATOS

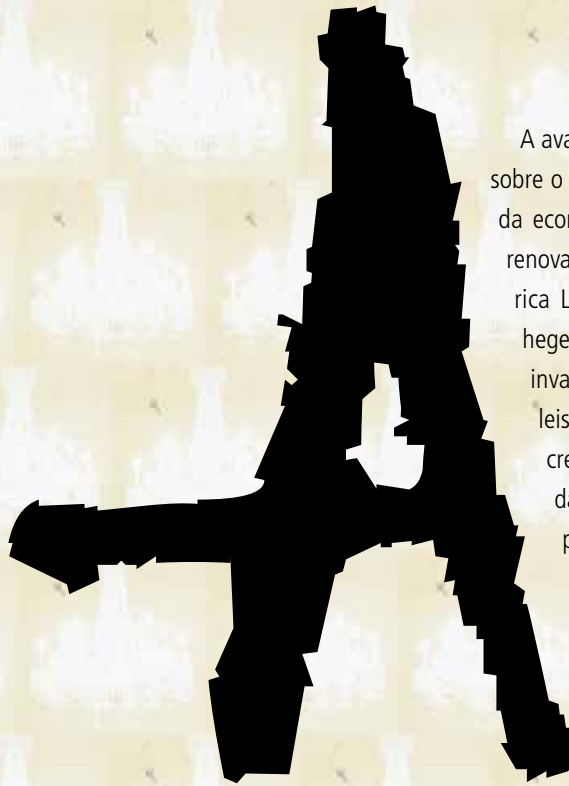


Adalberto Cardoso
SOCIÓLOGO

TELMA LAGE
ADVOGADA

A NORMA
DA JUSTIÇA
E O FATO DO

TRABALHO



DENUNCIAR A RIGIDEZ
DA LEGISLAÇÃO
E EXIGIR SUA
FLEXIBILIZAÇÃO É
COMETER O SÉRIO
EQUÍVOCO DE TOMAR O
DIREITO PELO MUNDO.
A NORMA LEGAL
PELOS FATOS

A avaliação do efeito das instituições trabalhistas sobre o funcionamento dos mercados de trabalho e da economia como um todo ganhou importância renovada nos últimos dez ou quinze anos na América Latina. Uma visão em particular tornou-se hegemônica entre nós, recomendando políticas invariavelmente favoráveis à flexibilização das leis trabalhistas, com o propósito de reativar o crescimento econômico, aumentar a produtividade das empresas e a competitividade dos países latino-americanos e, dessa maneira, facilitar sua adaptação às exigências da globalização. No entanto, a experiência indica que os resultados alcançados através dessas políticas foram muito diversos e, em vários casos, distantes dos objetivos originalmente almejados. Além disso, mudanças semelhantes tiveram, muitas vezes, efeitos distintos em cada país e provocaram resultados não antecipados, entre outras razões, por não considerarem a natureza complexa das instituições do mercado de trabalho, nem o fato de que elas resultam da combinação de um conjunto de fatores históricos e culturais que não se transferem facilmente de um país para outro.

Um dos aspectos centrais, sempre negligenciado pelos estudos a respeito dos efeitos das instituições trabalhistas sobre a eficiência dos mercados de trabalho, é o grau de efetividade da legislação existente, isto é, sua vigência real no cotidiano das relações de trabalho. O sistema de regulação do trabalho de determinado país pode ser muito detalhado e rígido em termos formais, mas muito flexível na prática, simplesmente porque os empregadores podem escolher não cumprir o que a lei prescreve. Por outras palavras, uma norma só existe no processo de fazer-se valer. No Brasil, por exemplo, as instituições responsáveis pela operação do Direito do Trabalho (como a Justiça do Trabalho) e pela fiscalização de sua aplicação (como a Inspeção do Trabalho, os sindicatos, o Ministério Público e entidades da sociedade civil) são parte do processo pelo qual uma norma trabalhista deixa o papel e ganha efetividade no mundo por ela regulado. Pode ser o caso

de que a interação complexa dessas instituições ofereça incentivos importantes para que a legislação trabalhista não seja cumprida, ou que o seja apenas em parte. Pois é justamente este o caso do Brasil. Entre nós, denunciar a rigidez da legislação e exigir sua flexibilização, como faz a literatura econômica hegemônica no debate nacional, sem levar em conta o fato de que parte dela não é cumprida, é cometer o sério equívoco de tomar o direito pelo mundo, a norma legal pelos fatos.

O modelo brasileiro de relações de trabalho caracteriza-se por ser legislado, ou seja, a lei tem precedência sobre a negociação coletiva, e boa parte do Direito do Trabalho encontra-se constitucionalizada. O guardião desse direito entre nós é a Justiça do Trabalho. Se tudo o mais falhar (sindicatos, Ministério Público, inspeção do trabalho), ao empregado ainda restará o recurso ao Judiciário para garantia de seus direitos. Nessas condições, avaliar o desenho e o desempenho da Justiça do Trabalho parece essencial não apenas à compreensão da dinâmica das relações de classe no país, mas também para desfazer equívocos de interpretação sobre a rigidez de nossas instituições, no interesse de melhor informar o debate sobre a eventual reforma da legislação trabalhista brasileira. É o que pro-

pomos aqui. No limitado espaço disponível, apresentamos um rápido esboço do processo e do Judiciário trabalhista para, em seguida, vê-los em operação, para com isso avaliar a eficácia de sua atividade. Concluímos com algumas consequências da análise para o debate atual.

O processo judicial trabalhista brasileiro foi originariamente desenhado para ser acessível ao operário industrial urbano, numa época de crescimento da economia e de pleno emprego. Guiada por princípios de celeridade, informalidade, conciliação e eficiência, a Justiça do Trabalho deveria receber e decidir a reclamação trabalhista em audiência única, obedecendo a procedimentos orais informais. Com o tempo, porém, a faculdade de estar em juízo sem advogado entrou em desuso, sendo raro hoje em dia. Primeiro, porque os magistrados, afeitos ao formalismo processual, demonstram clara preferência pela via de representação por advogado, principalmente porque o empregador muito provavelmente far-se-á representar, e o trabalhador desassistido estará em desvantagem. Em segundo lugar, pela 'contaminação' do processo trabalhista por institutos que migram do processo civil, vedando a leigos o trâmite processual. Em terceiro lugar, porque, em grau recursal, a discussão é eminentemente técnica,



QUANTO MAIOR O PODER ECONÔMICO DO EMPREGADOR, MAIOR O INTERESSE E A CAPACIDADE DE MANEJAR TODOS OS RECURSOS POSSÍVEIS

exigindo profissionais qualificados. Acrescente-se que o art. 133 da Constituição Federal reza que “O advogado é indispensável à administração da justiça...”, dispositivo refletido no estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Ademais, os sindicatos têm entre suas responsabilidades a assistência jurídica de seus representados. Tudo isso conspirou para aproximar o processo trabalhista do processo civil, em prejuízo dos princípios gerais que nortearam a criação da Justiça do Trabalho, em especial a celeridade, a informalidade e a conciliação.

A Justiça do Trabalho organiza-se em três instâncias: 1) as Varas do Trabalho, grosseiramente assimiláveis à esfera municipal; 2) os Tribunais Regionais do Trabalho, com jurisdição correspondente aos estados; 3) e o Tribunal Superior do Trabalho, com sede em Brasília e jurisdição nacional. Os procedimentos siameses ao processo civil fazem com que, das decisões de cada uma destas instâncias, caiba recurso para a que lhe é superior – *recurso ordinário* da decisão das varas para os tribunais regionais e daí *recurso de revista* para o

Tribunal Superior do Trabalho, terceira instância. E, como se não bastasse, ainda é possível manejar o *recurso extraordinário* para o Supremo Tribunal Federal, quando há matéria constitucional em discussão. Ora, a ampliação da constitucionalização do Direito do Trabalho operada pela Constituição Federal de 1988 multiplicou as possibilidades de recurso extraordinário. Com isso temos um dos principais limites do processo de trabalho, considerando seus objetivos originais: superposição de instâncias e excesso de recursos possíveis.

É verdade que, ao longo do tempo, houve preocupação do legislador em limitar os recursos. Em primeiro lugar, a lei só os autoriza no caso de decisões terminativas – sentenças (primeiro grau), acórdãos (segundo e terceiro graus) – e não de decisões interlocutórias, isto é, aquelas proferidas durante o desenrolar do processo. Em segundo lugar, está na agenda política preocupação com reformas processuais que dêem mais presteza às demandas trabalhistas. A instituição do ‘procedimento sumaríssimo’ em 2000, para causas que não excedam 40 salários-mínimos (excluídas demandas contra o poder público), teve justamente o propósito de resgatar os princípios de oralidade, celeridade e conciliação na ação judicial. No primeiro caso, porém, a denegação do seguimento de um recurso pode ser contestada através do ‘agravo’, e muitas oportunidades de agravo surgem ao longo do processo. E como veremos, cabem recursos, também, na fase de execução das sentenças. E é sabido, nos meios processuais, que quanto maior o poder econômico do empregador, maior o interesse e a capacidade de manejar todos os recursos possíveis (inclusive no âmbito do procedimento sumaríssimo), o que se chama, no jargão jurídico, de ‘chicana’.

É fato que a instituição do procedimento sumaríssimo vem reduzindo o tempo de tramitação das demandas, ao custo, porém, de direitos trabalhistas. Quando se comparam o valor dos pedidos na reclamação do empregado (pedidos estes que têm por conteúdo direitos que não foram implementados pelo empregador), e o valor pelo qual se homologam as conciliações, há consenso¹ de que o empregado aceita valores próximos da metade do devido, não propriamente pela dificuldade de fazer prova de suas



alegações, mas porque o tempo de duração do processo pode ser longo e as necessidades do trabalhador, na maioria das vezes desempregado, são imediatas. Prevalece a racionalidade, que diz “ser melhor receber pouco agora do que o total devido não se sabe quando”. Há ainda o risco de extinção da empresa no lapso de tempo que demora o processo. Médias e pequenas empresas têm baixa expectativa de sobrevivência², o que torna ainda mais aguda a opção pela conciliação com perda de direitos.

O processo de execução trabalhista também apresenta limites importantes à efetividade do Direito do Trabalho. A execução tem início quando, reconhecido o débito no processo e condenado o devedor a pagar, este deixa de fazê-lo. Entre operadores do direito há a percepção de que a fase de execução é o pilar mais vulnerável do processo do trabalho, uma porta aberta que permite ao devedor escapar mais uma vez à obrigação de satisfazer os direitos do trabalhador. Na verdade, a execução é quase um novo processo, que abre novas oportunidades de contestação ao devedor. Isso tanto se dá através do recurso chamado “agravo de petição”, do próprio réu no processo, quanto dos “embargos de terceiros”, estranhos ao processo que, no entanto, se vêem prejudicados pela execução da dívida. O “terceiro” pode ser, por exemplo, a esposa do devedor ou sócio da empresa empregadora que tem seus bens implicados na satisfação do crédito do trabalhador. E ainda há os riscos extrajurídicos de não ser possível localizar bens do devedor que possam ser penhorados; ou de não encontrar o próprio endereço do devedor, já que a pessoa jurídica pode extinguir-se antes que o processo chegue ao fim.

Dentre as intervenções recentes no processo de execução, com vistas a torná-lo mais eficaz (o que, no caso, significa garantir que o credor venha a receber aquilo que lhe foi reconhecido como de direito), vale mencionar a penhora *on line*. Iniciativa da Justiça Trabalhista, resulta de convênio entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central, de maneira a viabilizar o bloqueio das contas bancárias dos devedores, para ali buscar meios de satisfação ao credor. Tal sistema permite o bloqueio de todas as contas bancárias e aplicações financeiras no sistema bancário brasileiro que tenham o devedor como titular. Como era de se esperar, há forte reação dos advogados de empresas, que invocam o art. 620 do Código de Processo Civil (“Quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor”). Questiona-se também a constitucionalidade do convênio entre tribunais e Banco Central, mas já houve pronunciamento da Justiça no sentido de admitir a penhora *on line*. De novidade no mecanismo, só a tecnologia. Antes, o oficial de justiça ia à agência (ou agências) bancária intimar o gerente a bloquear as contas, mas era muito comum que o gerente do banco avisasse seu cliente, que tratava de transferir os valores dessa conta para outro banco. A penhora *on line* é um incentivo real ao cumprimento de sentenças trabalhistas pelos empregadores, e seus efeitos sobre a taxa de respeito à norma ainda estão por ser mensurados.

Como já se disse, a Justiça do Trabalho brasileira está instalada em todo o país, por meio das Varas, dos Tribunais Regionais e do Tribunal Superior do Trabalho. Em 2005 havia pouco mais de 2.700 juízes na ativa, 2.200 dos quais

TABELA 1

Resultados dos processos na Justiça do Trabalho brasileira: 1991-2000

Ano	Conciliações	Procedentes	Procedentes em parte	Improcedentes	Arquivadas, Desistências e Extintos	Outras decisões	No país
1991	48,11	4,01	19,86	5,89	17,82	4,30	1.263.492
1995	46,96	2,36	22,90	6,94	17,84	3,00	1.705.052
2000	45,09	2,28	21,73	7,29	21,75	1,86	1.897.180

Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelo TST

nas Varas do Trabalho. Esses últimos são os responsáveis pelo julgamento e/ou conciliação dos perto de 1,7 milhão de processos que todo ano adentram as portas do Judiciário trabalhista. Isso perfaz uma média de 772 processos por juiz por ano, ou três processos por dia útil de trabalho. Em 2003 essa média era de cinco processos por dia, porque era menor o número de juizes. Tal acúmulo de trabalho tem efeitos sobre o fluxo processual e a eficiência do sistema. É raro ocorrer de a JT julgar o mesmo número de processos que acolhe, havendo sempre um resíduo passado ao ano seguinte. Em 2006 o resíduo acumulado ao longo dos anos montava a mais de 900 mil processos³.

Diante desses números, é preciso investigar se a dinâmica processual permite que a Justiça do Trabalho cumpra suas promessas, servindo de guardião do direito do trabalhado. Iniciemos pela conciliação. A Tabela 1 mostra os resultados agregados da atividade judicial no país na década de 1990. As conciliações representaram, na média do período, 45% dos processos, com desvio padrão de 1,5 ponto percentual. Essa média representa uma queda significativa em relação à década anterior. Em 1985, por exemplo, a taxa de conciliações foi de 57% dos processos. Assim, embora a conciliação seja o resultado mais provável entre seis possíveis, ela não chegou à metade dos processos acolhidos pela Justiça do Trabalho no Brasil nos anos 1990. Na década de 2000 não foi diferente (embora resultados desagregados para os outros quesitos da tabela não estejam disponíveis), com as conciliações não ultrapassando 44,5% até 2005. Contudo, se contabilizarmos que 29% dos processos foram considerados ou improcedentes ou arquivados/extintos em 2000, então as conciliações sobem a 65% dos processos válidos. A ação trabalhista válida é, em sua maioria, conciliada pelo Judiciário.

Dentre os outros resultados prováveis, pouco menos da metade dos processos não conciliados é julgada procedente no todo ou em parte, enquanto a outra metade é julgada ou improcedente, ou é arquivada, extinta ou a parte demandante desiste da ação. Ou seja, 70% das demandas recebidos, em média, são efetivamente submetidas aos ritos do processo judicial trabalhista, sendo 65% conciliadas e 35% julgadas. Pode-se dizer, pois, que

a taxa de reconhecimento da legitimidade das demandas trabalhistas por parte da Justiça do Trabalho é de 70%. Ou por outra, esta é a proporção de processos que, uma vez entrados nas Varas do Trabalho, seguirão os ritos judiciais, podendo resultar em conciliações ou sentenças. Além disso, parece claro que a Justiça do Trabalho tende a não acatar os conteúdos dos processos em sua totalidade. Apenas pouco mais de 2% deles foram julgados totalmente procedentes.

Cabe, agora, avaliar os resultados do trâmite processual do ponto de vista de sua eficácia em assegurar direitos dos trabalhadores. Como a Justiça do Trabalho passou a desempenhar um papel fundamental nas relações de classe, acolhendo milhões de demandas trabalhistas a cada ano, importa saber até que ponto o movimento dos trabalhadores em direção a esse "guardião das promessas"⁴ encontra resposta em termos da garantia de seus direitos. Para a investigação desse problema, avaliamos 207 processos colhidos em 28 Varas do Trabalho do Rio de Janeiro em 2004, cobrindo o período de 1995 a 2000⁵.

ENTRE OPERADORES
DO DIREITO HÁ A
PERCEPÇÃO DE
QUE A FASE DE
EXECUÇÃO É O PILAR
MAIS VULNERÁVEL
DO PROCESSO DO
TRABALHO

A Tabela 2 mostra a distribuição das demandas segundo grupos de direitos demandados, indicando se os pedidos foram ou não deferidos pelos juízes do Trabalho. Em primeiro lugar, a quase totalidade dos processos (93%) continha algum item relativo à remuneração. Pedidos de verbas rescisórias apareciam em 88% dos casos. Dois terços dos processos tinham algum pedido relativo à jornada de trabalho e metade pedia algum direito relacionado com o vínculo de trabalho, como o reconhecimento do vínculo ou a assinatura da Carteira de Trabalho. Direitos previdenciários e direitos convencionais eram bastante raros. Em complemento, a segunda coluna de dados mostra que 39% de todos os itens demandados referiam-se à remuneração (horas extras, adicionais de insalubridade, não pagamento de salários e outros), seguindo-se o pagamento de verbas rescisórias (férias, décimo terceiro, FGTS etc.), com 29% do total. Somados, os dois itens compõem quase 70% do conteúdo das demandas processadas pela Justiça trabalhista fluminense na segunda metade da década de 1990. Ou seja, os trabalhadores demandaram na Justiça reparação por direitos que tinham contrapartida monetária, isto é, custos trabalhistas diretos e indiretos não honrados pelos empregadores.

Em segundo lugar, avaliando os totais da tabela, percebe-se que a proporção de processos deferidos ou indeferidos em sua totalidade é muito semelhante, pouco menos de um terço em cada caso. Se somarmos aos processos deferidos aqueles deferidos na maior parte, teremos quase metade dos casos, restando a outra metade para os indeferidos no todo ou na maior parte⁶. Em terceiro lugar, a proporção de indeferimentos por tipo de demanda é estável em torno de um terço dos processos exceto para aqueles com pedidos de natureza previdenciária e relativos ao vínculo empregatício. Nesses casos a proporção de indeferimento ultrapassa 41%. Se somarmos a estes os processos indeferidos na maior parte, aqueles que apresentaram pedidos de natureza previdenciária são rechaçados ou restritos em seu conteúdo em 67% das vezes. Como parece claro, as demandas dos trabalhadores são recebidas com ressalvas pela Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, uma vez que um terço delas sofre alguma restrição (deferimento ou indeferimento parcial) e outro terço é rechaçado em sua totalidade. E assim como os trabalhadores demandam principalmente direitos que, para os empresários, representam custos trabalhistas, essas demandas são também acolhidas em maior proporção que as outras, ainda assim

TABELA 2

Conteúdo das demandas e proporção de deferimentos e indeferimentos nas varas do Trabalho do Rio de Janeiro – 1995-2000

Demandas	Prop. de processos que apresentaram a demanda	Prop. de demandas no total dos processos	Número de demandas	Deferido	Deferido na maior parte	Indeferido na maior parte	Indeferido
Demandas de natureza previdenciária ou vinculadas	10,0	1,3	24	29,2	4,2	25,0	41,7
Relativas à convenção ou acordo coletivo	17,7	2,0	37	18,9	24,3	24,3	32,4
Condições de trabalho	23,0	3,0	56	23,2	17,9	21,4	37,5
Relativas ao vínculo de emprego	53,6	8,4	157	28,0	14,6	14,6	42,7
Outras demandas	57,4	7,0	131	25,2	22,9	19,8	32,1
Jornada de trabalho	64,6	11,3	210	31,4	16,7	18,6	33,3
Verbas rescisórias	88,0	28,5	532	36,1	14,8	18,0	31,0
Remuneração	93,8	38,5	718	32,2	18,5	16,6	32,7
Total	207	100,0	1865	32,4	16,4	16,9	34,3

Fonte: Pesquisa de campo

a taxa nunca superior a 50% (somando-se deferimento no todo ou na maior parte).

Mas o que ocorreu com os processos que tiveram o total ou parte de suas demandas deferidos (dois terços deles) – o que quer dizer que os trabalhadores tiveram ao menos parte de seus direitos *reconhecidos* pela Justiça do Trabalho? Por outras palavras, qual a eficácia do sistema judicial trabalhista em termos da *garantia* de que os direitos assim reconhecidos sejam assegurados? Antes de passar à análise dos dados disponíveis, é preciso lembrar que a dinâmica do processo trabalhista dificulta a construção de medidas estritas de eficácia processual. Isso decorre de algo que já se comentou: os valores das causas são em geral arbitrários, não refletindo os direitos efetivamente negados. Com isso, foi preciso combinar critérios, e aqui, operaremos com a seguinte classificação de eficácia:

1. Se todos os pedidos foram deferidos e se o trabalhador recebeu o que o juiz do Trabalho determinou por sentença, o processo foi julgado favorável ao trabalhador;

2. Se a maioria dos pedidos foi deferida e se o trabalhador recebeu o que o juiz do Trabalho determinou por sentença, o processo foi julgado favorável na maior parte;

3. Se houve conciliação, quando o trabalhador foi levado a abrir mão de parte do que teria direito, o processo foi considerado favorável em parte e desfavorável em parte;

4. Se a maioria dos pedidos foi indeferida e o trabalhador recebeu o todo ou apenas uma parte do que tinha direito por sentença, o processo foi considerado desfavorável na maior parte;

5. Se o trabalhador não recebeu o que tinha direito por sentença (falência da empresa, desistência ou outra razão qualquer), independentemente da taxa de deferimento, o processo foi considerado desfavorável.

O Gráfico 1 revela que, de um modo geral, uma vez deferidos os pedidos, metade dos processos tem resultado favorável ao trabalhador. Dez por cento deles são totalmente favoráveis e 40% favoráveis na maior parte. Outros 15% resultam em perdas e ganhos equidistantes. Os processos francamente desfavoráveis representam apenas 30% do total de pedidos previamente deferidos.

O FATO DE O PRINCÍPIO DA
CELERIDADE TER FICADO
COMPROMETIDO AO LONGO
DOS ANOS RESULTOU
NA CRISTALIZAÇÃO
DA PERCEPÇÃO DE QUE
A JUSTIÇA DO
TRABALHO É LENTA

Essa constatação permite formular duas hipóteses sobre a eficácia da Justiça do Trabalho. Em primeiro lugar, se recordarmos que dois terços dos processos foram deferidos no todo ou em parte, e que pouco menos da metade deles é francamente favorável aos trabalhadores, então tem-se que não mais do que 32% de todos os processos entrados na Justiça Trabalhista do Rio de Janeiro (contando deferidos e indeferidos) podem ser considerados indubitavelmente satisfatórios do ponto de vista de assegurar os direitos trabalhistas burlados (ou percebidos como tal, já que o trabalhador recorreu à Justiça). Outros 10% (15% de 66% de pedidos deferidos) têm resultados intermediários, favorecendo ambas as partes. Ou seja, em 58% dos casos totais, a Justiça do Trabalho do Rio ou não acolheu as demandas, ou as acolheu no todo ou em parte, mas ditou sentenças desfavoráveis à parte mais fraca.

Mas é possível supor, em segundo lugar, que a taxa de indeferimentos cabais (34% na Tabela 2) reflete apenas a impertinência real de 1/3 das causas trabalhistas. Neste caso, a proporção de resultados favoráveis no todo ou na maior parte sobe para mais de 50% das ações que

realmente contam (expressas no Gráfico 1), atingindo dois terços se considerarmos os resultados equidistantes para ambas as partes. Difícil dizer se um ou outro montante é adequado do ponto de vista do papel que cabe à Justiça do Trabalho num modelo legislado como o brasileiro, que é o de servir de última instância de guarda do Direito do Trabalho. Em qualquer caso, a hipótese é apenas parcialmente coerente com a percepção de empresários e juizes do Trabalho entrevistados para este estudo, segundo a qual “a Justiça do Trabalho é do trabalhador”⁷. Acresce que, no país como um todo, quase metade dos processos individuais do Trabalho (ou 65% dos processos válidos) resulta em conciliação, o que quer dizer que o trabalhador abriu mão de parte do que demandara a princípio.

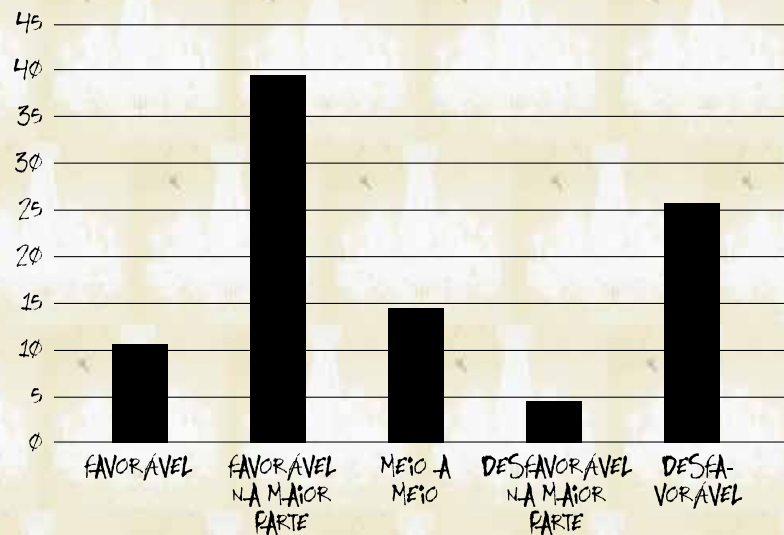
Essa talvez tenha sido, historicamente, a principal consequência de um problema importante de desenho do processo trabalhista: o princípio da celeridade encontrou resistências cada vez maiores, e obrigou à edição da Lei 9.957/2000, que instituiu o procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, levando a que causas de valor inferior a 40 salários-mínimos sejam solucionadas na primeira audiência⁸. Até a edição dessa lei os processos poderiam, potencialmente, durar tempo suficiente para que não se fizesse justiça. De fato, dados do TST informam que, entre

1998 e 2000, o tempo médio de um julgamento no país tinha sido de seis meses. Contudo, esse tempo incluía processos julgados e processos conciliados. Por definição, conciliação não é sentença judicial, e muitas vezes ocorre na primeira audiência, puxando para baixo a média geral de duração de um processo. Um processo efetivamente julgado no país (cerca de 30% em média na década de 1990, conforme vimos na Tabela 1), caso siga todas as instâncias, terá uma duração mínima de seis anos (Silva, 2000: p. 30). Se a decisão é dada no TRT (segunda instância recursal), pode levar entre oito meses e um ano, durando três meses se terminar no primeiro grau, isto é, nas varas do Trabalho. Dos 207 processos analisados para este trabalho, metade teve duração de até cinco meses, e 10% deles duraram 18 meses ou mais. Dos processos efetivamente julgados (exclusive conciliados), 25% tiveram duração de um ano ou mais (contra 12% dos conciliados)⁹.

O fato de o princípio da celeridade ter ficado comprometido ao longo dos anos resultou na cristalização, entre operadores do Direito, empresários e trabalhadores, da percepção de que a Justiça do Trabalho é lenta¹⁰. Isso teria contribuído para legitimar pelo menos três práticas perversas. Primeiro, os juizes propõem uma conciliação desde logo, em que os trabalhadores são levados a abrir



GRÁFICO 1

Resultado dos processos trabalhistas, para o trabalhador: Cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Pesquisa de campo

mão de direitos, sob o argumento de que é melhor um mau acordo agora do que uma sentença incerta em um tempo imponderável. Em segundo lugar, e levando isso em conta, os trabalhadores e seus advogados reforçaram a prática de pedir mais do que teriam direito, para perder menos nas conciliações. Por fim, muitos trabalhadores, na penúria, entrariam na Justiça mesmo sem ter direitos claramente demarcados, na esperança de conseguir alguma coisa numa conciliação em que o empregador prefere pagar a incorrer nos custos de um processo a longo prazo. A instituição do procedimento sumaríssimo agrava esse problema, na medida em que, ao obrigar a uma solução em primeira audiência, força conciliação em que os trabalhadores são levados a conceder parte daquilo a que tinham direito.

É bom lembrar que os processos judiciais são, em sua imensa maioria, relativos a direitos burlados durante a vigência do contrato de trabalho e a direitos rescisórios, quase todos com contrapartidas monetárias que o empregador, por qualquer razão, recusou-se a honrar. O fato de o processo judicial resultar em concessões por parte do

trabalhador torna-se um incentivo para que o empregador não cumpra a legislação, na esperança de que, na Justiça, pague menos do que pagaria se cumprisse a lei. Note-se que algumas multas por não-cumprimento da lei (como as férias pagas em dobro se não gozadas no tempo legal, o mesmo para o descanso semanal etc.) vão compor o passivo trabalhista que entrará na negociação mediada pelo juiz do Trabalho. Logo, não funcionam como sanção relevante. E lembramos que, no caso de direitos burlados durante a vigência do contrato, o passar do tempo favorece o empregador, uma vez que só os últimos cinco anos, contados a partir do ajuizamento da ação, serão alcançados pelas sentenças, em face do prazo prescricional que extingue os direitos do trabalhador.

Diante disso, podemos colocar em perspectiva as pressões empresariais e governamentais por flexibilização da legislação trabalhista, que ocorreram, nos anos 1990, num ambiente de profunda reestruturação econômica em que os parâmetros para os custos do Trabalho foram grandemente rebaixados pela competição internacional, sobretudo da Ásia. Ora, mesmo com a legislação tendo

mudado muito pouco, a reestruturação econômica foi profunda, e já se consolidou. A legislação existente não representou obstáculo algum, e agora sabemos por que: o modo de operação desse momento essencial das relações de trabalho, que é a validação do Direito do Trabalho, resulta na, na prática, na redução dos custos do Trabalho. Pela análise precedente, podemos dizer que as chances de que, uma vez acolhida a demanda pela Justiça, o empregador seja obrigado a pagar tudo o que deve são de, no máximo, um terço. Em dois terços das vezes em que seu empregado entrar com uma ação contra ele, haverá uma conciliação ou uma sentença em que o empregado abrirá mão de parte de seus direitos.

Para que não parem dúvidas: não se está dizendo que a Justiça do Trabalho *contribui* para o rebaixamento dos custos trabalhistas. O que estamos afirmando é que o desenho institucional consolidado ao longo dos últimos 70 anos oferece incentivos para que os empregadores não cumpram a lei. Logo, reformas são necessárias, mas não no sentido preconizado pelo discurso econômico hegemônico. Não se trata de igualar a todos pela base, ou seja, pelos que não têm direitos. O movimento deve ser na direção inversa: trata-se de incluir os trabalhadores informais no

mundo dos direitos e criar mecanismos que dêem faticidade ao Direito do Trabalho existente, dentre outras coisas por meio de reformas na Justiça do Trabalho que a tornem mais eficaz como guardião daquele mesmo direito. Se um dia isso acontecer, isto é, se o que está na letra da lei um dia encontrar respaldo na ação daqueles que a lei vincula, então poderemos discutir a sério os efeitos da legislação sobre a atividade econômica e a dinâmica do mercado de trabalho. No desenho atual, em que a lei tem efetividade limitada, esse debate é inteiramente inócua¹¹.

acardoso@iuperj.br
telmali@superig.com.br

REFERÊNCIAS

- Bedê, Marco A. (coord.). (2004). *Sobrevivência e mortalidade das empresas paulistas de 1 a 5 anos*. São Paulo, SEBRAE.
- Bensusán, G. (2005), *La inspección del trabajo en México: diseño legal y desempeño real*. Trabalho apresentado no seminário Labor Inspection and Labor Markets, MIT, Janeiro.
- Cardoso, A. M. (2003), *A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- Cardoso, A. M. e Lage, T. G. L. (2007), *As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.
- Garapon, A. (1996), *Le Gardien de Promesses*. Paris, Odile Jacob.
- Silva, A. A. (2000), *Procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho*. São Paulo, LTr.

NOTAS

1. O juiz Paulo Perissé, da Vara do Trabalho, esclarece que há uma percepção entre operadores do direito de que os pedidos na reclamação trabalhista são exagerados – “inchados” – como estratégia para reduzir as perdas com a barganha no momento da conciliação. Em uma entrevista com 8 juízes e juízas do trabalho realizada para este estudo, todos foram unânimes em afirmar a mesma percepção.
2. Segundo dados do SEBRAE, 56% das micro e pequenas empresas paulistas desaparecem antes de completar cinco anos, taxa que pode chegar a 80% no caso de empresas com até cinco empregados. Ver Bedê (2004). Para o Brasil como um todo, em 2002 tinham desaparecido 60% das micro e pequenas empresas constituídas em 2000. Perto de 75% dessas empresas tinham entre dois e nove empregados. Ver Sebrae (2004).
3. Dados em www.tst.gov.
4. Cf. Garapon (1996).
5. Esse levantamento foi realizado no arquivo da Justiça do Trabalho em Niterói, onde os processos são arquivados. O procedimento de seleção submeteu-se à disponibilidade de processos no momento da coleta, não obedecendo a método aleatório estrito. Contudo, cotejando com levantamento maior analisado em Cardoso (2003), o conteúdo das demandas e os setores econômicos contemplados apresentaram correlação (Pearson) de 0,95 e 0,96 respectivamente, o que permite a generalização dos achados desta seção.

6. Para efeitos desta análise, os processos em que metade das demandas foi deferida e metade indeferida foram classificados como “deferidos na maior parte”, numa classificação com viés em favor da eficácia da Justiça do Trabalho.
7. Frase ouvida de dois empresários, três advogados trabalhistas, dois dirigentes sindicais e numa entrevista com um grupo de oito juízes do trabalho.
8. Entre junho e dezembro de 2000, segundo dados do TST, 38% de todos os processos entrados na primeira instância da Justiça do Trabalho foram solucionados pelo procedimento sumaríssimo.
9. Para que se tenha um termo de comparação, na Alemanha a proporção de processos solucionados em 12 meses ou mais foi de apenas 2,8% em 1994.
10. Críticos do sistema judicial trabalhista argumentam que isso encarece os processos. Cálculos de Silva (2000: p. 25) indicam que o custo médio de um processo para os cofres públicos equivaleria a 12 salários-mínimos. De todo modo, Bensusan (2005) mostra que o Brasil é o país com menor taxa de processos que duram três anos ou mais, em comparação com Argentina, Chile e México.
11. Análise aprofundada de outras instituições de regulação do mercado de trabalho no país, como a Inspeção do Trabalho, também responsável por dar faticidade à legislação, pode ser encontrada em Cardoso e Lage (2007).



Blue Tree Hotels. O seu endereço na cidade.

A Blue Tree Hotels está presente em 18 cidades brasileiras e, em São Paulo, oferece dez endereços. Oito na capital paulistana e, dois no interior do Estado, Lins e Mogi das Cruzes. São empreendimentos elegantes e, reconhecidos pela qualidade do serviço e do acolhimento. Hotéis e Resorts que são verdadeiros centros de experiência.

Blue Tree Hotels. Especial em todos os sentidos.



Central de Reservas Blue Tree Hotels São Paulo: (11) 3841-7444 – Demais localidades: 0800 15 0500
Fax: (11) 3045-1275 – reservas@bluetree.com.br – www.bluetree.com.br



BLUE TREE HOTELS



RELATOS AUSTRIACOS



o memória de documento

Havia uma esperança semi-afogada em cada olho. Misturadas às imagens postas ali pela memória que agora lhe acorria em atropelos. Não desconfiara da economia de sensações, preservadas no esquecimento, que devolvia nesse momento definitivamente final a pele de seda de M. E a própria M. e sua saia de chita, encostada ao muro de onde seria expulsa com palavras de fogo pelo dono da casa. Uma dor nas costelas, subindo pelos cabelos, descendo pela cartilagem do nariz, e morrendo engasgada na garganta contraída foi imediatamente associada à escada em caracol dos duzentos metros quadrados separados do sol, da luz, da claridade, por uma película quase negra colada às enormes folhas de vidro que anunciavam a varanda. A varanda desértica abrigava pequenos assassinatos. Lamentos esparsos escaparam por entre frestas de uísque, ficando escondidos temporariamente nos extintores de incêndio. A lembrança operava como um coquetel de medo, mas era também uma droga antidepressiva, um ansiolítico, equivalente a cinquenta gramas de descontração química que não tomara. A memória, impassível diante do presente e autônoma em desafio à sua vontade e razão, vasculhava o que bem entendia, recuperava trastes e não sossegava.

Havia em cada olho um desejo de cegueira, acumpliciado à serenidade do irreparável, escudo bíblico contra as ofensas corporais. Estava todo roxo, lanhado e pisoteado. Dois dentes caíram e a saliva incorporou o sangue ao paladar que oferecia em cusparadas ocasio-

naís. Os dedos ferviam enquanto a incerteza escorria por entre o indicador e o polegar em direção aos tornozelos. Havia em cada olho um recolhimento, uma cortina de disfarce como se a tarde estivesse vazia de gritos. Ferros e couros curtidos circulavam sem passaporte, à espreita, mas ignorantes da enorme presença da memória autônoma. Andréa, Andréa, era a visita intermitente por entre os lençóis azuis. Os lençóis nunca foram azuis, nem as coxas, sempre brancas, como os dentes caídos. Mas nada nunca fora assim. Torrentes de sensações em brasa cortavam bruscamente a velocidade do cérebro e o traziam à superfície de agosto. Em meados da semana as feiras se espalham pela cidade. Aos domingos também. Os cavalos cavalgam, as tartarugas lerdas, os coelhos desaparecem no capim de um sítio desmembrado em Campo Grande. A vala comum dos dejetos acompanha as casas de família e compartilham o vapor de verão com o ar de mormaço. Alguém sai com um caniço que o tempo aconselha as pescarias. Foi-se aquele tempo.

Seria preciso uma dose dupla de anunciação para recuperar o interesse nos pergaminhos. O equívoco foi acreditar que o amarelo do envelhecer de papéis se transmite às palavras e frases ali escritas. As palavras não envelhecem no mesmo compasso dos pergaminhos nem perdem seu poder de persuasão e de comprometimento com o passar do tempo. Os verbos de ação continuam eficazes, os substantivos não mudam de lugar, os imperativos respondem por conseqüências. Nenhuma dor cessa com o tempo; o que cessa é a razão da dor. O lixo era inocente, nem tanto o samba-canção guardado em cofres infantis. Os ossos quebrados serviam como ponteiros de relógio e avisavam a hora de despertar. Não há nada a fazer ao acordar. Não ter nada a fazer ao acordar é uma forma de desespero que se manifesta nos sapatos imóveis. O arco-íris pode ser muito doloroso. Havia uma gota de sangue em cada olho.

Encontros marcados ameaçam a liberdade. Foram duas horas de espera, em pé, com os olhos, os lanhos e os ossos partidos, todos de prontidão, excelsos, cada qual na sua especialidade. É uma grande coisa a especialização. Houve quem se especializasse em fixar a atenção no crescimento das unhas, cutícula a cutícula, sem alterar o sorriso ou o ferimento no ombro. Dedicados, confiáveis, responsáveis, as unhas estavam em boas mãos. Houve quem desfilasse para si próprio, ininterruptamente, até tombar vítima de um petardo de papelão. E ali ficar, sem banho, sem jantar, sem prazo de carência ou de validade. Eram árvores mudas, eram árvores surdas, eram árvores cegas. Árvores sem galho ou ramo, sem tronco e sem copa, eram árvores

*Nenhuma dor cessa com
o tempo; o que cessa
é a razão da dor*



muito estranhas. Só as raízes apareciam, cheias de frieiras, fungos e feridas. Árvores sem remédio. Árvores sem sombra, mas, então, não havia sombra em lugar algum, pois não havia sol.

Ensaçou vários tombos antes de se conformar ao catre. Não era especialmente hospitaleiro. Mas o incômodo maior era continuar prisioneiro da sucessão de imagens, de nomes, eventuais cheiros e sardas juvenis que o tinha sob vigilância, montado em seu pescoço, babando seu suor de festas juninas, acomodado a seu lado, ao longo do corpo quando estirado voluntariamente ou por precipitação. É difícil pensar em outra coisa que substitua a memória quando se põe em estado de insurreição perpétua. Nada é tão perecível quanto a memória e, contudo, de sua fragilidade fez-se o inferno da presença introneteada, o despertar do mundo dos mortos. A memória é o verdadeiro Lázaro da espécie.

As paredes, em passe de mágica, transformaram-se em textos esotéricos, misteriosos, obra coletivamente anônima, não obstante os nomes distribuídos aleatoriamente pelos espaços. Naquela circunstância, nenhum nome é um nome, são recados, mensagens subversivas, pactos de morte, promessas de vingança. Datas fictícias remetiam à história da Roma antiga, com suas mitologias e deuses descalços. Edificações inconquistáveis desmanchavam-se a um simples esfregão. Como acontece a todos os sonhos debelados, postos em fuga, envergonhados de ódio, esmagadas as rosas vermelhas, substituídas pelo pus das infecções mal lavadas. A memória, elemental lição aprendida tarde demais, é o contrário do esquecimento. A memória, fantástica descoberta, é a antípoda da morte. Se há memória, não há morte, nem mesmo quando estrangulada pelos suicidas desesperados. Ela retorna enquanto o suicida estiver vivo. E se instala nas paredes e nos buracos do chão; nas dobras dos trapos, no falso retrato de maria madalena que o delírio inconstante esboçou no teto. Era M., era Andréa, era Eloá, eram as primeiras coxas e os primeiros seios em passeata retrospectiva, semi-nuas, a clamar com os olhos cheios de lágrimas. Havia uma gota de pus em cada olho.

Os passos sucessivos no corredor apressavam o espetáculo. O imprevisto da sessão era uma tortura a mais; o tempo de espera para início do espetáculo era uma tortura a mais; o silêncio da audiência, o longo silêncio da audiência era uma tortura a mais. Então a doida da memória lhe trazia um orgasmo de surpresa, uma aflição de tremores no peito e um urrar

ingovernável a propósito de nada. Era o sinal que a audiência aguardava. Os experimentos se seguiam uns aos outros sem as anotações habituais em programas bem planejados. Buscava-se menos a descoberta do que o desaparecimento e enquanto uns encontravam vísceras em desagregação, outros recebiam, sem convite, Lázaro integral. Trazia nos bolsos do manto de inverno cadernetas de telefone, cartas ultrapassadas, flores cristalizadas, retratos rejuvenescidos pelos anos de separação. A quantos anos de viagem encontravam-se Eloá, e M., e Andréa? Nomes anotados com solicitude, inevitável prova de má fé: não existem Eloá, Andréa ou M. Claro que não, é uma armadilha da memória. Os lanhos se multiplicavam em compensação pela inexistência dos nomes. O prisioneiro, contra sua vontade, só oferecia os nomes que a memória selecionava e impunha à fala gutural dos mortos de sede. A liberdade da memória Lázaro instaurava o doloroso contra-senso da situação agônica em que se encontrava. Nunca fora tão livre, nunca fora tão prisioneiro, e ele não comandava nem uma coisa nem outra.

As formigas carregavam toneladas de carcaças por trilhas ordeiramente demarcadas. Borboletas em pleno verão bailavam em festival sem ensaios preliminares. Baratas disputavam um lugar ao sol e morriam de indigestão com os restos deixados pelos detentos. A chuva forte tentava transmitir suplementos vitamínicos aos encarcerados. Nada impressionava. O cárcere destitui o mundo dos sentidos primários das coisas. Formigas, borboletas, baratas, chuva não significavam coisa alguma. O presente, tudo que está no presente, é irreal. Aconteça o que acontecer, nada acontece no presente quando a memória se acomoda com a sem cerimônia de íntima amiga que andava sumida. Senhora dos segredos de todos, particularmente dos esquecidos, a memória assume o governo da tristeza, da nostalgia, da saudade, que os afeta, e ainda faz levantar-se e andar uma população de fatos, pessoas, circunstâncias e animais supostamente perdidos para sempre. Basta aprisionar o corpo, martirizá-lo e ultrajá-lo para que ela seqüestre os mais expostos à deterioração íntima. Uns, ao ajeitar-se no colo da memória, não voltam nunca mais ao convívio das formigas. Perdem-se no interior de si mesmos e não conseguem decifrar o caminho de retorno. Não conseguem encontrar Lázaro.

O perigo está no ar. Lentamente vai sendo instalada a cerca que assinalará as fronteiras separando o hemisfério dos entregues às baratas do hemisfério dos físicos experimentadores, a cuja guarda ficam submetidos os entregues às baratas. Os prisioneiros de primeiro cárcere levam algum tempo até descobrir que não existe outro lugar em que a memória seja tão livre, autônoma, poderosa o suficiente para impor a ressurreição aos mortos e aos vivos aos quais pertencem tais mortos. A memória de Lázaro consiste na revelação da condição trágica da humanidade: a de ter experiência da liberdade mais extensa justamente nos momentos em que é privada dela. Por cárcere meu caro e ilustre passageiro, entenda todo conjunto de regras que orientam compulsoriamente as pessoas contra ou indiferentemente à sua vontade. Se não acredita que seja isso, tente inventar o seu cárcere e a sua memória. Dê lembranças às formigas.

leex@candidomendes.edu.br





BRASIL & MOVIMENTO S.A.

SUNDOWN
MOTOS

0800 701 9912 | www.sundownnet.com.br



**ESTRADAS
SÃO ÓTIMOS
ANTIDEPRESSIVOS.**

ANTIDEPRESSÃO
A ÚNICA MOTO COM GARANTIA ESPECIAL DE 2 ANOS LIVRES DE KM.*
2 CILINDROS V - 4 TEMPOS (OHC) 250CC
ELECTRIC BAR



MOTOR DE 2 CILINDROS V - 4 TEMPOS (OHC) 250CC
ASSENTO INDIVIDUAL E SISSY BAR



RODAS DE LIGA LEVE E FREIO DIANTEIRO A DISCO
SUSPENSÃO TRASEIRA MONOAMORTECIDA

CONSÓRCIO A PARTIR DE R\$ 296,00 MENSAIS**.



Foto meramente ilustrativa. As motocicletas estão em conformidade com o PROMOT. *Promoção válida para motos compradas somente no mês de março.
***Parcela para plano de 60x para o modelo V BLADE no consórcio nacional Sundown.

ALEXANDRE DOS SANTOS

JORNALISTA

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO



**DA COLÔNIA DE UM SÓ HOMEM
AO PAÍS DE VÁRIAS MÁFIAS**





A comunidade internacional lança novos e esperançosos olhares à República Democrática do Congo. As atenções convergiram para um grande e inédito evento em suas atuais dimensões: as primeiras eleições presidenciais desde a independência formal do país há 46 anos e cujo segundo turno aconteceu no último dia 26 de outubro de 2006. Estima-se que este fato comprove o amadurecimento das (ainda) incipientes instituições congoleesas e de seus principais líderes para aquilo que a comunidade internacional vê como “um grande passo rumo ao futuro do Congo”.

Estamos na primeira década do século XXI e um misto de esperança velada e ceticismo tem dado o tom da população local. Em alguns poucos fóruns como o “Have Your Say”, no site da inglesa BBC, as opiniões exortam o próximo governante a utilizar as riquezas minerais do país em proveito da nação. Porém, aqueles que puderam se expressar têm sérias dúvidas de que a conclusão do processo eleitoral traga mudanças realmente significativas. Depois de mais de três décadas sob a cleptocracia de Mobutu Sese Seko e sob dois governos tomados à força, a República Democrática do Congo emerge também de uma guerra civil que se estendeu entre 1998 e 2002, deixando cerca de quatro milhões de mortos.

Há um século, a Europa e a comunidade internacional lançavam esperançosos olhares ao Estado Independente do Congo. As atenções convergiam para um grande e inédito evento: a troca da administração colonial. Todo o território, que estava sob o comando do regente da Bélgica, rei Leopoldo II, passava para o controle direto do próprio Estado belga. Estimava-se que esse fato, resultado direto de anos de pressão da sociedade civil europeia contra a cleptocracia e a ditadura colonial cruelíssima, instituídas por Leopoldo II, marcasse o amadurecimento da administração colonial sobre o território e pusesse fim aos governos locais sem legitimidade, perpetradores das mais absurdas e devastadoras barbáries conhecidas até então. A mudança administrativa foi vista auspiciosamente pela comunidade internacional como “um grande passo rumo ao futuro independente do Congo”. Estávamos na

primeira década do século XX e um misto de esperança velada e ceticismo pessimista parecia ser o tom daqueles que se cotizaram e exortaram a mudança. Aos congueses não era permitido quaisquer tipos de manifestações. Os testemunhos de suas inquietações, de seus sofrimentos e das crueldades de que eram vítimas estavam circunscritos a publicações de ativistas e relatórios (muitos deles secretos) feitos para os governos belga e inglês.

Temos aqui duas linhas temporais separadas por um século de História. Dois momentos marcantes que tornaram e tornam o Congo uma espécie de tambor que ressoa pelo Atlântico e reverbera na Europa, nos EUA e daí para todo o planeta. Dois momentos aparentemente distintos, mas que nos auxiliam na compreensão da História do terceiro maior país da África e um dos pioneiros no contato com os europeus no século XV. Um país com o maior número de fronteiras com vizinhos e um dos pioneiros no processo de união da sociedade civil europeia em ações contra o desrespeito aos direitos do homem, quase meio século antes da adoção e proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O país que conta com uma vasta riqueza em seu subsolo (cobre, cobalto, diamante, ouro, estanho, manganês e zinco) e com o maior contingente de capacetes azuis em todo o mundo – 17 mil soldados (!) servindo à Missão da ONU na República Democrática do Congo – envolvido na mais complexa e trabalhosa logística eleitoral já posta em prática no globo.

Causa estranheza em muitos o fato de o Congo ter sido o catalisador da mais antiga campanha mundial contra o desrespeito aos direitos humanos. Causa ainda mais surpresa quando se esmiúça a plêiade de nomes associados à sua causa, o que comprova a riqueza de matizes políticos envolvidos diretamente no movimento mundial contra a crueldade e o trabalho escravo exercidos em larga escala no “Estado Independente do Congo”, a colônia particular do rei belga Leopoldo II. São eles: Joseph Conrad, sir Arthur Conan Doyle, Anatole France, Mark Twain, Edmund Dene Morel, William Sheppard, George Washington Williams, Mary Kingsley, Roger Casement, John Harris e Alice Seeley Harris, Wilfred Thesiger, Vachel Lindsay e Jules Marchal, para citar os mais eminentes. Alguns desses, os primeiros

principalmente, são facilmente reconhecíveis. Aos demais, infelizmente, foi legado o esquecimento da História e o esvaziamento da importância que tiveram (e, ainda assim, têm), e não somente pela defesa do território congolês. Essa é a mesma História que “esqueceu” a morte de oito milhões de africanos, habitantes da região do Congo, entre os anos de 1890 e 1910. Um extermínio brutal sistematicamente apagado dos livros europeus – e particularmente dos belgas. O jornalista nova-iorquino Adam Hochschild descreve sua surpresa e estupefação com o fato na introdução do livro “O Fantasma do rei Leopoldo”:

“Eu não sabia nada da história do Congo até alguns anos atrás, quando topei com uma nota de rodapé num livro que estava lendo (...). A nota era sobre a citação de Mark Twain, escrita quando o autor fazia parte do movimento mundial contra o trabalho escravo no Congo, uma prática que resultara em cinco a oito milhões de mortos. Movimento mundial? Cinco a oito milhões de mortos? Fiquei atônito.”

O rei Leopoldo II – regente belga de 1865 até a morte, em 1909 aos 74 anos – acalentava há muito o projeto para aquisição de uma colônia. Fosse onde fosse, o importante seria inserir a pequena Bélgica no tabuleiro das potências

imperiais européias e adquirir o que ele acreditava ser o investimento de maior retorno financeiro que se poderia fazer na época. Escolheu a África. Para conquistar seu objetivo, Leopoldo se valeu de diversas artimanhas políticas, fez uso de lobistas e de instituições laranjas para propagar a idéia de que sua motivação era de cunho filantrópico. Sua astúcia e dissimulação engendraram uma teia que manteve sob seu comando e influência Henry Morton Stanley, um dos mais eminentes e famosos exploradores do continente africano (e do Congo em particular), bem como os principais dirigentes políticos dos países europeus que enviaram representantes à Conferência de Berlim (novembro 1884 a maio 1885).

Durante os meses em que a forma de ocupação dos territórios africanos foi discutida entre Inglaterra, França, Alemanha e Portugal, Leopoldo manteve-se inteiramente a par das discussões oficiais e utilizou seus títulos nas conversas de bastidores e corredores para influenciar decisões e garantir-lhe o destino do território congolês. Em 26 de fevereiro de 1885, Leopoldo teve reconhecido o seu “Estado Independente do Congo”, controlado por uma espécie de ONG, a Associação Internacional do Congo, que na verdade tinha por trás de si o controle de





apenas um único homem: o rei belga. Em troca, a A.I.C. respeitaria a livre navegação nas águas do Rio Congo e o livre comércio de marfim e demais riquezas eventualmente encontradas no interior do território. A Associação Internacional do Congo também se comprometia a combater e auxiliar na erradicação da repreensível prática “árabe” do tráfico de escravos!

Seria mais correto afirmar que, proporcionalmente, o grande vencedor da Conferência de Berlim havia sido Leopoldo. Apenas um homem, e não um país, adquiriu o controle de 1/13 do continente africano, um território 76 vezes maior do que aquele que governava na Europa.

A uma distância segura – o rei nunca poria os pés em sua colônia particular – Leopoldo torraria quase toda sua riqueza, contrairia empréstimos internacionais e faria acordos com os cofres belgas para investir na construção de uma ferrovia que facilitasse o escoamento do marfim e, futuramente, da borracha. Começava então um crescendo de exploração e trabalhos forçados impostos às populações do interior do território, a devastação de aldeias e o seqüestro de mulheres e crianças, para evitar que homens adultos não fugissem da arregimentação das empresas belgas.

Trabalho facilitado pelo desenvolvimento da medicina e dos instrumentos bélicos a partir da década de 1860. As doenças típicas das florestas equatoriais, que vitimavam quase todos os europeus, como o paludismo, a febre amarela e hematúria, foram controladas e combatidas com o uso do quinino. O índice de mortalidade dos europeus diminuiu e possibilitou que cada vez mais deles substituíssem os buscapés, mosquetes e armas de carregar pela boca por rifles de retrocarga, anteriormente usados na Guerra Civil norte-americana, rifles de repetição (que davam doze tiros sem recarregar) e pela invenção máxima da época: a “maxim gun”, posteriormente conhecida por metralhadora.

À base da força desigual os povos locais eram vítimas de exploração escravocrata, do sadismo de muitos dos representantes da Force République – o exército mercenário criado por Leopoldo para patrulhar e “proteger” – e dos encarregados pelos entrepostos comerciais, que lá estavam

para garantir que o comércio rendesse dividendos para o desenvolvimento do Estado Independente do Congo. Os relatos de abusos e atrocidades eram cada vez mais freqüentes, já que todos estavam a uma distância segura da Europa e sem qualquer vínculo ou subordinação a controles administrativos metropolitanos. Oficialmente respondiam apenas às suas empresas, eventualmente à Force République, e a uma entidade civil etérea demais para ter qualquer influência intimidadora, a Associação Internacional do Congo.

A partir deste ponto algumas das personalidades citadas oito parágrafos acima começaram a fazer emergir suas vozes de protesto contra o que viram *in loco* ou contra aquilo que viram ser feito à vista de todos e com uma desfaçatez inacreditavelmente absurda.

 missionário negro norte-americano William Sheppard se tornou mundialmente conhecido por ter sido o primeiro homem a entrar na (até então) mítica cidade de Ifuca, em 1892, sede da corte do rei *cuba* Kot aMbweky II. Sheppard, que se tornaria o maior o maior colecionador de arte congoleza nos EUA, escreveu sobre o impressionante e sofisticado sistema político dos cubas, relatando a existência de força policial, ordenamento público, calçamento, rudimentos de práticas que futuramente seriam associadas ao socialismo, além de apresentar ao mundo um dos povos com maior pendor para a tecelagem e obras de entalhe em madeira, bordado e fundição de metal que se conhecia até então. Oito anos depois do primeiro contato de Sheppard com o povo *cuba*, a Force République já havia varrido e saqueado Ifuca e aprisionado toda a sua população, explorando-a nos trabalhos de extração da borracha. Sheppard também foi um dos primeiros a denunciar, em artigos publicados nos EUA, as práticas de seqüestro de mulheres e crianças, queima sistemática de aldeias e vilas e decepamento de mãos como práticas triviais de coerção para o trabalho de extração do látex.

O *boom* no consumo da borracha fez com que ela se transformasse na *commodity* mais valiosa em fins do século XIX. Os preços se elevavam a uma velocidade

ainda maior do que a vastidão das suas aplicações: mangueiras, tubos, revestimentos para cabos telefônicos e de telégrafos, equipamentos de vedação, isolantes e pneus de bicicleta e posteriormente de carros. O látex foi um presente divino para o rei Leopoldo II, enterrado em dívidas, e se transformou na principal divisa da colônia, ultrapassando o marfim. Os lucros da Anglo-Belgian India Rubber and Exploration Company (Abir), uma das empresas que tinham o rei belga como principal acionista, atingiram facilmente os 700%!

Diferente da seringueira nas florestas equatoriais americanas e indianas, a borracha africana crescia de uma trepadeira e requeria cuidados e anos de espera para retirada da seiva. Mas durante as duas últimas décadas do século XIX e o início do século XX a extração se fez de maneira cada vez mais predatória. Afinal, era preciso lucrar muito e em pouco tempo. A ganância e selvageria dos comerciantes europeus aumentaram na mesma proporção que seus lucros. Os “refugiados da borracha” acorriam aos borbotões à missão de Sheppard. Aldeias que se recusavam a colher borracha eram dizimadas como exemplo para as demais e as autoridades locais exigiam que os soldados trouxessem a mão do cadáver para comprovar a utilização da munição. Sheppard comprovou que a prática não se restringia aos mortos. Cortavam-se as mãos dos vivos para obrigar um parente deste a trabalhar ou simplesmente para compensar o desperdício de balas pelos soldados da Force Républicque. Foi Sheppard o responsável pela associação dos nomes de Leopoldo e do Estado Independente do Congo ao “terror da borracha” e à prática do decepamento de mãos. E na mesma época, um mito se espalhou rapidamente pelas aldeias da região: os belgas, na verdade, haviam descoberto um prazer nefasto de comer as mãos dos negros!

Mary Kingsley e Joseph Conrad refletiram em suas obras literárias o que viram ou suspeitaram estar acontecendo na região. Kingsley publicou em 1897 o livro “Travels in West África”, um dos primeiros livros a retratar o africano não como animal, mas como ser humano. Quanto a Conrad, publicou “Coração das Trevas” em 1902 como um

amálgama de suas experiências pessoais ao fazer uma incursão Rio Congo acima. Apropriou-se das personalidades de dois militares belgas conhecidos por suas crueldades e práticas brutais, León Rom e Guillaume Van Kerckhoven, para compor o personagem Kurtz, um dos mais apavorantes da literatura mundial, cuja frase “O horror, o horror!” se tornou uma das mais célebres e lembradas.

Mas a Edmund Dene Morel coube o papel mais importante e o fardo de travar uma queda-de-braço pessoal com Leopoldo. A partir de algumas observações elementares, Morel descobriu uma infinidade de fraudes contábeis a respeito dos lucros com a comercialização do marfim e da borracha. Ficou estupefato ao constatar a quantidade de armas e munições sendo enviadas ao Congo, em vez de suprimentos ou equipamentos para o desenvolvimento de uma “civilização” ocidentalizada na África central. A verdade era evidente e espantosa demais: o rei da Bélgica encabeçava uma súcia, uma corja assassina em atividade há pelo menos 15 anos no proclamado “Estado Livre” do Congo!

O trabalho de Morel foi facilitado a partir de 1903, quando o cônsul inglês no Congo, Roger Casement, investigou as denúncias e escreveu relatórios para comprová-las ou não. Em três meses de investigações Casement produziu uma profusão de relatórios preliminares criticando o tratamento dado aos africanos e censurando a própria administração colonial. Nas anotações de seus diários de viagem está a passagem: “homens com borracha, todos vigiados como condenados. Chamar isso de comércio é mentira deslavada!”. Ao relatório de Casement e às palestras de Morel foram reunidas as fotografias tiradas por John Harris e Alice Seeley Harris, missionários batistas que testemunharam a extirpação de membros, a prisão de mulheres, a devastação de aldeias e as lacerações das costas e nádegas, consequência das chicotadas com couro de rinoceronte. São as fotografias mais conhecidas e reproduzidas sobre o período colonial “leopoldino”.

A pressão internacional imposta por Morel, Casement e os notáveis que os apoiavam levou Leopoldo a aceitar o que ficou conhecido como a “solução belga”, a cessão da administração do território livre do Congo à Bélgica



através de um pagamento “justo” pelo seu valor. Independência e autogoverno na África do início do século XX eram conceitos inconcebíveis. Em 1908 o Estado belga assumiria uma dívida de 110 milhões de francos a serem pagos, obviamente, com a comercialização da borracha e das recém-descobertas jazidas de ouro, cobre e estanho na região de Katanga.

A morte de Leopoldo, um ano depois, o tornaria protagonista de muitas peças satíricas e charges políticas, não da maneira como sempre sonhou, mas associado às atrocidades cometidas em sua colônia, como nos versos do poeta norte-americano Vachel Lindsay:

“Listen to the yell of leopoldo’s ghost

“Burning in the Hell for his hand-maimed host.

“Hear now-how de demons chuckle and yell

“Cutting his hands off, down in Hell.”

A comunidade internacional criou grande expectativa com a mudança na administração do Congo. Na prática, porém, pouca coisa mudou. A Force Publique nem sequer mudou de nome, o ministro apontado para a administração da colônia era funcionário de antiga companhia que escravizou africanos para construir a ferrovia que escoava o marfim e a borracha do interior do território.

O presidente do Senado belga aumentou de maneira exorbitante os impostos a serem pagos pelos africanos e passou-se a confiscar as terras sistematicamente. Porém os relatos de abusos diminuíram sensivelmente a partir da transferência do controle para a Bélgica, a exploração da borracha nativa foi associada também ao cultivo em novas áreas extensivas.

Aos poucos a atenção e o interesse da comunidade internacional se esvaeceram, apesar das insistências de Morel e Casement de que o problema apenas mudara de parâmetro. A administração belga começaria uma experiência que replicaria no território de Ruanda-Urundi (onde hoje estão Ruanda e Burundi): a associação com os chefes locais para recrutar trabalhadores. Geralmente eram escolhidos aqueles de que o chefe menos gostava, cujas mulheres ele cobiçava, os que representavam problemas para a coletividade, seus opositores políticos ou mesmo aqueles que lhe deviam favores ou dinheiro. Quando um trabalhador fugia, um integrante da família poderia ser preso ou enviado ao trabalho em seu lugar. Essa era a regra para angariar mão-de-obra e enviá-la às áreas de mineração na próspera região de Katanga, já controlada por empresas belgas (algumas em associação



com empresas mineradoras norte-americanas) cada vez mais poderosas.

Em sua concepção falaciosa, o rei Leopoldo defendia que o “Estado Independente do Congo” seria uma área de prosperidade, que levaria o melhor da civilização européia aos africanos, dando-lhes as condições de se tornarem realmente independentes e um exemplo de evolução para o restante do continente. Ao conquistar a independência não havia no Congo mais do que 30 congoleses com educação superior em todo o território.

Patrice Lumumba não era um desses. Funcionário dos correios e um dos fundadores do Movimento Nacional Congolês no final da década de 1950, Lumumba seria eleito primeiro-ministro do Congo, em eleições livres antes da independência. A cerimônia de posse, junto com o presidente Joseph Kasavubu, seria na data marcada para a independência formal: 30 de junho de 1960. A recém-nascida República do Congo mal sabia que vivenciava os calmos momentos antes da tempestade.

Em seu discurso de posse, Patrice Lumumba conseguiu chacoalhar todos os presentes. Seu discurso foi estrategicamente o último, depois das falas laudatórias do rei belga Balduino e do presidente Kasavubu. Houve a tentativa de evitar que Lumumba se pronunciasse.

O primeiro-ministro foi duro e sincero a ponto de receber aplausos entusiasmados e efusivos da população e deixar o rei e os representantes belgas constrangidos. Lumumba não cedeu ao eufemismo:

“(...) Para esta independência do Congo, mesmo sendo celebrada hoje com a Bélgica, um país amigo a quem tratamos de igual para igual, nenhum congolês merecedor desse nome nunca se esquecerá que foi pela luta que a conquistamos [aplausos], uma luta diária, uma luta ardente e idealista, uma luta na qual não nos foram poupados nem as privações e nem o sofrimento e para a qual demos nossas forças e nosso sangue.

“(...) Estamos orgulhosos dessa luta, dessas lágrimas, desse fogo e desse sangue, nas profundezas do nosso ser, porque essa foi uma luta nobre e justa e era indispensável colocar um fim nas escravidões humilhantes que nos foi imposta pela força.

“(...) Quem jamais esquecerá os massacres nos quais nossos irmãos pereceram, as celas nas quais aqueles que se recusavam a se submeter a um regime de opressão e exploração foram jogados? [applause]

“(...) Deste modo, no interior e no exterior, o novo Congo, nossa querida República que meu governo criará, será um país rico, livre e próspero. Portanto temos que atingir esse objetivo sem demora, eu conclamo a todos, legisladores e cidadãos, a me auxiliarem com todas as suas forças. (...)”¹

O discurso de Lumumba deixou belgas, norte-americanos e a Europa ocidental de cabelos em pé. Além dos interesses econômicos representados pelos investimentos europeus e norte-americanos nas minas de Katanga (cobre, cobalto, diamante, ouro, estanho, manganês e zinco) havia ainda a admiração de Lumumba pelas práticas socialistas, enfatizada em declarações anteriores. O carisma do primeiro-ministro também era visto como ameaça em uma África de países recém-independentes transformada num valioso tabuleiro estratégico naqueles anos de Guerra Fria.

Coincidentemente menos de um mês depois da independência, eclodiu uma rebelião contra Lumumba justamente na província de Katanga, liderada por Moise Tshombé, apoiado financeiramente pelas mineradoras ocidentais. Previsivelmente Lumumba tomou a atitude que se esperava dele e caiu na armadilha: pediu auxílio formal à União Soviética para debelar a revolta.

Os EUA, então, passaram a financiar aberta e diretamente os grupos de oposição a Lumumba que, com a autoridade cada vez mais erodida, acabou deposto do cargo pelo presidente Kasavubu, numa ação de legalidade suspeita e que criou ambiente ideal para o golpe de Estado perpetrado pelo coronel Joseph Désiré Mobutu. Lumumba foi preso em dezembro de 1960 e assassinado em janeiro de 1961 em decorrência das torturas e espancamento que sofrera durante vários dias.

1. Tradução livre do discurso de independência do primeiro-ministro Patrice Lumumba, proferido na cerimônia oficial de independência da República do Congo, em 30 de junho de 1960.



Uma aparente estabilidade só aconteceria em 1964, depois que Tshombé assumiu o poder como presidente, amparado pela Bélgica e pelos EUA. Em novembro de 1965 Joseph Désiré Mobutu liderou um novo golpe que o levou à Presidência, onde permaneceu por 32 anos.

A estratégia de sobrevivência de Mobutu foi simples: deixar bem clara sua posição de apoio às potências ocidentais capitalistas. Durante a década de 1970 estabeleceu uma ditadura de culto à própria personalidade e implementou uma série de ações populistas. As mais emblemáticas foram as políticas de re-africanização do país, proibindo o uso de nomes cristãos e não-africanos. Apesar de ser um nome africano o país e o rio que lhe deu o nome foram trocados de Congo para Zaire e a capital Leopoldville passou a se chamar Kinshasa. O próprio ditador mudou seu nome para Mobutu Sese Seko Koko Ngbendu wa za Banga, algo como “o todo-poderoso guerreiro que, por sua resistência e inabalável vontade de vencer, vai de conquista em conquista deixando fogo à sua passagem”.

Durante suas mais de três décadas no poder, Mobutu se expropriou das riquezas do país e explorou seu povo, vivendo nababescamente como havia feito Leopoldo II. A bem da verdade, o Zaire havia se tornado novamente a colônia de exploração de um homem só. Calcula-se que ao ser retirado do poder, em maio de 1997, tenha acumulado uma fortuna de US\$ 4 bilhões. Na esteira do golpe que levou à sua deposição, Mobutu se exilou no Marrocos, onde morreu de câncer em setembro do mesmo ano.

Laurent Désiré Kabila, o novo homem-forte do Congo, mal assumiu o poder e deu mostras de que seguiria pelo mesmo caminho. Ao mesmo tempo em que tomava uma atitude extremamente popular, a de resgatar o nome de independência do país de volta, República Democrática do Congo, Kabila também deixou claro que a independência terminaria por aí. Revogou as licenças dos partidos políticos, que há menos de cinco anos haviam conseguido o direito à existência sob a ditadura de Mobutu, e proibiu quaisquer tipos de protestos públicos.

A consequência direta disso foi que seus mais importantes aliados, os tutsis congolese conhecidos como

baniamulengues, promoveram a primeira insurreição armada do novo governo menos de nove meses depois do golpe que levou Kabila à Presidência. Uma guerra civil levou pouco tempo para varrer o leste do território com os baniamulengues recebendo apoio dos antigos aliados de Kabila: os governos de Ruanda, Burundi e Uganda. Por sua vez, o presidente congolês buscou novos aliados e recebeu auxílio de Angola, Namíbia e Zimbábue. Enfraquecido e tentado minar a principal bandeira dos grupos oposição, o presidente acabou restaurando as liberdades políticas em 1999.

O conflito havia se tornado uma questão de segurança regional ao envolver outros seis países além do próprio Congo. A ONU e a Organização da Unidade Africana promoveram conversações de paz e conseguiram firmar um cessar-fogo em agosto de 1999. Porém a dificuldade no envio de tropas à região para monitorar o acordo e promover o desarmamento das milícias foi o principal fator para que os conflitos continuassem. O próprio Kabila resistiu o quanto pôde ao envio de uma força de intervenção internacional. A Missão da ONU na República Democrática do Congo (Monuc), aprovada pelo Conselho de Segurança em novembro de 1999 só iniciaria efetivamente suas ações um ano depois. Em meio ao processo de desarmamento dos rebeldes e da retirada das tropas ruandesas, burundis e ugandesas, um fato surpreendente: o presidente Kabila foi assassinado por um de seus guarda-costas, em janeiro de 2001.

Jopseph Kabila, filho do presidente e major das Forças Armadas, foi rapidamente empossado interinamente e, aos 29 anos se tornava o mais jovem dirigente de um país africano. Sua ascensão ao poder não causou metade da surpresa que causariam suas ações como presidente.

Em seu discurso de posse, reiterou o pedido para a retirada das tropas estrangeiras do país e prometeu avanços econômicos e eleições com pluralismo partidário. Jopseph Kabila surpreendeu seus vizinhos e a comunidade internacional ao não se ater somente à retórica e dar verdadeiro impulso ao processo de paz. Pediu auxílio à ONU e negociou diretamente o cessar-fogo com os rebeldes e os governos de Ruanda e Uganda. Em seguida promoveu

uma ampla faxina política, trocando praticamente todo o ministério montado pelo pai, afastando os resistentes e se aproximando daqueles com idéias integralistas e perfis progressistas.

Encarado inicialmente com desconfiança, conseguiu reverter todas as expectativas a seu favor e entrar em acordo com a oposição armada para a realização de eleições democráticas após um período de transição. Em 2002, dividiu o poder no Congo nomeando quatro representantes de grupos rebeldes como vice-presidentes e montando um gabinete com mais de 50 ministros!

De acordo com os levantamentos da ONU, os conflitos que se estenderam entre os anos de 1998 e 2003 – e que arrastaram para dentro de si seis países além do próprio Congo: Angola, Namíbia, Zimbábue, Ruanda, Burundi e Uganda – desencadearam uma crise humanitária que matou perto de quatro milhões de pessoas, metade delas não por ferimentos ocasionados por armas de fogo ou combates diretos, mas por desnutrição e doenças. O relatório ainda evidenciou um dado deveras alarmante: a maioria dos congoleses vivia com US\$ 0,20 dólar ao dia e consumia menos de 2/3 das necessidades calóricas diárias.

Esse era – e ainda é – o panorama da situação do povo congolês às vésperas das eleições de 30 de julho de 2006. Ao todo 33 candidatos concorreram à Presidência e outros nove mil a 500 vagas no Parlamento. O maior opositor de Joseph Kabila nas eleições foi um de seus vice-presidentes, Jean-Pierre Bemba, líder do grupo armado Movimento Congolês de Libertação (MCL). No primeiro turno Kabila conquistou 45% dos votos, quase a totalidade deles das províncias do leste, enquanto Bemba recebeu 20% do total, amparado principalmente pelas regiões a oeste.

O segundo turno, em 29 de outubro, deixou ainda mais evidente a divisão do país entre os dois candidatos. De acordo com a comissão eleitoral congolesa, Kabila atingiu o total de 58% aumentando seu percentual com a votação em algumas regiões centrais do país, e Bemba recebeu o equivalente a 42% do total, também convertendo intenções de votos de algumas cidades na região central do país.

Nada mais representativo para esta eleição. Kabila é visto por muitos como um estrangeiro. Criado em Dar es Salaam, principal cidade tanzaniana, fala o suaíli, a língua franca da África oriental até metade do século XX, uma das línguas oficiais na Tanzânia, e ainda falada nas regiões orientais do Congo. O presidente também fala francês, mas com forte sotaque inglês.

Já Bemba foi apelidado pela população do oeste como Mwana Mboka (filho da terra), fala o lingala (língua franca do oeste congolês) fluentemente, é filho rebelde de um empresário que sempre foi associado ao regime de Mobutu Sese Seko. Curiosamente Bemba é casado com uma brasileira: Liliâne Teixeira.

Porém nada é tão fácil quanto sempre possa parecer. Enquanto Joseph Kabila comemorava a vitória o candidato derrotado Jean-Pierre Bemba mobilizava sua tropa pessoal nos arredores da capital Kinshasa e contestava os resultados das eleições na Suprema Corte Congoleza. Uma história típica de um país africano, não? Mas nem um pouco diferente do que já vimos ocorrer no México, na Libéria, no Equador, na Ucrânia e até mesmo nos EUA em 2000.

O ocidente esforça-se em fazer com que essas eleições justifiquem o atual nome do país – República *Democrática* do Congo – e se tornem um exemplo a ser levantando como estandarte por toda a África, exortando populações a exigirem sufrágios universais e a governos menos simpáticos às causas democráticas a fazerem o mesmo.

Depois de 46 anos – entre o governo despótico de Mobutu Sese Seko e os golpes militares que colocaram Laurent Desiré e Joseph Kabila no poder –, a comunidade internacional prevê que essas primeiras eleições livres e multipartidárias dêem novo fôlego a um país que se esforçou para estabelecer um governo transitório e para reatar os frágeis laços diplomáticos com os países vizinhos (principalmente Uganda, Ruanda e Burundi).

Até agora, contabilizando-se os primeiro e segundo turnos, estima-se que a ONU tenha gasto algo em torno de US\$ 1 bilhão, metade desse valor somente em operações logísticas. As mais caras já organizadas pelas nações

unidas. Com menos de 500 quilômetros de estradas em um país com aproximadamente 2,35 milhões de quilômetros quadrados de extensão (o terceiro maior país da África e com praticamente o mesmo tamanho da Europa ocidental), foi preciso detalhar cuidadosamente os planos de distribuição de urnas e cédulas eleitorais, bem como o acompanhamento das eleições em si. Mais de 100 pequenos aviões e helicópteros foram colocados à disposição para dar apoio e levar também o pagamento de todos os envolvidos nessa operação de guerra. Distribuições complementares foram feitas em bicicletas ou simplesmente sobre as cabeças dos congoleses.

O que foi a realização de um sonho democrático para os 25 milhões de eleitores cadastrados tornou-se, na verdade, o início de um pesadelo logístico. “Em muitos países você tem que se deparar com problemas logísticos, com segurança ou com problemas de comunicação. No Congo nós tivemos que lidar com todos eles de uma vez só”, contou o chefe da divisão eleitoral da ONU no Congo, Ali Diabacte, a um repórter da Associated Press. Mas todo esse trabalho ainda precisa valer a pena.

Os advogados de Jean-Pierre Bemba alegaram fraude generalizada e contestaram inclusive as declarações da ONU de que essas eleições foram realmente livres e democráticas, apesar de alguns percalços, especialmente

nas proximidades das conturbadas fronteiras do leste e nordeste. “A manipulação de resultados que encontramos foi realizada por partidários dos dois candidatos e a distribuição geográfica desses abusos não beneficiou nenhum candidato mais do que o outro”, declarou um representante do Carter Center aos repórteres da BBC que cobriram as eleições.

Kabila, Bemba e os juizes da Suprema Corte congolesa ficaram atados numa dança lenta, perigosa e em descompasso até que na manhã do dia 27 de novembro de 2006 os juizes confirmaram Kabila como o novo presidente eleito da República Democrática do Congo, ratificando os resultados do segundo turno anunciados pela Comissão Eleitoral Independente. A decisão foi tomada dentro de uma sala cedida pelo Ministério das Relações Exteriores, já que a sede da Suprema Corte havia sido queimada durante protestos de partidários de Bemba semanas antes.

Joseph Kabila foi formalmente declarado o primeiro presidente eleito democraticamente na RDC, no dia 10 de dezembro de 2006, fruto da escolha dos próprios congoleses.

“*Plus ça change, plus c’est la même chose!*”. Foi assim com o Estado Independente do Congo no início do século XX. Continuará sendo assim com a República Democrática do Congo neste início de século XXI?

alexandredossantos@tvglobocom.br

BIBLIOGRAFIA

HOCHSCHILD, Adam. *O Fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

WESSELING, H.L. *Dividir para Dominar, A Partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o Libambo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

CONRAD, Joseph. *O Coração das Trevas*. Porto Alegre: Editora L&PM, 1998.

COUNTRY Profile: Democratic Republic of Congo. In: BBC News OnLine. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/country_profiles/1076399.stm>.

IYENDA, Guillaume. *Civil Wars and Lootings in the Congo: How the poor pay the bill*. In: African Journal on Conflict Resolution, v. 5, nº 2, p. 7-31. 2005. Disponível em: <www.accord.org.za/ajcr/2005-2/AJCR-vol5no2_pg7-31.pdf>.

NAIDOO, Sagare. *The Role of Track Two in the Democratic Republic of Congo Conflict*. In: African Journal on Conflict Resolution, v. 1, nº 2, p.85-104. <www.accord.org.za/ajcr/2000-1/accordr_v1_n2_a5.pdf>.

Q&A: DR Congo's Conflict. In: BBC News Online. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3075537.stm>>.

MONUC – UN Mission in DR Congo. <www.monuc.org>.

The Foundatin for Democracy in África. <<http://democracy-africa.org>>.

Discurso de Patrice Lumumba na cerimônia de independência da República do Congo: <http://www.africawithin.com/lumumba/independence_speech.htm>.

GOETHE E BARRABÁS

UM AMOR PROIBIDO

(TRECHO INÉDITO)



DEONÍSIO DA SILVA

ESCRITOR

DEONÍSIO DA SILVA É ESCRITOR E PROFESSOR DA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, ONDE DIRIGE O CURSO DE LETRAS E O INSTITUTO DA PALAVRA. TEM TRINTA LIVROS PUBLICADOS, ENTRE ROMANCES, CONTOS E ENSAIOS, ALGUNS DOS QUAIS TRADUZIDOS PARA O ESPANHOL, O INGLÊS, O FRANCÊS, O SUECO, O ALEMÃO, O ESPANHOL ETC. RECEBEU EM CUBA O PRÊMIO INTERNACIONAL CASA DE LAS AMÉRICAS PELO ROMANCE *AVANTE, SOLDADOS: PARA TRÁS*, AMBIENTADO NA GUERRA DO PARAGUAI, DURANTE A RETIRADA DA LAGUNA. O TRECHO QUE SEGUE É DE *GOETHE E BARRABÁS*, ROMANCE INÉDITO QUE LANÇARÁ ESTE ANO. ALÉM DO QUE, É EX-SEMINARISTA, EXPULSO POR RAZÕES DE QUEBRA DE COSTUMES, E ESTEVE PRESO DURANTE A DITADURA POR MOTIVOS DE ATIVIDADES CONTRA O REGIME. CUSTA-ME DIZÊ-LO, MAS ESTE É UM DOS RAROS CASOS EM QUE A IGREJA E AS FORÇAS ARMADAS ESTAVAM COBERTAS DE RAZÃO. A LEITURA COMPENSA.

EDITOR





Quarto Crescente para Barrabás: “Bar, quando Goethe queria mudar, fazia como a serpente: abandonava a própria pele e começava tudo de novo.” “No século XVIII, isso ainda era possível”, disse Barrabás.

“Era também possível escolher uma moça bonita, pobre, honesta e levá-la para viver na própria casa. Se hoje alguém fizer isso, quem suportará?” “Mas ele casou-se com Christine Vulpius, a quem amara por mais de uma década.”

“Escuta aqui”, disse Barrabás, “por que você nunca diz o meu nome inteiro?” “E você, que só me chama por apelido de Lua?” “É melhor, você continua crescendo, Quarto Crescente, e um dia chegará a Lua Cheia. Você sabia que Goethe amou Vulpius em segredo, como eu, que estou amando esta menina há apenas alguns meses e tenho todas as vontades com ela, incluindo a de ser pai outra vez?”

“Não tenha ilusões! Provavelmente, ela não vai querer mais do que apenas te amar! Luz! Ar! Você precisa mais de luz, de ar ou de amor?” “A melhor estação é aquela aonde cheguei: eu preciso somente de Lili! Apenas ela me faz falta! E se ela vem, o ar e a luz que traz consigo me são mais do que suficientes. Aliás, devo dizer de outro modo: ela é o ar e a luz da minha vida!” E Quarto Crescente, debochado, mas doce: “Nunca te vi assim e te conheço há muito tempo! Não sei bem o que está acontecendo contigo, mas tudo mudou! O que você descobriu mais do Goethe?”

“No tempo do jovem Goethe”, disse Barrabás “era assim: ele morava numa cidade de seis mil habitantes, havia diversas guerras. No meu, quando eu tinha a idade dele, havia apenas guerzinhas, chamadas guerrilhas pela proximidade do Brasil com os vizinhos, todos se expressando numa língua que não era a nossa.”

“Vou te contar uma história”, continuou Barrabás. “Um dia chegou um sujeito, conhecido apenas por chefe, que nos deu a seguinte ordem: ‘A tarefa de vocês dois é explodir o avião. O ministro desembarcará por volta das 10h. Do aeroporto, irá direto para a praça, onde o povo estará à sua espera. Se necessário, eliminem o encarregado de vigiar os aviões. O artefato vocês sabem onde pegar. Quando o ministro subir no palanque, o Fausto soltará um rojão, o mesmo que ele solta quando o Internacional faz gol. É o sinal. Vocês, então, detonam a bomba.’”

“As instruções eram aquelas. Era a véspera de nosso primeiro atentado. Eu fazia dupla com um sujeito chamado Saulo, um holandês com o rosto coberto de sardas, esquivo, silencioso, que parecia não gostar de ninguém. E vivia me advertindo: ‘Você e essa mulher, você vai ver, não sei não, sinto cheiro de pólvora, ela não mora ali perto do Corpo de Bombeiros? Já viu revolucionário com namorada dengosa, que fica ronronando quando telefona? Ai, amor!’”

**“ESCUTA AQUI”,
DISSE BARRABÁS,
“POR QUE VOCÊ
NUNCA DIZ O MEU
NOME INTEIRO?”
“E VOCÊ, QUE
SÓ ME CHAMA
POR APELIDO
DE LUA?”**

**"O SEU AMIGO,
ELE NEM OLHA
PRA MIM!" "AH, É O
JEITO DELE. ACHA
QUE NÃO DEVE DAR
MUITA ATENÇÃO A
VOCÊ. AFINAL VOCÊ É
MINHA NAMORADA".
"MUITA ATENÇÃO
É UMA COISA,
NENHUMA É OUTRA."**

"E fazia uns trejeitos esquisitos, sem deixar dúvida nenhuma de que não confiava em minha amada. Um dia, Lili me disse, chateada: "O seu amigo, ele nem olha pra mim!" "Ah, é o jeito dele. Acha que não deve dar muita atenção a você. Afinal você é minha namorada". "Muita atenção é uma coisa. Nenhuma é outra." "As mulheres e suas célebres intuições." "Sei que ele é muito seu amigo, vocês estão sempre juntos, mas ele não olha para o Fausto de um jeito esquisito?"

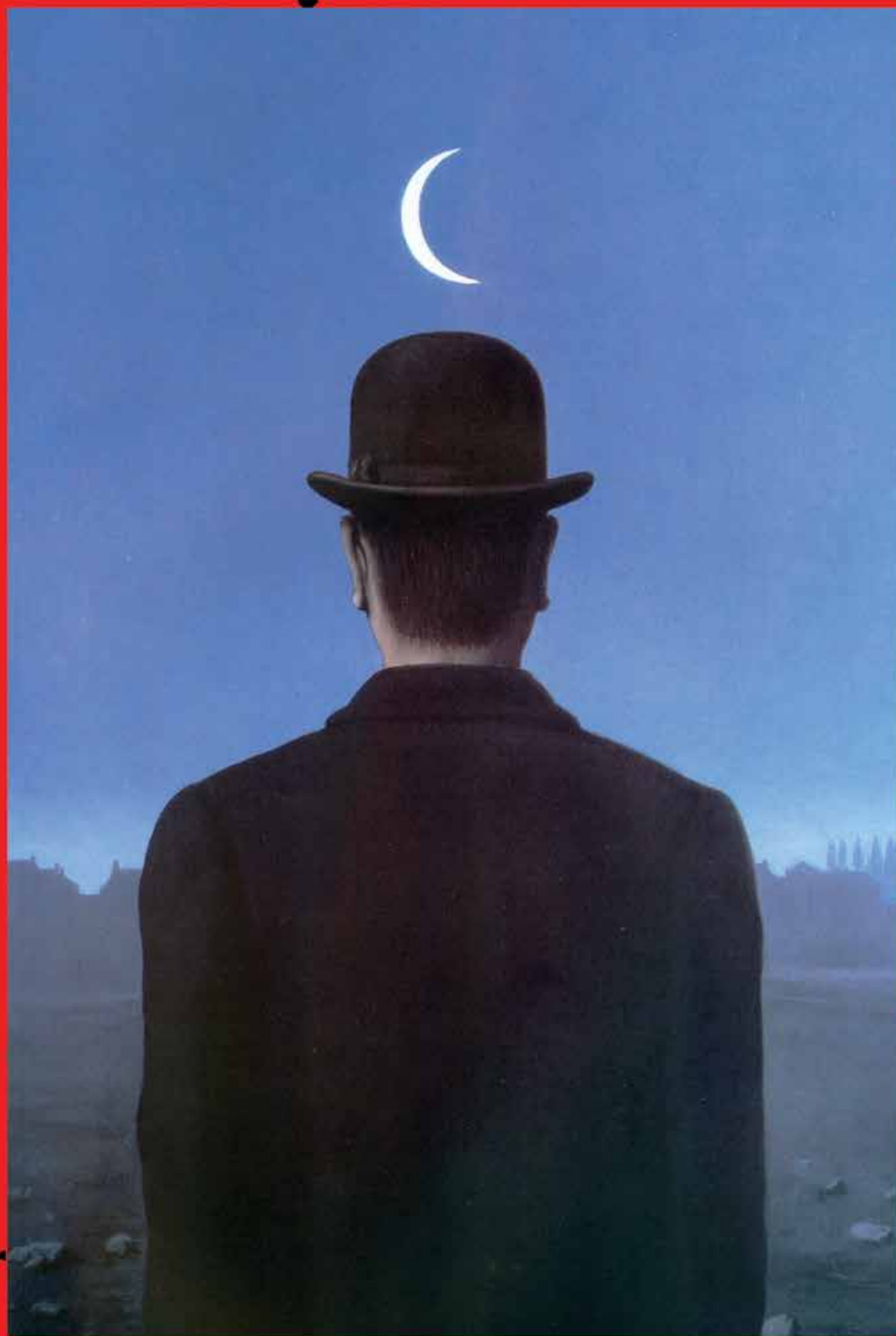
"Fausto dividia o sótão comigo. Entrávamos um pouco abaixados até chegar ao centro, a casa tinha uma cumeeira alta, chegávamos lá em cima por uma escada de madeira na lateral. A dona da pensão não sabia de nada. Para ela, éramos professores da Escola Normal. Eu, de inglês. Fausto, de matemática. Saulo morava com uma tia velha."

Quarto Crescente só escutando. "Fazíamos as refeições no porão, a casa fora construída encosta-

da a um barranco. E na frente havia a vendinha. A comida era simples e saborosa. Havia carne todos os dias. O churrasqueiro era um gaúcho que aparecera por ali muito silencioso, falavam que tinha certos passados, eufemismo para ex-presidiário. Tirava a carne da geladeira, jogava os nacos no chão frio de cimento e punha os pés sobre os pedaços. "Para refrescar", dizia com a maior naturalidade. "O sabor que você sente na carne vem do chulé do gaúcho", dizia Fausto.

"A dona da pensão, dona Aurora, não sei como, sempre achava tempo para fazer doces que eram o puro deleite! Dela, até o arroz-doce e o sagu lembravam os maiores prazeres da boca. E muitos dias dona Aurora cozinhava feijão outra vez, durante a tarde, e depois misturava macarrão cozido. No almoço, além da carne, ovos de gemas vermelhinhas. A carne, eu sempre dispensava. No jantar, um prato sempre fixo, *minestra*. Mistura de feijão e arroz que haviam sobrado do almoço. Sobrado, não. Tinham sido feitos em tal quantidade que permitisse serem aproveitados também no jantar. Descritos assim parecem comida de segunda categoria, mas não: eram de última. E eram saborosas. O tempero de dona Aurora e a nossa fome produziam aquele gosto bom." "As alegrias da simplicidade. Não devíamos nada a ninguém. O banho frio do chuveiro, no verão ou no inverno, tinha efeitos benéficos sobre nossos corpos. No verão, por refrescar. No inverno, por agitar o sangue e fazer com que corresse nas veias com mais ímpeto, aumentando a energia dos vinte anos."

"Dona Aurora trazia uma sobrinha para ajudá-la a lavar e passar roupa. O nome dela era Charlotte. Morena, cabelos compridos, coxas grossas, seios grandes e bonitos, que balançavam, assim como sua bunda, enquanto a pobre menina sofria para tirar o barro de nossas roupas. "Onde vocês se sujam tanto?" "Ela não era tímida. Segundo Saulo, era, ao contrário, muito atrevida. E a única lava-



deira do mundo que reclamava de roupa suja.”
“Pois não é lavadeira? Qual é o seu trabalho? Não é lavar a roupa?”

“Nas viagens, Saulo gostava do jogo de luzes quando os carros se encontravam naquelas estradas desertas de algum lugar do Brasil meridional cujo nome não posso esquecer, mas também não posso ainda revelar.” “É só luz baixa, Saulo, não entendo o que você quer dizer com a poesia dos raios noturnos. Que poesia tem a nossa vida, rapaz? Não vê a dureza?” Ele dizia: “Vivemos assim, sem que saibamos o nome um do outro, porque os pobres precisam vencer. E vão vencer.”

“Aquele era o terceiro ano de nossa luta. Cinco vezes respondendo aos caras de um famigerado Inquérito Policial Militar, a coisa estava ficando perigosa.

“De repente, o amor. Assim explicado por Fausto: “Você, que nunca viu o mar, mas sabe que ele existe, vai andando, andando, andando. Foi assim comigo a primeira vez que vi o mar. Um dia você vai ver o que ainda não viu. O mar! Como é grande o mar! O amor também é assim. Você só entende o amor quando vê uma coisa assim grande, como o mar, um deserto, uma grande floresta, um rio na enchente, uma represa. São coisas

assim que lembram a força do amor. Daí você vê a grandeza dele, que você nunca pôde imaginar.”

“E sempre Fausto, profundo, filosófico, como o personagem do outro: “Você já viu o mar?” “Não, nunca.” “Mas adora aquela sirigaita, não?” “Sirigaita, olha só, você fala como a minha avó”, eu disse. “Sabe, Fausto, realmente a namorada do nosso amigo é uma gostosa e tanto! Já vi ela de calcinha, sabia?” “Só se você estivesse de calcinha”, eu disse, “porque minha namorada sabe o que é privacidade.” “Mas claro que sabe”, disse Fausto. “Só que ela estava na privacidade da casa dela e quem espiou fui eu. Que pernas! Que bunda! Que seios! A moça lembra a Vanderléia. *‘Esta é uma prova de fogo, você vai dizer se gosta de mim’*”, cantarolou Fausto. Será que era para me irritar ou estava mandando recados que eu ainda não entendia? Demorou, mas aprendi: a mentira não tinha pernas curtas; a mentira tinha coxas grossas.”

“Quem ficou de cara amarrada foi Saulo.” “Não ficam bem em sua boca estas palavras chulas, Faustinho”, eu fui dizendo na maciota. “O que é chulo? Calcinha, bunda, seio ou Vanderléia? Só falei de beleza! Muita beleza!”

“Um dia levamos Charlotte conosco para uma das reuniões secretas. O líder perguntou se a moça era de confiança. Mas acho que aprovou a presença dela porque a menina fizera sua minissaia de um guardanapo. E passou o tempo todo olhando descaradamente para as pernas dela enquanto nos explicava os planos para tomar o poder, não apenas no Brasil, mas também em países vizinhos.”

“E terminou assim a reunião, dirigindo-se primeiramente a mim: “Você fica responsável por Buenos Aires. O Saulo por Montevideú. O Fausto por Córdoba.” “E as cidades nacionais?”, perguntou Fausto. “É o outro grupo que cuida”, disse o chefe. Também dele desconhecíamos o nome. Era apenas “o chefe”.

“Foi nossa última reunião antes do dia da bomba. Morávamos como ratos num sótão, mas

**“O QUE É CHULO?
CALCINHA,
BUNDA, SEIO OU
VANDERLÉIA?
SÓ FALEI DE
BELEZA! MUITA
BELEZA!”**

importantes cidades do mundo estavam em nossas mãos. Faltava apenas estourar a Revolução.”

“Não estourou a Revolução. Nem nossa primeira bomba. Quando estávamos chegando pertinho do aeroporto, na última curva, ultrapassamos na contramão “o chefe”. “Suspenso o serviço. Nova ordem. O Saulo desmonta a bomba. Você dá uma volta e depois vem buscar teu companheiro. A bomba desmontada pode ficar aí na capoeira, não tem importância.”

“Estava quase na praça quando ouvi o estrondo.”

“No jornal, no dia seguinte, fotos do Saulo despedaçado. “Talvez ele tenha se suicidado”, disse dona Aurora. “Me disseram que ele foi catar amoras e pisou numa bomba que uns terroristas iam usar para explodir o avião do ministro.”

“Troquei de assunto. Por que o seu nome é Aurora, dona Aurora?” Eu andava muito preocupado com nomes. Não sabia quem era o meu amigo, agora morto: “Minha mãe gostava muito das duas cantoras, mas como o brilho de uma era tanto que acabou por ofuscar o da outra, me chamou Aurora.” *E dona Aurora, para minha surpresa, saiu dançando pela sala:* “Taí! Eu fiz tudo pra você gostar de mim/ ó meu bem não faz assim comigo não/ você tem, você tem/ que me dar seu coração”.

“Dona Aurora, minha avó adorava esta música.” E continuei: *“Essa história de gostar de alguém/ já é mania que as pessoas têm/ se me ajudasse Nosso Senhor/ eu não pensaria mais no amor”*. “Carmen Miranda fez tudo o que podia para que a irmã dela tivesse sucesso. Não havia inveja ou disputa entre elas. Ao contrário, havia muito amor.”

“O amor é muito complicado”, disse dona Aurora, que disfarçava sua viuvez e ria quando Fausto lhe dizia, brincando: “Viúva bonita como a senhora é como lenha verde: demora um pouco, mas pega fogo.”

Nesse dia, ela me disse, depois de interromper a dança: “O amor é grande como o mar.”

NESSSE DIA,
ELA ME DISSE,
DEPOIS DE
INTERROMPER
A DANÇA: “O
AMOR É GRANDE
COMO O MAR.”
E COMEÇOU A
CHORAR, ASSIM
DE SUPETÃO

E começou a chorar, assim de supetão. “O que houve, dona Aurora?” “O Saulo. Ele tinha um amor proibido. Me falava do Fausto todos os dias. E nesses últimos tempos deu em ficar mais triste do que de costume, embora disfarçasse bem, porque a Charlotte começou a namorar com ele. E eu não podia e não devia dizer nada. E não disse. Nunca disse.”

Não me casei com Lili. Fausto teve um monte de filhos com a Charlotte, que continuou com as pernas grossas e, coisa surpreendente, com a mesma antiga beleza. Ela também tomava banho frio, teria sido isso?

Não descanso enquanto não estourar minha primeira bomba. Mas todos têm me dito ao longo desses anos que foram descobertos outros modos de eliminar a pobreza. Mas quais, se ela aumenta em todo o Brasil?

Quarto Crescente, só fumando e fazendo pequenos muxoxos. “Houve, porém, um tempo em minha vida que eu também era muito pobre,

comia pratos simples, vestia roupas simplórias, mas em compensação era responsável por Buenos Aires quando a Revolução estourasse.

“Mês que vem pagarei a última prestação e daí farei novo crediário. Voltarei a Buenos Aires. Adoro aquela cidade, que um dia ia ser minha.

“Todos os meus colegas encontraram o mar e o amor. Eu, apenas o mar. Por ora. Mas sigo procurando. Tomara que dê tempo. Para Saulo, não deu. Todos desistiram da Revolução ou então escondem bem os seus sonhos.

“Um dia desses, como acordo com o alarme do rádio, comecei meu dia assim: *“Nós somos as cantoras do rádio/ levamos a vida a cantar/ de noite embalamos teu sono/ de manhã nós vamos te acordar.”*

“Escovei os dentes, lavei o rosto e antes de deixar o quarto ouvi versos ainda mais bonitos: *“Canto, pois sei que minha canção/ vai dissipar a tristeza/ que mora no teu coração.”*

“Me deu grande saudade de dona Aurora, que tinha tantas coisas para contar e, ao contrário de mim, guardou tudo somente para ela. E me recomendou um dia que jamais contasse o que tinha

acontecido entre ela e Saulo, no tempo em que ele ainda vacilava entre amar um homem ou uma mulher. Mas Saulo talvez tenha escolhido a morte. Será que ele nunca tinha visto o mar?

“Mas por que você não disse uma única palavra durante todo esse tempo, Quarto Crescente?” “Porque ainda não cheguei a Lua Cheia. E só falarei quando me completar. Eu também tenho o que dizer. Agora, porém, preciso ficar quieto. Para te ouvir. Eu adoro te ouvir. Adoro também te ler. Mas como eu gostaria de que teus leitores pudessem te ouvir. Você fala quase melhor do que escreve.”

“Quarto Crescente, para me elogiar, você não precisa acabar comigo. Escritor que fala melhor do que escreve, deveria parar de escrever.” “Eu disse quase. O quase, como um detalhe, às vezes é tudo. Goethe quase se suicidou, mas não se suicidou. Fez com que se suicidasse o seu personagem. E assim evitou o próprio suicídio. No lugar dele, morreu Werther. Agora entendi aquela sua *blague* do outro dia.” “Ah, sim, eu reitero: a próxima vez que eu morrer vai ser a última. Já morri demais.”

deonisio@terra.com.br

www.relatorioreservado.com.br

AQUI A INFORMAÇÃO CHEGA ANTES

ASSINE

Relatório Reservado

INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS QUE
PERMITEM ANTECIPAR MOVIMENTOS

**ESPELHO, ESPELHO MEU, EXISTE ALGUÉM
MAIS INTELIGENTE DO QUE EU?**



INTELIGÊNCIA

ENGENHARIA QUE INTEGRA FRONTEIRAS

Integrar é tornar inteiro, potencializar forças. A integração dos países da América do Sul faz parte da realidade que a Odebrecht ajuda a construir em nosso continente. Ela representa o caminho para o crescimento sustentado e o alcance de competitividade em escala regional. A construção de infra-estruturas físicas de ligação entre as nações sul-americanas provoca grande número de impactos locais de desenvolvimento, além de gerar o intercâmbio de informações, tecnologia e cultura. A Odebrecht, maior exportadora brasileira de serviços, acredita no País e aposta na Integração Sul-Americana.

ODEBRECHT
Engenharia e Construção
www.odebrecht.com

